

Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável, pela manutenção de seu sigilo.

(Art.º 12 do Dec. 79.079 - RSAS)

CONFIDENCIAL

VIGILÂNCIA E
SILENCIAMENTOS
DURANTE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA
(1964-1985)

o povo da periferia
VETADO
trabalhando muito e



Universidade Estadual
de Londrina



Universidade Federal
do Amapá

C/ CORTE

FABIO LANZA
JOSÉ WILSON ASSIS NEVES JÚNIOR
RAÍSSA REGINA BRUGIATO RODRIGUES
ALINE SALLES PEDRAZANI
LUAN PRADO PIOVANI
(ORGANIZADORES)

**VIGILÂNCIA E SILENCIAMENTOS DURANTE A DITADURA
MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

Copyright © 2021, Autores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Prof. Dr. Almiro Alves de Abreu

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Erick Frank Nogueira da Paixão

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Isan da Costa Oliveira Junior

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Amanda Alves Fecury

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Steve Calheiros

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-Chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Projeto gráfico, preparação dos originais

e editoração eletrônica: Vinicius dos Santos Moreno Bustos e Bianca Silva de Azevedo Palma

Revisão Gramatical: As autoras e os autores

Revisão de Normas Técnicas: João Ricardo Lemes e Autoras/es

Ilustração e Diagramação da capa: Vinicius dos Santos Moreno Bustos

Esta obra foi organizada pela Equipe do Laboratório de Estudos sobre Religião e Religiosidades (LERR UEL) e do Projeto de Pesquisa “OS DOCUMENTOS INÉDITOS DOS ARQUIVOS DO SNI (PARANÁ-BR), DO PROJETO OPENING THE ARCHIVES E DA CIA (EUA)” – aprovado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Fundação Araucária, está associada ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional e contou com o apoio financeiro (PROAP-UEL) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia vinculados à Universidade Estadual de Londrina (PR) por meio concessão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil, bolsas de Iniciação Científica (PROIC UEL) e recursos vinculados ao CNPq sob processo n. 422496/2021-9.



Obra disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/producoes-e-publicacoes.php> e
<https://www2.unifap.br/editora/e-books/>

Os capítulos são de inteira responsabilidade de seus autores, os Organizadores e o Conselho Científico não se responsabilizam pelas opiniões emitidas pelos mesmos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2/989

V672v

Vigilância e silenciamentos durante a ditadura militar brasileira (1945-1985). / Fabio Lanza; José Wilson Assis Neves Júnior; Raíssa Regina Brugiato Rodrigues; Aline Salles Pedrazani; Luan Prado Piovani, Organizadores. Macapá: Unifap, 2023.
129 p.

ISBN: 978-65-89517-51-1

1. Historia. 2. Brasil. 3. Ditadura Militar. I. Lanza, Fabio, Org. II Neves Junior, José Wilson Assis, Org. III. Rodrigues, Raissa Regina Brugiato, Org. IV. Pedrazani, Aline Salles, Org. V. Piovani, Luan Prado, Org. VI. Universidade Federal do Amapá. VII. Título.

CDD 23. ed. – 981

LANZA, Fabio [et.al.], (Organizadores). **Vigilância e silenciamentos durante a ditadura militar brasileira (1945-1985)**. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br / Telefone (96) 4009-2801
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419
Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitária

SUMÁRIO

PREFÁCIO	05
Maria José de Rezende	
VIOLÊNCIA E SILENCIAMENTO CONTRA A MULHER NA DÉCADA DE 1960: ESTUDO SOCIOLÓGICO DOS PROCESSOS JUDICIAIS CRIMINAL EM LONDRINA-PR	09
Aline Salles Pedrazani; Fabio Lanza	
CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DO CAMPO	32
Lenir Cândida de Assis; Raíssa Regina Brugiato Rodrigues	
REMINISCÊNCIAS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: A ROMARIA DA TERRA	57
Luiz Ernesto Guimarães; Antônio Mendes da Costa Braga; Fabio Lanza; Luan Prado Piovani	
O SNI E A VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL À LUZ DE EIXOS-TEMÁTICOS	86
José W. A. Neves Jr.; Luan Prado Piovani; Mirian Borges da Silva; Natália Perez Beraldo	
OS CEM ANOS DE DOM PAULO EVARISTO ARNS E SEU PAPEL NAS RELAÇÕES ECUMÊNICAS E REDES DE SOLIDARIEDADE NA AMÉRICA DO SUL DURANTE AS DITADURAS MILITARES	111
Evanize Sydow	
1964 + 55: BOLSONARO, ELITES MILITARES E O CÍRCULO DE GIZ	120
Américo Freire	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	127

PREFÁCIO

O silenciamento, o controle, a vigilância e as perseguições, de que foi vítima uma parte expressiva do povo brasileiro em sua vida social e política, no decorrer da ditadura militar, têm sido mais bem compreendidos com a liberalização de muitos documentos tornados públicos, nos últimos anos, a partir da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Desde então, muitas pesquisas têm buscado elucidar ações, práticas e procedimentos ditatoriais que ganharam terreno no decorrer de duas décadas.

Os (as) estudiosos (as) do autoritarismo social e político, vigente no Brasil entre 1964 e 1985, têm realizado novas leituras e novas interpretações dos processos repressivos, vigentes no decorrer desse período, à medida que alguns arquivos (como os do SNI – Serviço Nacional de Informação) vão-se tornando acessíveis. Registre-se que, no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH–UEL), há um acervo com documentos do SNI (referentes ao Paraná e a Santa Catarina) que tem possibilitado e possibilitará, nos anos vindouros, diversos novos estudos sobre os processos de vigilância e controle.

O livro intitulado *Vigilância e silenciamentos durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)* é composto por um conjunto de textos que trazem à tona as muitas formas de controle, repressão e silenciamento. Alguns capítulos foram escritos graças ao acesso a arquivos vindos a público nos últimos anos.

Os capítulos são ordenados de modo a elucidar que tais formas de violência encontravam-se e encontram-se sedimentadas em diversas esferas sociais econômicas, políticas e culturais. As maneiras como eram silenciadas as violências, perpetradas contra a mulher, contra os trabalhadores, contra os movimentos sociais e outras formas de organização são retratadas no decorrer dos vários capítulos deste livro.

Os (as) autores (as) lançam, assim, luzes não só sobre a violência silenciada, mas também sobre como eram vigiadas as muitas tentativas de resistência e questionamentos. Fossem ou não fossem estas tentativas oriundas de associações religiosas e de redes de solidariedades ligadas ou não ao mundo do trabalho. Os capítulos são encadeados de modo a demonstrar como as ações e os procedimentos autoritários perpetrados no país, ao longo do período ditatorial eram sustentados por militares e civis, que compunham o grupo de poder garantidor do regime instaurado em 1964.

Ao discutirem tanto as muitas mazelas sociais (desigualdades, concentração de riqueza, de terras e de poder), presentes na sociedade brasileira, quanto as condições ditatoriais que dificultam a constituição de processos críticos e reivindicativos de mudanças sociais, os (as) investigadores,

reunidos nesta obra, fazem um percurso sócio-histórico, no qual se evidencia que o passado ditatorial deixa, reiteradamente, expostos os percursos e as trilhas constituidores da base de algumas experiências políticas vividas na atualidade. O presente não pode ser explicado e interpretado sem que se faça alusão aos acontecimentos sociais e aos fenômenos políticos ocorridos, no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX.

Os estudos que ora são apresentados, nesta coletânea, demonstram o quão complexas são as formas de silenciamento e vigilância. O que se objetivava com o amordaçamento daqueles que defendiam a liberdade de organização, de expressão e de manifestação política, ia além da manutenção do regime político em vigor. A perseguição e o controle visavam também manter um ambiente favorável à concentração da terra, da riqueza e do poder.

Crescem vertiginosamente, nesse período, as desigualdades tanto sociais quanto políticas. Conforme está demonstrado neste livro, criticar tais disparidades era algo que os detentores do poder de mando e de decisão não admitiam. Quaisquer atos ou ações que expressassem descontentamentos com os caminhos traçados pela ditadura eram vigiados e havia perseguição. Trabalhadores rurais e urbanos, organizações sociais, membros do clero, sindicatos e movimentos sociais eram controlados de perto pelos órgãos repressivos.

É demonstrado, nesta obra, o papel que algumas pessoas e alguns segmentos da Igreja Católica (Dom Evaristo Arns entre outros) e não católica (Jaime Wright entre outros) tiveram nesse processo de defesa das liberdades de organização e de manifestação dos mais diversos grupos sociais. As atuações em favor dos direitos humanos de algumas lideranças religiosas e não-religiosas (por exemplo, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh) foram os lastros sobre os quais cresceu, na América Latina, um amplo movimento em favor do desmonte dos estados de exceção vigentes no continente. Convém destacar também que a Teologia da Libertação, surgida no seio da Igreja Católica, era um movimento social e eclesial latino-americano que procurava dar guarida a muitas formas de reivindicação por direitos, justiça, inclusão e melhorias sociais.

Criticar a concentração fundiária e defender a reforma agrária não o admitiam os condutores do regime ditatorial. Nesta obra é demonstrado como o controle e a vigilância sobre os trabalhadores do campo levou à expansão de organizações e de grupos que buscavam apoiar os trabalhadores e suas demandas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) – infensa às injustiças e exclusões consequentes à concentração latifundiária no Brasil - foi vigiada por suas ações de conscientização social e política. É destacado, na coletânea, que as lutas em favor dos direitos e da justiça social se prolongaram para além do período ditatorial. As reflexões sobre o MST (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra) e a Romaria da Terra possibilitam ver como se deram os desdobramentos de tais processos de lutas no final do século XX e limiar do século XXI.

No que tange aos processos repressivos, esta obra contém dados documentais que esclarecem o contexto social e político (não somente nacional, mas também internacional) no qual repressões, vigilâncias e controles se davam e se alicerçavam na doutrina da Segurança Nacional. Toda ação questionadora das políticas ditatoriais em curso era enquadrada como subversão geradora de inimigos da pátria.

Num contexto em que muitas atividades sociais e políticas são postas em suspeição, ampliam-se as ações de vigilância sobre a atuação dos estudantes, da imprensa, das instituições públicas e privadas, da Igreja, dos movimentos sociais, entre outros. Os atos de repressão e silenciamento foram intensificados com a decretação do Ato Institucional n.5 em 13 de dezembro de 1968.

Estão expostos, nos diversos capítulos, os muitos procedimentos e práticas repressivos que ficaram registrados nos documentos do SNI, os quais permanecem abertos a novas investigações e estudos. Esta coletânea é valiosíssima por servir de estímulo a novas pesquisas a serem realizadas neste acervo que se encontra no NDPH-UEL.

Os materiais do SNI, investigados pelos autores (as), que compõem este livro, deixam evidente que é contínua a insistência, dos agentes repressivos em detectar qual era a capacidade de mobilização e influência de alguns grupos sociais, tais como os estudantes e seus órgãos representativos. Mesmo no final da década de 1970, já dentro do período da distensão política (1973-1979), mas ainda sob a vigência do AI-5, que seria abolido em 31 de dezembro de 1978, havia vigilância constante sobre toda e qualquer mobilização social. As reivindicações dos trabalhadores eram tidas, mesmo no início da década de 1980, período da denominada abertura política (1979-1985), como subversivas e perigosas do ponto de vista ideológico e político, conforme foi destacado nesta obra.

Por último, mas não menos importante, é a discussão exposta no derradeiro capítulo do livro sobre os rastros deixados pelo Estado de exceção no Brasil, os quais têm servido para embasar ações políticas voltadas a restaurar práticas antidemocráticas que procuram reavivar um passado recalcitrante.

É retomada, neste capítulo final, uma reflexão muito presente nas Ciências Sociais nas décadas de 1980 e 1990, qual seja, o papel dos militares na vida política brasileira, fenômeno histórico de longa duração e portador de um significado político que deve ser desvendado à luz dos acontecimentos atuais, em que um número expressivo de militares ocupa os vários escalões governamentais. Indaga-se sobre quais seriam, para o país, as consequências desse fato ocorrido após as eleições de 2018.

A exacerbação de práticas e discursos autoritários, ou seja, antidemocráticos, foi construída, ao longo de alguns anos, e serviu como lastro para um processo eleitoral, que tornou possível alojar no poder muitos militares. No último capítulo há uma indagação importante para o momento presente: Que tipo de forma estaria tomando o círculo de giz - traçado pelos militares no decorrer do processo de liberalização (1979-1985) e de democratização (após 1985) – que definia a circunscrição da democracia a alguns parâmetros tidos como aceitáveis pelas Forças Armadas?

Enfim, esta obra tem o mérito de pôr à disposição dos (das) leitores (as) reflexões, indagações, fatos e acontecimentos históricos que devem ser lidos à luz de um processo histórico de longa duração que elucida o presente e traz indicações preocupantes acerca do futuro.

Boa leitura!

Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

VIOLÊNCIA E SILENCIAMENTO CONTRA A MULHER NA DÉCADA DE 1960: ESTUDO SOCIOLÓGICO DOS PROCESSOS JUDICIAIS CRIMINAL EM LONDRINA- PR

Aline Salles Pedrazani

Fabio Lanza

Introdução

A busca de igualdade da mulher na sociedade não é fato novo, embora houve avanços na sociedade considerada ocidental, as mulheres do oriente ainda passam por formas de violência sem legislação que as proteja. Segundo dados recuperados por Castillo (2017)¹, do Jornal *El País*, muitos países do mundo não contam com legislações de proteção contra a violência doméstica voltada às mulheres. Castillo (2017) cita como exemplo a África Subsaariana, o Oriente Médio e o Norte da África, como regiões com pouca ou nenhuma lei de proteção. Essa realidade mostra o quanto as mulheres e as instituições de direitos humanos ainda precisam trabalhar para diminuir a violência contra as mulheres e dar a elas acessos aos seus direitos como cidadã.

Muitos teóricos já escreveram sobre as razões de uma suposta inferioridade feminina frente ao homem. Contemporaneamente, Saffioti (2004, p. 71) entende que “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais”. Para a autora, a desigualdade entre homens e mulheres é fruto de um sistema conhecido como patriarcalismo. Este, como explica a estudiosa, é muito antigo, contando com mais de 6 milênios, baseia-se exatamente na superioridade do “macho”. O patriarcado, porém, não é apenas um sistema de dominação, mas também um sistema de exploração. A violência contra a mulher seria, para a autora, resultante da dominação e exploração das mulheres em detrimento dos homens, em suma, isso seria parte do que compõe os sistemas patriarcais na sociedade humana.

Muitas discussões teóricas acerca do problema da violência contra a mulher foram propostas e atualmente a categoria gênero tem sido explorada nesses estudos. Beauvoir, no segundo volume da obra *O segundo sexo*, inicia seu pensamento afirmando que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 11). Essa frase traz em si o conceito de gênero ao separar o fator biológico do cultural-social, pois é a sociedade que vai “ensinar” o que é ser homem e mulher. Ao

¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511362733_867518.html. Acesso em: 18 nov. 2021.

discutir gênero, Saffioti (1999) coloca que a categoria de análise gênero é o “conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres” (SAFFIOTI, 1999, p. 82). Falar em gênero é analisar a construção social do que se entende como masculino e feminino e quando se fala em violência de gênero é como se falássemos da violência que se pratica contra a mulher (IZUMINO, 2003, p. 64). O conceito de gênero, embora seja normatizador, é muito amplo e sua construção não é biológica, mas social. É ele que configura socialmente o que é ser homem e ser mulher e como devem ser seus respectivos comportamentos.

[...] o gênero constitui uma verdadeira gramática sexual, normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente do controle social. Nestes termos, a violência masculina contra mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência. Embora os excessos sejam negativamente sancionados, a impunidade dos homens grassa solta, em função da natureza visceral da dominação destes sobre as mulheres (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 32).

Ainda segundo Saffioti (1987), a socialização da mulher a coloca na posição de submissão ao “poder do macho”, e como o homem é socializado para dominar, a violência contra sua companheira é tida como natural. Ou seja, há uma relação de desigualdade de poder entre as mulheres e os homens. Embora as mulheres não aceitem a violência do homem, elas “cedem” por causa do poder desproporcional entre ela e seu companheiro. Ou seja, a mulher não é objeto, é, sim, submetida a uma sociedade que dá mais poder ao homem, e isso tira dela a condição de lutar de igual para igual.

Além de Saffioti, outras estudiosas se debruçaram para analisar o fenômeno social da violência contra a mulher. Como exemplos, temos Marilena Chaui e Maria Filomena Gregori. Chaui (1985) defende que a violência contra a mulher decorre de uma ideologia de dominação masculina e que essa dominação é uma produção de homens e de mulheres e que define a condição da mulher como inferior à do primeiro. A estudiosa tem seu próprio conceito de violência, que seria uma ação que transforma as diferenças em desigualdades hierárquicas, com o claro intuito de dominar, oprimir e explorar. Indo mais além, afirma que a ação violenta transforma o ser visto como dominado em “objeto” e o dominante em sujeito. Ao ser colocado como “objeto”, o dominado perde sua autonomia, que nada mais é que “a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir” (CHAUI, 1985, p. 36).

Para Chauí (1985), a posição de “objeto” é uma condição social imposta à mulher, a ideologia de dominação masculina não é socialmente contestada e o papel da mulher é definido por ela. Estando nessa condição de dominação, a mulher se torna dependente e, conseqüentemente, sem autonomia, torna-se “cúmplice” da violência. Podemos concluir que Chauí coloca a mulher como “objeto” da dominação masculina por não possuir autonomia.

Quando lemos *Cenas e Queixas* (GREGORI, 1993), podemos nos inteirar da perspectiva de como Maria Filomena Gregori analisa a violência contra a mulher. Gregori trabalhou como voluntária no SOS-Mulher, uma entidade que surgiu nos anos 1980, nas cidades de São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), com o objetivo de atender mulheres vítimas de violência. A autora diverge da premissa de que a mulher que sofre violência conjugal seja vista como vítima da dominação masculina.

A partir dos atendimentos que realizou no SOS-Mulher, Gregori concluiu que as mulheres buscavam ajuda, mas, não para se separarem de seus parceiros e que seus relacionamentos conjugais “são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros” (GREGORI, 1993, p. 134). A autora nos traz que a mulher é, sim, um ser autônomo, que participa de forma ativa na relação violenta, desempenhando um papel de “cúmplice”, sendo assim, nessa relação violenta (ou “jogo relacional”, conforme a autora,) a mulher não deve ser vista como vítima. Conseqüentemente, o binômio dominação-vitimização da mulher não seria absoluto, mas relativo. A autora também analisa que a mulher, ao fazer uma queixa contra a violência sofrida, coloca-se como “vítima” e como “objeto” na busca de proteção. Dessa maneira, ao se queixar, a mulher acaba alimentando a perpetuação dos papéis de gênero que dão base à violência.

Pierre Bourdieu (2002) também lança uma importante reflexão sobre a condição da mulher ao discutir a dominação masculina e seu poder simbólico, que, para o autor, seria um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2005, p. 12). As mulheres seriam, então, socialmente condicionadas a naturalizar a dominação masculina e o homem, por sua vez, é ensinado a dominar. As instituições responsáveis por perpetuar essa dominação seriam a escola, a Religião, o Estado e a família. Bourdieu afirma que a dominação masculina exercida através do poder simbólico é suave, mas ao mesmo tempo tão violenta quanto a violência física. Essa dominação simbólica é naturalizada e por isso passa sem ser notada por mulheres e pelos homens, pois “o efeito da dominação simbólica se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus*” (BOURDIEU, 2002, p. 49).

As análises de Bourdieu da dominação masculina receberam diversas críticas por parte das teóricas feministas, tanto que Corrêa (1999) afirma que o conceito de *habitus*² ganhou características a-históricas e que Bourdieu não levou em consideração o campo dos estudos feministas.

O campo de estudos feministas só merece esses dois tipos de menção de Bourdieu: ou as feministas não sabem o que fazem – e este livro foi escrito para mostrar-lhes o caminho da verdade – ou estão tão contaminadas pela lógica da dominação masculina que suas análises são simples réplicas do mesmo esquema classificatório de sempre (CORRÊA, 1999, p. 47).

Não se pode negar que são muitas as consequências sociais da desigualdade de gênero, elas podem ir desde a baixa representatividade na arena política, maior responsabilidade com os afazeres domésticos, menores salários até quando exercem as mesmas funções que os homens³; a desigualdade também pode resultar na violência contra a mulher.

Assim, os pontos citados podem colaborar com a cultura da violência doméstica fazendo com que os números alarmantes produzidos pela violência não sejam tratados com maior rigor, que haja a naturalização das agressões, subnotificações, atos violentos que não são percebidos pelas vítimas como uma violação à sua cidadania e a seus direitos humanos. Esses pontos já demandaram e demandam pesquisas e análises à luz das teorias sociológicas. Por ser um problema social e historicamente perdurável, a violência contra a mulher deve motivar estudos que abarquem todas as suas particularidades. Questionar se há uma naturalização da violência contra a mulher por parte do Poder Judiciário é uma dessas particularidades, pois nos leva a pensar se esse Poder, em suas decisões proferidas, colabora para que a violência doméstica se perpetue.

Como já citado, a luta por direitos das mulheres não é nova, exemplo dessa historicidade foram as grandes resistências e lutas durante os anos da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Período em que a conjuntura se mostrava muito conversadora em relação às mulheres, o Código Civil da época trazia a mulher como um “segundo sexo”, pois até para trabalhar a mulher necessitava da permissão do pai ou de marido.

² Para Bourdieu (2007, p. 191), *habitus* é um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

³ De acordo com Cavallini (2018), a pesquisa feita em 2018 pelo site Catho indica a persistência das desigualdades salariais com base no gênero, embora seja possível encontrar variações de acordo com a escolaridade, os homens ainda recebem mais do que as mulheres em todos os cenários profissionais, além disso, destaca-se as disparidades de ocupação de cargos de gestão, espaços em que as mulheres ainda são a minoria. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Não podemos deixar de citar que, no ano de 1968, houve grandes mudanças no mundo. O que não significa que essas mudanças atingiram em cheio a sociedade brasileira. É em 1968 que a pílula anticoncepcional foi criada, dando assim maior poder da mulher sobre seu próprio corpo, foi nessa época que houve o fato conhecido como a “queima dos sutiãs”⁴ durante o Miss América, em Atlantic City, nos Estados Unidos. A queima em si não ocorreu, pois as mulheres foram impedidas pelo poder executivo da cidade. Esse ato quis mostrar para a sociedade que o corpo feminino não poderia ser visto e tido como um fetiche. É um exemplo da luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos e da sua dignidade como pessoa e cidadã.

Nos anos 60, do século XX, no Brasil surgiu a chamada Segunda Onda do feminismo, um movimento que no mundo inteiro crescia vinculado a nova esquerda, ao movimento negro, pacifistas e anti colonial. Sua reivindicação por direitos econômicos e políticos era indissociável das demandas por liberdade sexual e pelo direito ao próprio corpo. Essa associação se expressou na famosa citação de Simone de Beauvoir: o pessoal é político.⁵

Também no ano de 1968, no Brasil o Ato Institucional nº 5 foi promulgado e, com isso, o regime político ditatorial militar, que já havia se alçado ao poder, passou a ser mais autoritário e persecutório contra aqueles que não concordavam com o governo. Diante desse contexto de perda de direitos e violência praticada pelo Estado, houve a tentativa da sociedade civil, principalmente dos estudantes em lutar contra a ditadura. Muitos destes, dentre eles mulheres, foram presos(as) e torturados(as) pelo regime ditatorial. As Mulheres também se engajaram nas lutas armadas contra o regime militar, muitas delas também passaram por torturas. O livro *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*, organizado por Tatiana Merlino e Igor Ojeda (2010), traz uma coletânea de depoimentos e histórias de vida das mulheres que enfrentaram o regime ditatorial militar no país.

As mulheres, é preciso que se diga, não se lançaram na ação política unicamente com o objetivo de derrubar o governo militar mas, também, em um projeto de transformação da sociedade brasileira para combater as injustiças e a miséria causada pela desigualdade social. Muitas militantes desconheciam, de fato, as dificuldades que elas teriam que enfrentar devido a sua militância (MACHADO, 2008, p. 06).

⁴ Ver a matéria *Feminismo: manifestações a partir de 1968 que inspiraram mobilização atual* de O Globo, publicada em: 22 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/feminismo-manifestacoes-partir-de-68-inspiraram-mobilizacao-atual-16512352>. Acesso em: 18 nov. 2021.

⁵ Memórias da Ditadura ([entre 2010 e 2015]), *Mulheres: Movimentos feministas*. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/?gclid=CjwKCAjwkun1BRAIEiwA2mJRWcsweyRg2fFqLWMhgbSvLY4fFTOpHHKqoWSSW0i4RiSOd6k3-zR5RoCZpoQAvD_BwE. Acesso em: 03 dez. 2020.

As torturas sofridas pelas presas políticas do regime militar brasileiro demonstravam o total desprezo pelos direitos humanos, o documentário *A torre das Donzelas*⁶, lançado em 2019 e produzido por Lívia Nunes, mostra como era o presídio destinado às presas políticas. Lá ocorriam diversas formas de tortura, algumas com um viés sexista:

A própria tortura das mulheres era diferente daquela destinada aos homens. Para além das perversidades que eles sofriam, elas foram alvo sistemático de violência sexual. Muitas grávidas sofreram abortamentos forçados durante as sessões de tortura. Em outros casos, eram aplicados choques elétricos em seus órgãos genitais, com ameaças de que não conseguiriam mais engravidar, foram estupradas por vários agentes do estado. Nem as crianças eram poupadas do terror: algumas mulheres foram torturadas em frente a seus filhos ou foram impedidas de amamentá-los. Crianças também foram torturadas física e psicologicamente para atingir suas mães.⁷

Mas, também não podemos deixar de analisar que, cotidianamente, havia atos de insubmissão, considerado pelo governo como “subversão” e até “terrorismo” por parte das mulheres contra a posição social que existia na época. Abaixo analisaremos, através das contribuições da Análise de Discurso (AD) e da Teoria da Representação Social (TRS), um caso que demonstra certa “insubmissão” de uma mulher que foi até a Justiça pleitear seus direitos contra o marido, considerado por ela abusivo. Como essa análise podemos entender um pouco como o Poder Judiciário agia frente às demandas trazidas pelas mulheres nos anos de 1960.

O processo judicial criminal que será aqui discutido faz parte de um grupo de processos escolhidos de forma intencional, no processo de pesquisa de Mestrado em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina-UEL (PEDRAZANI, 2021), cuja análise comparativa teve como objetivo demonstrar as possíveis mudanças por parte do Poder Judiciário no tratamento de casos de violência contra mulher. Naquela ocasião foram selecionados quatro processos: dois do ano de 1968 e dois do ano de 2018, justamente por estarem temporalmente separados por 50 anos. A título de ilustração, a tabela abaixo traz um resumo de todos os casos que foram objeto de análise⁸, com destaque para o caso 01 de 1968, que será debatido nesse texto.

⁶ A Torre das Donzelas. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/?gclid=CjwKCAjw26H3BRB2EiwAy32zhhbKTdggk1jRfPU6OFdB-KIBmu3j1p4IWIkqa1YqRk5hVMUVKOl6ejvxoC0IIQAvD_BwE. Acesso em: 15 jun. 2020.

⁷ Memórias da Ditadura ([entre 2010 e 2015]), *Mulheres: Movimentos feministas*. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/?gclid=CjwKCAjw26H3BRB2EiwAy32zhhbKTdggk1jRfPU6OFdB-KIBmu3j1p4IWIkqa1YqRk5hVMUVKOl6ejvxoC0IIQAvD_BwE. Acesso em: 03 dez. 2021.

⁸ A análise comparativa dos casos pode ser consultada na íntegra em Pedrazani (2021).

Quadro 1 - Processos selecionados do ano de 1968

Processos Criminais	Características Gerais das Vítimas	
Caso 01 de 1968	Idade	31 anos
	Cor	Branca
	Escolaridade	Disse saber ler e escrever para a autoridade policial
	Profissão	Prendas domésticas
	Relação com o acusado	Casada
	Filho com o acusado	Sim (três filhos)
	Crime cometido	Ameaça (artigo 147 do Código Penal)
	Polo ativo ⁹	Própria vítima
	Sentença	Absolvição do réu
Caso 02 de 1968	Idade	17 anos
	Cor	Branca
	Escolaridade	Disse saber ler e escrever para a autoridade policial
	Profissão	Doméstica
	Relação com o acusado	Namorada
	Filho com o acusado	Não
	Crime cometido	Estupro (artigo 217 do Código Penal)
	Polo ativo	Pai da vítima
	Sentença	Extinção da punibilidade por perempção

Fonte: Pedrazani (2021).

⁹ De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2019), “O autor é o polo ativo do processo judicial, é aquele que promove a ação civil ou criminal contra outra pessoa, que será considerada ré. O autor é o polo ativo do processo, em contraposição ao réu, que é o polo passivo”. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-qual-a-diferenca-entre-autor-reu-requerente-e-requerido-2/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

Quadro 2 - Processos selecionados do ano de 2018

Processos Criminais	Características Gerais das Vítimas	
Caso 01 de 2018	Idade	51 anos
	Cor	Não declarada
	Escolaridade	Disse saber ler e escrever para a autoridade policial
	Profissão	Telefonista
	Relação com o acusado	Amante
	Filho com o acusado	Não declarado
	Crime cometido	Ameaça (artigo 147 do Código Penal), violência doméstica contra a mulher (Lei 11.340/2006)
	Polo ativo	A própria vítima
	Sentença	Condenatória com aumento de pena por causa da Lei Maria da Penha - responder em liberdade
Caso 02 de 2018	Idade	40 anos
	Cor	Branca
	Escolaridade	Disse saber ler e escrever para a autoridade policial
	Profissão	Empresária
	Relação com o acusado	Casada
	Filho com o acusado	Sim (um filho)
	Crime cometido	Vias de fato (artigo 21 do Decreto-Lei 3.688/41), ameaça (artigo 147 do Código Penal), cárcere privado e sequestro (artigo 148 do Código Penal)
	Polo ativo	A própria vítima e o Ministério Público (por haver envolvimento de menor de idade)
	Sentença	Condenatória com aumento de pena por causa da Lei Maria da Penha - responder em liberdade

Fonte: Pedrazani (2021).

Estes processos foram escolhidos de forma intencional por trazerem maiores detalhes sobre os sofrimentos vivenciados pelas vítimas e, embora estejam ligados por aspectos em comum, quais sejam, a violência contra a mulher e a busca destas mulheres por respostas junto ao Poder

Judiciário, é importante enfatizar que cada caso possui sua especificidade. Nesse sentido, o caso 01, que será analisado na sequência, possui características únicas, pois era o único processo no banco de dados que apresentava uma disputa envolvendo um desquite, no período da ditadura militar que, como já discutido, foi marcado pelo autoritarismo e pela repressão, também no campo da luta pelos direitos das mulheres. Diante da especificidade deste caso, buscaremos recuperar e analisar a postura do Ministério Público, do Juiz, da vítima, do acusado e das testemunhas, para tanto usaremos como ferramentas a Análise do Discurso e a Teoria da Representação Social.

Análise de discurso e a representação social presente em um processo judicial criminal do ano de 1968

Antes de começarmos a análise é importante salientar que todos os nomes das partes envolvidas no processo serão mantidos em sigilo por questões relativas à ética, usaremos outros codinomes para todos os casos¹⁰. Após este adendo e sempre levando em consideração a Teoria da Representação Social (TRS)¹¹, apresentamos a análise do discurso do processo em questão.¹²

Para organizarmos os dados, análises e interpretações a partir do exposto acima, denominaremos a vítima por Ana Terra e o agressor por Pedro. O acontecimento que deu início a todo o processo foi o pedido de separação de corpos impetrado na justiça por Ana Terra. É importante frisarmos que para a análise do discurso o acontecimento:

[...] é fundamental [...] por sua relação com a enunciação que, quase naturalmente, é concebida como um evento, e até um evento que não se repete e por sua relação com a história, campo para o qual a noção de acontecimento é uma espécie de matéria prima (POSSENTI, 2006. p. 104).

Diante dessa matéria-prima denominada acontecimento, também se faz fundamental falarmos sobre o desenvolvimento da AD:

¹⁰ Serão utilizados nomes de personagens de grandes obras literárias brasileiras. Nesse caso a obra escolhida foi o romance *Ana Terra* do escritor Érico Veríssimo.

¹¹ A Teoria da Representação Social pode ser definida como “um problema que já é, historicamente, de interesse de outras ciências humanas, como a história, antropologia e sociologia (Jodelet, 2001). É uma teoria científica sobre os processos através dos quais os indivíduos em interação social constroem explicações sobre objetos sociais (Vala, 1996)” (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 379).

¹² Este processo se encontra no NDPH (Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica) da Universidade Estadual de Londrina, UEL, sob a seguinte notação: 4993, nº AC 402/68, data de início 05/12/1968 e término em 24/08/1970.

Como dispositivo teórico, a AD objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, sustentando-se em conceitos próprios. Essa base analítica não se altera; todavia, é crucial a maneira como o analista constrói seu dispositivo analítico, pois dele depende o alcance de suas conclusões. Daí a importância da explicitação dos conceitos principais que fundamentam teoricamente a AD de linha francesa, no sentido de desfazer a ilusão da transparência da linguagem e expor a materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito, seja como autor, seja como leitor ou analista. [...] A AD não se constitui simplesmente numa receita ou fórmula que se aplica a objetos de estudo distintos, visando a extrair dele resultados previsíveis. Não há um método definido, mas uma teoria, indicações sobre como construir o caminho, porém nem o caminho nem o destino são previamente determinados (BOLOGNESI, 2013, p. 05).

Cientes de que a AD “objetiva mediar o movimento entre a descrição e a interpretação” (BOLOGNESI, 2013, p. 05), estamos preparados para analisar os autos do processo 01 do ano de 1968 movido por Ana Terra, de maneira que o leitor possa entender os sentidos contidos em cada fase do processo judicial criminal.

Ana Terra pleiteava a separação de corpos, via judicial, apenas isso é citado no processo, para depois um desquite. Podemos dizer que Ana Terra era uma mulher peculiar, pois, notadamente, o Código Civil de 1916 que vigorava na época, era muito voltado aos direitos e interesses patriarcais, ou seja, trazia em seu âmago machismo e sexismo, dando assim, muitos direitos aos homens (OLDEMBURG, 2016). “As mulheres que dissolviam a sua sociedade conjugal eram alvos de preconceito no seio da sociedade, vistas como uma ‘mulher ser valor algum’ pela população. A mulher quando desquitada, não poderia casar-se novamente com outro homem” (OLDEMBURG, 2016)¹³. A palavra desquite, com seu prefixo “des” - prefixo de negação (PREFIXOS, 2021)¹⁴, traz a conotação de não estar quite com algo, no caso a mulher desquitada não estava quite com a sociedade em que vivia e sua representação social era de alguém que quebrou simbolicamente regras “relacionadas a determinada definição comum a todos os membros de uma comunidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 31).

Após essa quebra de regras, Ana Terra não contava que Pedro, seu esposo, trabalhador da construção civil, católico¹⁵, viesse a lhe ameaçar afirmando que iria colocar uma banana de dinamite na casa da família “fazendo-a voar pelos ares, para não deixar bens e família nesse mundo”. Diante dessa ameaça de Pedro, Ana Terra o denunciou à polícia, pedindo inclusive que Pedro deixasse o “lar conjugal”, pois seu pedido de separação de corpos havia sido deferido pela Justiça, mas Pedro

¹³ Disponível em: <https://gloryaoldenburg.jusbrasil.com.br/artigos/396900589/a-mulher-brasileira-e-a-luta-por-direitos-civis>. Acesso em: 18 nov. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/-prefixos/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

¹⁵ É interessante o fato de ser citada apenas a religião do marido, a religião da esposa parece não ter importância, parece partir da ideia de que a esposa venha sempre ter a mesma religião que o marido.

se negava a cumpri-lo, representando assim o que a sociedade vê como o homem que não tem que acatar ordem de ninguém, o homem como discurso ideológico do “macho”. As representações do “macho” estão, de acordo com Moscovici (2003, p. 307), “relacionadas ao pensamento simbólico e a toda forma de vida mental que pressupõe linguagem”.

Ao ameaçar explodir a casa da família com dinamite, Pedro expressa claramente uma relação de poder, demonstrando em seu enunciado a tentativa de manipular e dominar a esposa. Fiorin (2005, p. 29) afirma que na manipulação “um sujeito age sobre o outro para levá-lo a querer e ou fazer alguma coisa”. Nesse caso, Pedro desejava manipular Ana Terra, intimidando-a para que ela aceitasse “o que estava sendo comunicado” (FIORIN, 2005, p. 57) através de seu discurso, ou seja, que desistisse da separação de corpos.

Ao ir até a delegacia denunciar Pedro, Ana Terra assume que o discurso de seu marido, do qual desejava se separar, a amedrontava. Seguindo os trâmites da justiça, Ana Terra, a “vítima” – aqui podemos tomar como “vítima” quem está sujeito a ações ruins, maus-tratos, mandos e desmandos, opressão (VÍTIMA, 2017). Na perspectiva da análise da representação social o papel de uma vítima é social e partilhado por um grupo, ou seja, “estão relacionadas a determinada definição” (MOSCOVICI, 2003, p. 31). No caso que tomamos como expressão da realidade, a mulher e vítima deveria apresentar testemunhas que confirmassem as ameaças de Pedro, foram apresentados por ela duas testemunhas, Bento e Maneco. A requerente, Ana Terra, averbou em cartório sua separação de corpos, isso deixa claro sua intenção de não permanecer na relação conjugal.

Feito essa descrição inicial do processo “Caso 01 de 1968”, prosseguiremos com a análise e interpretação dos discursos da protagonista Ana Terra, de suas testemunhas e de seu advogado. Mas, antes faremos uma qualificação rápida de Ana e Pedro, pois maiores informações estão disponíveis na Tabela 01: Ana era “prezadas domésticas”, brasileira, 31 anos. Pedro era de nacionalidade alemã, 39 anos, trabalhava como empreiteiro de obras, estudara até o secundário, conforme o processo “tinha olhos azuis, cabelos alourados e cor branca e era católico”. Feito essas considerações passamos para a análise do processo.

Representação social da violência contra a mulher: diferentes ângulos

Quando Ana Terra buscou no Poder Judiciário amparo para pôr fim às ameaças de Pedro, sua situação conjugal foi narrada por ela e para que sua narrativa tivesse maior credibilidade ela chamou testemunhas que estavam cientes de sua condição. A testemunha Bento, casado,

alfabetizado, apontada por Ana Terra, ao ser ouvida, afirmou que sabia da ação de desquite, e que havia maus tratos por parte de Pedro a sua esposa e aos filhos do casal; disse ainda que em uma ocasião ajudou Ana Terra, após essa ter sido agredida e expulsa de sua casa pelo marido, segundo as palavras de Bento “posto pela porta afora” por volta de meia noite.

Podemos analisar através do depoimento de Bento que Pedro era um marido de caráter machista, patriarcal, interpretando “a elaboração, por uma coletividade [...] do comportamento social” (SÊGA, 2000, p. 128) que um esposo deveria ter na sua época. Pôr a esposa e seus filhos “porta afora”, também simboliza o poder de Pedro sobre estes, poder que, em contrapartida, significa a submissão e também a opressão de Ana Terra e de seus filhos em relação a ele.

A segunda testemunha, Maneco, casado, alfabetizado, afirmou conhecer o casal há dois anos, e que “de um tempo para cá passaram a se incompatibilizar, não havendo meios de reconciliação”. Informou que sabia da ação de desquite, e testemunhou ainda, que Pedro disse a ele que “estava premeditando colocar bananas de dinamites na sua casa e fazer voar tudo pelos ares”. De acordo com esse depoente, podemos perceber que há indícios de ameaças por parte de Pedro, que a denúncia de Ana Terra não era infundada. Para a testemunha, Pedro poderia sofrer de “neurose de guerra”, porém não há maiores informações sobre esse ponto no processo. Nem a defesa nem a acusação utilizaram essa informação como argumento.

Ao interpretarmos os discursos de Ana Terra, Bento e Maneco, podemos perceber que há uma diferença de forças entre Ana Terra e Pedro, este possui uma condição de superioridade em relação àquela. Há uma clara diferença de representação social entre ambos, Pedro: simbólica e socialmente possui poder e Ana Terra, ao tentar sair de uma relação recebe ameaças que podem pôr fim a sua vida, demonstrando assim que existe uma diferença de gênero definida socialmente. O fato de Ana Terra não poder se casar novamente, por ser uma desquitada, também corrobora para essa diferença.

Após a acusação de ameaça, Pedro foi chamado para ser interrogado pelo juiz. Em seu depoimento afirmou ter deixado a casa da família após a ação de separação de corpos, porém Ana Terra sustentava o contrário. Declarou estar casado com a vítima por quinze anos e que “a partir da sogra vir morar com o casal ocorreram os desentendimentos”. O processo não explica os motivos pelos quais a sogra passou a conviver com o casal, tampouco se detém nos detalhes sobre a vida dessa mulher. Só a descreve a partir da visão de Pedro: como “a má influência”. Com esse discurso, Pedro se isenta da culpa pelas brigas entre o casal e coloca todo ônus em sua sogra, a qual se refere como uma “má influência”. Podemos notar que aí reside a simbologia que até hoje podemos encontrar nos “ditos populares” que dizem respeito a representação social da sogra: a sogra é sempre uma má pessoa, que atrapalha a vida conjugal com seus palpites e intromissões.

Pedro diz que Ana Terra é quem o ofendia e nunca “retorquiu as injúrias”, que jamais faria ameaças e que a única vez que deu tapas no rosto da vítima foi para socorrê-la de um ataque cardíaco. Com esse discurso, Pedro se coloca como um marido exemplar e que ele é a “vítima” de sua esposa e de sua sogra, que é a “má influência”.

No discurso de Pedro, não há claramente episódios de machismo, só podemos enxergar uma ponta deste quando Pedro se refere à sogra. Há também uma tentativa de desqualificação das palavras e denúncias feitas pela esposa “influenciável”. Por ser influenciável, segundo Pedro, Ana Terra passa a ideia de uma pessoa sem opinião o que fortalece ainda mais a imagem de um marido querendo manter sua família, mas sofrendo por causa da “fraqueza” de sua esposa frente às investidas da “má influência” vindas de sua mãe. Pedro, mesmo vitimizado, é a parte forte da relação ao tentar manter o casamento, Ana Terra é simbolicamente representada como a parte “sem juízo”, que não mede as consequências e que quer colocar a perder quinze anos de casamento.

Para o advogado de Pedro, Florêncio, Ana Terra é uma “pseudovítima” e seu cliente é vítima “de uma trama urdida por sua esposa”. Florêncio ainda diz que Ana Terra forjou provas, e seu cliente nunca fez ameaças. Apesar de ser uma intervenção breve a feita pelo advogado, podemos interpretar que houve a desqualificação da vítima, da violência e uma acusação de uma trama, de provas forjadas. O advogado ataca a honra de Ana Terra, pois afirma que ela mente. Essa acusação trouxe consequências para ela e para todos os envolvidos, o discurso sustentado pela defesa para deturpar as denúncias de Ana Terra, permite inferir que recai sobre ela as noções de uma mulher “desviada” dos tradicionais papéis sociais de uma mulher vista como honesta, além disso, a mentira pode se configurar em uma calúnia contra Pedro, manchando sua imagem e moral junto a sociedade da qual pertencem. As filhas do casal poderiam ser prejudicadas, pois como a mãe socialmente tinha, e ainda tem, o papel de educar os filhos, o que se pode esperar de filhas educadas por uma mãe que conta mentiras contra seu próprio marido?

A palavra “trama”, no discurso do advogado, passa a ideia de que Ana, monitorando reflexivamente suas ações, preferiu mentir, criar intrigas. Ana é representada como uma mulher sem escrúpulos e amor pela família. Pois ao mentir sobre as ameaças não pensou nas consequências que os filhos viriam a sofrer, deixando de lado a representação da mãe que cuida e se sacrifica por seus filhos e filhas. E, se por algum momento pensou nos filhos, isso não foi o bastante para que parasse de se comportar como uma “pseudovítima”.

O advogado de defesa pediu que fossem ouvidas as testemunhas de defesa. Nesse momento vale fazermos um adendo: tanto as testemunhas de Ana Terra, quando às de Pedro são homens, casados e alfabetizados, apesar de que na década de 1960, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2003), 39,7% da população do Brasil

era analfabeta. Isso demonstra um certo nível educacional formal das testemunhas envolvidas. Deixando esse ponto, é importante salientarmos que nenhuma mulher foi arrolada como testemunha. Isso pode representar que a palavra de um homem tenha maior valor frente a de uma mulher, já que elas vivem em uma sociedade dominada por eles, e esta condição, essa representação do homem é “compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social” (MOSCOVICI, 2003, p. 41). Saffioti afirma que

Por construir cultura, elemento ausente nas sociedades animais, o ser humano atribui significado a suas ações e as dos outros, assim como aos objetos e aos fatos. Em virtude disso, o macho da espécie humana estabelece não apenas seu território geográfico, mas também um território simbólico no qual reina soberano sobre mulheres, crianças, adolescentes e idosos. O homem é socialmente poderoso, e essas outras categorias são frágeis. Isso é fruto do processo cultural de simbolização (SAFFIOTI, 1997, p. 39).

Por ser o homem soberano, cabe à mulher um lugar subordinado a ele. Para a autora supracitada existe toda uma forma de controle e repressão que transformam as características vistas como pertencentes ao gênero feminino em estereótipos e estigmas. Em uma sociedade marcada pela “escola patriarcal”, ter uma mulher como testemunha poderia ser visto como uma intromissão desta no seio da esfera pública, dominada pelo homem soberano, já que cabia à mulher o espaço da esfera privada.

Para tentar corroborar com a versão da defesa de Pedro foram chamadas em juízo duas testemunhas: Juvenal e Licurgo. Ambos casados, alfabetizados, comerciantes, acima dos cinquenta anos. Licurgo apresentou primeiro o seu relato. Afirmou que Pedro era uma pessoa honesta, trabalhadora, mas que havia se queixado o “gênio” de Ana Terra, de sua forma de agir sempre buscando conflito. Ele disse não conhecer Ana Terra e de não ter presenciado nada do que foi narrado. A segunda testemunha, Juvenal, disse que conhece o acusado Pedro, por cerca de oito anos. Que não presenciou nada daquilo que foi narrado e que não conhece a vítima, mas que Pedro é honesto e trabalhador. Nesse ponto, o termo “trabalhador”, nos faz lembrar Beauvoir (2016, p. 186) quando afirma que

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. [...] Socialmente, o homem é um indivíduo autônomo e completo; ele é encarado antes de tudo como produtor e sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade. [...] o papel de reprodutora e doméstica em que se confinou a mulher não lhe assegurou igual dignidade (BEAUVOIR, 2016, p. 186).

A partir dos depoimentos das testemunhas podemos afirmar que o caráter de Pedro foi enaltecido pelas palavras “honesto” e “trabalhador” ditas por Juvenal e Licurgo, assim, não houve

diretamente um ataque à vítima. O pressuposto era de que Pedro estaria de acordo com os preceitos éticos, em contrapartida Ana Terra não. Moscovici em sua TRS afirma que: “existe um comportamento adequado para cada circunstância, uma fórmula linguística para cada confrontação e, nem é necessário dizer, a informação apropriada para um contexto apropriado” (MOSCOVICI, 2003, p. 02). Pedro tem seu comportamento adequado diante daquilo que a sociedade e o “contexto” esperam que seja um “bom homem”, um “bom marido”, já que é “trabalhador” pode-se inferir que nada falte à esposa e filhos.

Em suma, analisando o discurso das testemunhas, que afirmam não conhecer a vítima, podemos entender que há uma desqualificação desta, uma minimização da violência denunciada por Ana Terra, portanto, houve o seu silenciamento. Como alguém que não conhece a outra parte envolvida no processo pode depor, falar, analisar a conduta da outra parte desconhecida? Quais os motivos que levaram Pedro a escolher essas pessoas? Pedro desejava esconder a realidade conjugal? As testemunhas de Pedro eram tendenciosas, só repetiram aquilo que Pedro falava e o que ouviram, Ana nunca foi ouvida por estes, seus argumentos não foram conhecidos, a vida conjugal sofreu uma cisão e o lado tomado pelas testemunhas foi justamente o enaltecimento do caráter do agressor, Pedro.

O advogado de defesa começou sua argumentação com a seguinte frase: “[...] a verdade é bem outra: a vítima abriu inquérito contra o marido, isto porque precisava de um motivo para requerer, como requereu, uma ação de desquite. O marido é bom, bom pai, bom trabalhador, e sobretudo perfeito das faculdades mentais”¹⁶. Nessa argumentação percebe-se que 1) a representação da, até então, vítima, Ana Terra, é de uma mulher mentirosa e que armou contra o marido; 2) o “suposto” agressor é a “vítima” de sua esposa; 3) a verdadeira “vítima”, ou seja, Pedro, possui qualidades que o impedem de cometer os atos apontados por Ana Terra, a “mentirosa”; 4) portanto, não houve a violência de ameaça.

Continuando sua argumentação, o advogado Florêncio, afirma que “só um débil mental poderia pretender destruir seu imóvel, que tanto lhe custou por simples capricho ou por estar brigado com a esposa”. Este argumento reitera o dito anteriormente: Pedro é uma pessoa com perfeitas capacidades mentais. Novamente, a denúncia feita não faz sentido. Ana Terra deve ser desacreditada, pois não houve ameaça e sem ameaça, Pedro não pode ser culpado por nada, até porque é um homem de equilíbrio.

Para terminar, o advogado diz: “a Justiça não é brincadeira, a vítima vem à Justiça e nada prova, nada convence [...] é preciso que o réu seja absolvido”. A violência sofrida por Ana Terra foi

¹⁶ Vale ressaltar que no próprio processo uma das testemunhas de acusação apontou acreditar que Pedro sofria de neurose de guerra.

resumida ao termo “brincadeira”, o qual consiste em “qualquer coisa que se faz por imprudência ou leviandade e que custa mais do que se esperava” (BRINCADEIRA, 2020)¹⁷. Utilizando o termo “brincadeira”, o advogado, além de desacreditar Ana Terra, a coloca na posição de uma criança, irresponsável em suas ações, sem medir as consequências de seus atos. Isso até certo ponto, pois Ana Terra representa socialmente, também, a imagem de uma mulher mentirosa, ardilosa, que compromete um homem “honrado e trabalhador”, e que tenta contra a paz e estabilidade de sua própria família. De acordo com o advogado Florêncio, não há provas, não há convencimento, portanto, não há violência e não há crime de ameaça.

O advogado nega veemente a ameaça relatada por Ana Terra e, embora uma das testemunhas da vítima tenha dito que ouviu do próprio Pedro que explodiria a casa, isso não foi levado em consideração. Tudo dito por Ana Terra foi desqualificado, pois o “homem honesto, trabalhador” e agora colocado como “perfeito em suas capacidades mentais”, não cometeria um ato que “somente um débil mental seria capaz de fazer”.

O Poder Judiciário e seu discurso: as colocações do Ministério Público

O promotor Rafael, designado para o caso de Ana Terra e Pedro, após analisar a denúncia e a argumentação da defesa, faz a seguinte colocação:

Para que a ameaça constitua infração penal, é necessário que o agente ativo revele intenção formal e positiva de fazer o mal, não se concretizando ela como a simples intemperança de linguagem, a vã jactância, as expressões de pura bazófia e ditos irrefletidos (Rafael, promotor de justiça, processo: 4993, nº AC 402/68, data de início 05/12/1968 e término em 24/08/1970).

Com essa colocação percebe-se que o Ministério Público acredita que Pedro possa até ter dito que explodiria a casa da família, mas isso ocorreu em um momento de “intemperança da linguagem”, e não havendo uma atitude que demonstrasse o desejo de “fazer o mal”, como, por exemplo, a constatação de que existiu a compra de dinamites, não se pode dizer que há um crime. O membro do Ministério Público também argumenta que:

Na verdade, o que vem acontecendo é a pseudovítima infernizar a vida do réu com uma série de ações: separação de corpos, desquite, cobrança de pensão alimentícia e agora, não contente invadiu a esfera criminal. [...] O acusado vem sendo mais vítima do que algoz (Rafael, promotor de justiça, processo: 4993, nº AC 402/68, data de início 05/12/1968 e término em 24/08/1970).

¹⁷ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brincadeira/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

Com essas palavras do membro do Ministério Público afirma ser pela absolvição de Pedro e, mais uma vez, fica claro a desqualificação da denúncia, a diferença atribuída ao discurso de um homem e de uma mulher, uma diferença de gênero, dois pesos e duas medidas, pois de vítima, Ana Terra passou a ser algoz, Pedro, de agressor, passou a ser vítima, embora possa ter dito em um momento de “intemperança” que explodiria a casa da família.

Marisa Corrêa em sua obra “Morte em família: representações jurídicas de papéis sociais” (1983), ao analisar as diferenças e julgamentos que possuem como réus homens ou mulheres, afirma que para o promotor “a honra no caso da mulher é considerada honra familiar, mas não o é no caso de homens” (CORRÊA, 1983, p. 67). Para o promotor do caso analisado, Ana Terra maculou a honra de sua família em várias ocasiões: no momento que pediu separação de corpos para um futuro desquite, quando não pensou que seus filhos poderiam sofrer ou estar sofrendo com as brigas dentro da família, também maculou quando arquitetou uma mentira (o crime de ameaça) para prejudicar seu esposo.

Além das ameaças narradas por Ana no início do processo, o promotor, que tem como função acusar o réu, e que não pede absolvição deste com tanta frequência, passa a utilizar o desejo de Ana de se desquitar como um estigma, uma marca de culpabilidade, de uma mulher que, ao contrário do marido, deseja fazer o mal a ele e a sua própria família. Há uma desigualdade de poder entre a fala do homem e da mulher, Pedro e Ana Terra, e como sentencia Saffioti (1999, p. 82-83) “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder”. O promotor não está alijado da tradição cultural e faz parte de uma instituição que possui um grande poder dentro da sociedade.

A Sentença

O juiz faz uma breve descrição dos motivos da ação e sem demora afirma que a ação é improcedente, que não houve crime por parte do réu, não houve ameaça e ainda diz que quando Pedro falou que iria dinamitar sua casa foi um ato, segundo as palavras do juiz, de “uma súbita descarga de ira, causada pelos constantes desentendimentos com a vítima, tudo isso aliado ao seu temperamento excessivamente nervoso”. Diante disso, o réu, Pedro, foi absolvido. Ao discutir gênero e criminologia, Santos (2018, p. 74) afirma que o “direito é sexista, não é a aplicação do direito que falha no alcance da igualdade, mas os próprios valores de igualdade, neutralidade e objetividade que são incorporados ao direito são reconhecidos como masculinos.

Podemos notar na sentença que há indícios de que Pedro possa ter dito que explodiria sua casa, mas fez isso devido ao seu “temperamento excessivamente nervoso”. De certa forma Ana Terra causava a ira do esposo, ela era seu “algoz” conforme o promotor e na concepção do juiz. No “fim das contas”, se houve ameaças foi pura e exclusivamente por causa das provocações infundadas da pseudovítima, nesse ponto fica claro a falta de neutralidade, pois a vítima passa a ser vista como a causadora do próprio mal que poderia vir a lhe atingir devido às suas provocações.

Nesse ponto percebe-se a naturalização da violência por causa do “temperamento” de Pedro e devido as provocações da esposa, a denúncia por ameaça é vista como infundada, desqualificada, mera “intemperança da linguagem”. O homem “honesto e trabalhador” em perfeitas “condições mentais” jamais poderia ter seus atos igualados aos de um “débil mental”, conclui-se, dessa forma, que Ana Terra mentiu e “brincou com a Justiça” de forma irresponsável. Santos (2018) nos coloca que o Direito, conseqüentemente, as pessoas que operam com ele estão em conexão

[...] com a manutenção da condição subordinada das mulheres, cumpre também afirmar que, embora não se possa prescindir dos mecanismos jurídicos para supressão da desigualdade formal, também não se pode confiar neles unicamente para a emancipação feminina (SANTOS, 2018, p. 76).

Estando Ana e Pedro contextualizados em um período muito repressivo e opressivo no Brasil, a ditadura militar, sendo a mulher considerada “posse/propriedade” masculina (SAFFIOTI, 1997, p. 42), no qual como já dito, a emancipação feminina era apenas um vislumbre, embora, de suma importância ressaltar, houvesse resistência a essa condição por parte das mulheres; a liberdade e autonomia feminina passava por dois controles, o controle estatal, tido como formal, e o controle informal, aquele desempenhado pela igreja, família, escola, vizinhança, etc. Quando o controle informal falhava em sua tarefa de “docilizar” as mulheres, o controle formal entrava em cena, torturando, prendendo, executando muitas mulheres vistas como “desviantes”, ou seja, aquelas que iam contra as regras sociais desiguais e também contra as políticas repressivas impostas pelo governo militar.

Faz-se interessante ressaltar que tanto o promotor de justiça quanto o juiz criam paralelos contrários entre Ana e Pedro. Ana é algoz, mentirosa, brinca com a justiça, provoca o marido; Pedro, apesar da “intemperança” é caracterizado como honesto, trabalhador, com perfeitas condições mentais. Percebe-se aí a nítida criação de opostos entre homem e mulher.

A estrutura social, formada pelas hierarquias [...] torna cada um e todos os homens potencialmente violentos, [...] o sentimento de posse/propriedade que a sociedade alimenta no homem, em relação a sua mulher e a sua prole, e a impunidade esmagadora desses criminosos explica amplamente a generalização da violência masculina contra mulheres, crianças e adolescentes (SAFFIOTI, 1997, p. 56).

Em uma sociedade hostil para o desenvolvimento de relações respeitáveis e de igualdade entre os gêneros, pois possui como “protótipo da humanidade” (SAFFIOTI, 1999, p. 84) o homem, se torna muito complicado romper a violência sofrida pela mulher dentro de sua própria casa, até porque buscar ajuda junto ao Poder Judiciário não configura a libertação da mulher de um ambiente de violência, tomemos como o caso de Ana Terra.

Considerações Finais

O processo analisado traz o discurso de todos os envolvidos nos fatos, indo desde a vítima até ao juiz. É importante sinalizar que todos os envolvidos no processo, exceto a vítima, eram homens, a “pseudovítima”, conforme palavras do advogado de defesa, embora sofresse maus tratos, pois uma das testemunhas relatou esse fato, reuniu coragem para buscar no Poder Judiciário a separação de seu marido, buscando assim se livrar dos abusos sofridos.

Ao entrar com um processo criminal e um pedido de separação de corpos, a vítima se demonstrou uma mulher muito determinada, pois sofreria o julgamento social por causa de sua atitude, além, é claro, do julgamento do Poder Judiciário. Mas a vítima não se intimidou e buscou seus direitos, apontando testemunhas para corroborar com sua versão dos fatos.

Após todas as colocações das testemunhas de acusação, a versão da vítima refutada pelo acusado e, logicamente, por seu defensor. Nesse ponto é interessante notar que o acusado afirma que seu casamento começou a ter problemas após a chegada de sua sogra para residir com o casal. Para o acusado, o pivô da discórdia é uma mulher, a sogra. A representação social da sogra é carregada de negatividade, é vista como alguém que desestabiliza o relacionamento dos filhos. O discurso do acusado vai ao encontro dessa representação.

É de praxe que o advogado de defesa busque contra-argumentar tudo que a vítima relata. O advogado do acusado desqualifica a vítima chamando de mentirosa, acusando-a de tramar contra o próprio marido e pai de seus filhos, esse seria um homem honesto e trabalhador, representação social fiel do homem ideal para se constituir uma família. Já a vítima, é colocada como uma mulher que “brinca” com a Justiça e com a sua própria família, ao acusar o marido de ameaçar explodir a casa da família.

O Ministério Público, representado por um homem, afirma que o acusado fez ameaças no calor do momento, que suas palavras eram puras intemperanças. Ou seja, ele não nega que houve a ameaça, mas desqualifica como crime o fato, silenciando as argumentações da vítima e os

testemunhos da acusação. O mesmo ocorre com o Juiz, que ao proferir a sentença reiterou que o acusado era um homem honesto e trabalhador, que não poderia ser comparado a um “débil mental”, pois somente este colocaria explosivos em sua própria residência.

Apesar da vítima buscar na Justiça respostas para seus problemas conjugais, ela foi transformada no “algoz”, os papéis de vítima e agressor se inverteram, houve o silenciamento da argumentação da vítima, além do descrédito com o qual foi vista durante o processo. Este caso analisado é emblemático, pois representa como a mulher era vista na década de 1960 quando tentava buscar seus direitos de cidadã em uma sociedade na qual ela ainda era socialmente “tutelada” pelo pai ou pelo marido.

Saffioti (1934-2010), uma das grandes estudiosas da violência contra a mulher no Brasil, possui, entre sua vasta obra, dois artigos muito instigantes, um deles intitulado *Violência doméstica ou a lógica do galinheiro* (1997) e outro *Já se mete a colher em briga de marido e mulher* (1999). No primeiro texto, a socióloga afirma que “quando o homem é chefe da família, é também, de fato seu amo e senhor, mandando e desmandando na mulher e nos filhos” (SAFFIOTI, 1997, p. 42) e que essa postura masculina, como sendo o topo da hierarquia, é construída, atribuída e estimulada socialmente, essa hierarquia define a “ordem das bicadas” (SAFFIOTI, 1997, p. 39), quem manda e quem obedece. O outro artigo tem em seu título uma afirmação “já se mete a colher em briga de marido e mulher”, nele a autora nos diz que “é óbvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, [...] a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres” (SAFFIOTI, 1999, p. 84).

Levando em consideração as colocações de Saffioti (1997; 1999), podemos analisar que ao acionar o Poder Judiciário contra o seu marido, Ana Terra, estava subvertendo a ordem familiar socialmente aceita: homem/marido como topo da hierarquia, a mulher/esposa/mãe como obediente ao homem e cuidadora da família deste. Essa estrutura, consagrada pela representação social do que é ser uma família na época, foi atacada pela ação de Ana, ou seja, sua atitude passou a ser reprovável socialmente e também pairou como uma sombra sobre o poder conferido ao homem no casamento. A posição do Ministério Público e a sentença deixam claro que sua atitude não foi bem-vista, pois de vítima passou a ser a “algoz” do marido e suas denúncias, ainda que confirmadas por testemunhas, não foram tidas como verdadeiras. Ao sentenciar o processo criminal de Ana Terra contra Pedro, o juiz está reafirmando a estrutura familiar e assim, reforçando a representação social dos membros dessa família baseada no poder patriarcal.

Referências Bibliográficas

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOLOGNESI, Roselaine. *Escola e sociedade: análise do discurso althusseriano e de suas apropriações na área educacional brasileira*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Perspectivas Antropológicas da mulher*. São Paulo: Zahar, 1985. v. 4. p. 23-62.
- CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça para todos: os juizados especiais criminais e a violência de gênero*. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MACHADO, Vanderlei. Está faltando ela: a história da resistência feminina ao regime militar nos livros didáticos de História. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2008, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p. 01-09. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1208726223_ARQUIVO_EstafaltandoEla.pdf. Acesso em: 03 dez. 2021.
- MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- PEDRAZANI, Aline Salles. *Violência contra as mulheres: uma análise sociológica dos processos judiciais criminais de Londrina-PR em 1968 e 2018*. 2021. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000233510>. Acesso em: 08 dez. 2021.

POSSENTI, Sírio. Análise do discurso e acontecimento: breve análise de um caso. In: NAVARRO, Pedro (org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2006. p. 93-108.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). *Violência em Debate*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Em briga de marido e mulher já se mete a colher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, out./dez. 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely de Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, June Cirino dos. *Criminologia Crítica ou Feminismo: uma fundamentação radical para pensar crime e gênero*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 13, p. 128-133, jul. 2000.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. *Revista Interam. Psicol.*, v. 41, n. 3, p. 379-390, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a13.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

Fontes Online

BRINCADEIRA. In: *DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/brincadeira/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CASTILLO, Elisa. Infográfico: a violência contra as mulheres no mundo em quatro mapas. *El País*, Madri, 24 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511362733_867518.html. Acesso em: 18 nov. 2021.

CAVALLINI, Marta. Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas, diz pesquisa. *G1*, São Paulo, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2021.

CNJ. CNJ Serviço: Qual a diferença entre autor, réu, requerente e requerido? *Conselho Nacional de Justiça*, Brasília, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-qual-a-diferenca-entre-autor-reu-requerente-e-requerido-2/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

FEMINISMO: manifestações a partir de 1968 que inspiraram mobilização atual. *O Globo*, 22 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/feminismo-manifestacoes-partir-de-68-inspiraram-mobilizacao-atual-16512352>. Acesso em: 18 nov. 2021.

INEP. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Mulheres: Movimentos feministas. *Instituto Vladimir Herzog*, [entre 2010 e 2015]. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/?gclid=CjwKCAjwkun1BRAIEiwA2mJRWcsweyRg2fFfqLWMhgbSvLY4fFTOpHHKqoWSSW0i4RiSOd6k3-zR5RoCZpoQAvD_BwE. Acesso em: 03 dez. 2020.

OLDEMBURG, Glorya. A mulher Brasileira e a luta por direitos civis. *Jusbrasil*, [2016?]. Disponível em: <https://gloryaoldenburg.jusbrasil.com.br/artigos/396900589/a-mulher-brasileira-e-a-luta-por-direitos-civis>. Acesso em: 18 nov. 2021.

PREFIXOS. In: NEVES, Flávia. *Norma Culta: Gramática Online da Língua Portuguesa*. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/-prefixos/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

VÍTIMA. In: *DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2017. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vitima/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES DO CAMPO

Lenir Candida de Assis
Raíssa Regina Brugiato Rodrigues

Introdução

O presente estudo buscou fundamentos teóricos visando contribuir para a compreensão sobre a temática da concentração fundiária, questão presente na agenda dos debates políticos em diferentes períodos na história do Brasil e, ao mesmo tempo, buscou abordar a reação dos trabalhadores frente à estrutura fundiária no país, que em um processo histórico, lhes cerceou o acesso ao direito e posse de terras. Relacionar esta pauta com o estudo da Mística político-social dentre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) demanda diferentes leituras que transitam desde o fundamento imaterial no processo de formação até a perspectiva estética relacionada ao ritual coletivo do movimento¹⁸.

O histórico da concentração de terras no Brasil e a ausência de políticas públicas efetivas para a Reforma Agrária ao longo dos séculos, geraram desigualdade e violação do direito à terra, associado a muitos conflitos agrários¹⁹, aqui demonstrados. Como forma de elucidar esses fatos, a pesquisa investigou elementos na política brasileira no período do império, mostrando a origem dessas desigualdades e o posicionamento de agentes políticos da época, e mostra, como essa disputa sempre conflituosa se institucionalizou no Brasil.

Para abordar momentos da história em que esses conflitos se intensificaram, o estudo buscou nos arquivos do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de

¹⁸ A Mística político-social dentre os militantes do MST no Assentamento Eli Vive em Londrina/PR, foi aprofundada no decorrer do mestrado em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Londrina, por Lenir Candida de Assis. Para maiores informações, consultar Assis (2019).

¹⁹ Considera-se, portanto, que esse é um processo que se desenvolveu em diferentes momentos da história política brasileira. Pode-se citar, a título de exemplificação, a conjuntura da colonização do Brasil, abordada por Faoro (2001) como um processo que contribuiu para a centralização e concentração de poder decisório político e de posses, e até processos histórico-políticos em conjunturas mais atuais, como foi o caso da Ditadura Militar Brasileira (1965-1985), período no qual Fernandes (1998), em seu estudo sobre a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil, observa que o país conheceu uma transformação em sua agricultura, na qual os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo, que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, que gerou, por um lado, a modernização tecnológica, e por outro, o campo brasileiro foi permeado por conflitos em decorrência do crescimento das desigualdades socioeconômicas, pois “esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje” (FERNANDES, 1998, p. 02).

Londrina (NDPH/UEL), os documentos relativos ao MST e do Serviço Nacional de Informações (SNI) como forma de aprofundar a relação entre as ocupações rurais, estratégias do MST e a atuação do Estado, especialmente nos anos da ditadura militar (1964-1985), época da gênese do MST no Brasil. O referido centro (NDPH/UEL) guarda um importante acervo de documentos históricos, identificados e catalogados. São fontes desta pesquisa aqueles digitalizados, impressos, catalogados ou mesmo apenas datilografados que detenham conteúdos referentes ao MST, suas lutas e conflitos.

Destaca-se que a luta pela terra guarda a singularidade da sua não reprodução, portanto está no âmago da disputa entre o capital e o trabalho. Esse conflito, segundo Petry (2008) caracteriza-se da seguinte forma:

Culturalmente, considera-se trabalho toda a atividade humana objetivamente verificável. Desta forma, as ciências sociais consideram trabalho toda a atividade humana continuada que se destina a criar, transformar, fornecer, distribuir e usar bens materiais e não-materiais para a sobrevivência e bem-estar individual e social. Capital é uma palavra que é usada para descrever um bem que alguém possui como riqueza, podendo significar dinheiro, um investimento financeiro, ações, títulos ou os próprios meios de produção. No ideário burguês, refere-se a qualquer bem que possa ser usado como fonte de renda, ou seja, que gere um fluxo de renda para o seu dono. Para Marx, o capital não é uma coisa, mas uma relação social que toma a forma de coisa, presente nas relações capitalistas de produção, isto é, a relação das forças produtivas nas relações de produção (trabalhador e meios de produção). Nesta perspectiva, capital é uma categoria complexa que abrange dinheiro, bens, meios de produção, distribuição, circulação e preço de mercadorias. Nas relações de produção entra o trabalhador (trabalho) e os meios de produção, base na geração do conflito entre capital e trabalho (PETRY, 2008, p. 02).

No contexto brasileiro e no caso específico do estudo sobre o assentamento Eli Vive²⁰, o conflito entre capital e trabalho, também está associado a um processo histórico de concentração fundiária que se perpetua desde a colonização.

Nesse sentido, é importante observar que, de acordo com Faoro (2001), o processo de colonização no Brasil possibilitou a permanência, no país, de traços das configurações políticas, históricas, culturais e sociais dos colonizadores portugueses. De acordo com o autor, Portugal era, nessa conjuntura, um país sufocado pelo Estado absoluto e centralizador, e seria errôneo “medir a conquista e a colônia como realidades alheias às metrópoles, de onde lhes vinha o sangue e a respiração, umbilicalmente” (FAORO, 2001, p. 147).

Mesmo com a sucessão de períodos históricos posteriores, o processo de concentração de patrimônio e de poder decisório político é algo que, a despeito de suas possíveis novas feições, em diálogo com a conjuntura política, histórica e social, se perpetuou. Faoro (2001) nesse sentido, destaca que no processo de formação do Estado brasileiro, no qual diversas funções foram se

²⁰ *Locus* da dissertação do mestrado/UEL, localizado no município de Londrina/PR.

separando da administração da casa real (relativa ao período colonial), o poder político e as posses permanecem concentrados, e então o patrimônio do soberano se converteu, gradativamente, no Estado, que é gerido por um estamento que, cada vez mais, vai se burocratizando.

São relevantes, portanto, os apontamentos do autor no sentido de que, há processos históricos e políticos no Brasil, que convergiram para a centralização, que tem caráter político, mas esses processos também incluem o domínio patrimonial e a burocracia crescente.

Objetiva-se, portanto, buscar na história da política brasileira, aspectos contidos nas decisões, opções, pactos e acordos firmados. Neste estudo, faz-se o recorte do período do Império, que contribuiu para projetar o Brasil para um futuro, onde as mudanças sociais e políticas ficariam atreladas a interesses de famílias abastadas, oligarquias, agrupamentos políticos, patrimonialismo, centralidade de poder, concentração de renda, especialmente a partir da concentração da terra. Esse modelo de política ou a falta dele levou o Brasil a ocupar no início do século XXI, o nível de 7º país mais desigual do mundo (BRASIL..., 2019)²¹, resultado de políticas de privilégios, acordos conciliatórios, lógica da concentração do poder e da riqueza, onde os pobres e trabalhadores foram deixados à margem das prioridades nas pautas públicas do país.

O documento *Faces da Desigualdade no Brasil – Um olhar sobre os que ficam para trás*, aponta que no relatório da Oxfam²² sobre a desigualdade brasileira, “apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres, e, que os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%” (CAMPELLO; GENTILI, 2017, p. 11) da população. Dessa forma, se compreende que a questão da terra, que está na base da contradição do capitalismo e se reproduz conforme as forças políticas e econômicas mundiais e de interesse do mercado, contribuem para entender esse processo de exclusão de centenas de milhares de pessoas ainda hoje escravizadas²³, utilizadas para reproduzir a riqueza estocada e concentrada nas mãos de poucos.

²¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

²² A OXFAM é uma confederação de 20 organizações presentes em 94 países e que atuam pela redução da pobreza, erradicação da fome e das desigualdades. Para maiores informações acessar: https://www.oxfam.org.br/historia/?_ga=2.107234496.376143250.1594043210-1491920496.1593782344. Acesso em: 02 dez. 2021.

²³ Conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra, o MST (2020), destaca que “nos últimos 24 anos, 54.778 pessoas em situação análoga à escravidão foram libertadas em todos o país”. Em 2019, foram 130 casos de trabalho escravo identificados no Brasil, num total de 1.208. Dentre esses, 1.050 trabalhadores/as foram resgatados em segmentos como pecuária, lavouras, produção de carvão vegetal, mineração, confecção, construção civil, serviços diversos. Esses dados foram sistematizados para a campanha “De olho aberto para não virar escravo!”, e têm como fonte principal as informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho (hoje lotada no Ministério da Economia) (MST, 2020). Nesse sentido, “É considerada escravizada uma pessoa submetida a condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva ou a alguma forma de privação de liberdade de ir e vir, inclusive, por meio de dívida ou de trabalho forçado” (MST, 2020). Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/08/na-semana-do-13-de-maio-cpt-reforca-campanha-contra-trabalho-escravo-contemporaneo/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

Concentração de terras no Brasil

Considerando as fontes documentais e bibliográficas citadas enquanto dados da realidade, pode-se apontar que essas demonstram como a terra no Brasil sempre esteve concentrada nas mãos de pequenos grupos, fortalecendo o patrimonialismo como um processo presente na raiz dos problemas estruturais do desenvolvimento e que, ainda na atualidade, acarreta pautas e debates, conforme pode-se observar não só pela atuação do próprio MST, mas também em estudos sobre o tema, como é o caso do já citado relatório da Oxfam sobre a desigualdade brasileira.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, tal como observa Furtado (1989), a concentração fundiária é reflexo da construção histórica da formação da propriedade privada no Brasil. Essa herança provém da própria dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes nesse período, as quais introduziram disparidades na distribuição de terras e posteriormente, na concepção mercadológica da terra.

Com base nas fontes documentais mobilizadas para a pesquisa, e nas presentes considerações, este estudo abordou aspectos da transformação social e política no Brasil durante o Império como elementos fundamentais para compreender a lógica da concentração de terras no Brasil que levou homens e mulheres, organizados no MST, desde 1979, a empreenderem ações coletivamente, visando a reforma no campo a partir da socialização da terra. Buscou-se desenvolver um olhar sobre os possíveis momentos nesse período em que os debates e as decisões tanto no governo imperial como no parlamento, poderiam contribuir para o desenvolvimento de uma nação democrática, onde não ficasse o seu povo órfão de representação, porém, convergiram para a continuidade e perpetuação da concentração de terras.

Concentração de terras e a relação com o Império

No reinado de D. Pedro II (1840-1889) buscava-se uma estabilidade política através da bipartidarização entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, bem como a instauração do parlamentarismo como forma de governo. O crescimento econômico brasileiro nesse período devia-se ao sucesso do cultivo do café, especialmente em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio de Janeiro por conta das condições favoráveis do solo, o que exigia mais mão de obra escrava, tornando o país um potencial em exportação. A expansão urbana também foi uma realidade nesse período, como forma de responder às necessidades da economia. Cresceu com isso, o número de latifúndios

cafeeiros no Brasil, cujos barões do café davam sustentação política ao imperador em troca de títulos vindos da nobreza e privilégios a seus grupos.

A escravidão era o principal tema do debate no parlamento nesse período. O governo e a elite agrária brasileira resistiam à ideia da abolição do tráfico dos escravos, e com a lei de 1850, que instituiu o fim do tráfico e a abolição da escravatura em 1888, a alternativa encontrada pelos donos das fazendas cafeeiras, para suprir a necessidade de mão de obra para a cafeicultura, associada à propaganda do governo quanto à política de branqueamento²⁴ da população brasileira, referindo-se ao conceito atribuído aos africanos e afrodescendentes presentes no Brasil, teve o início da política de imigração europeia para o Brasil, por meio de trabalho assalariado.

A produção cafeeira nesse período se expandiu no oeste paulista por conta da terra roxa, sofrendo queda de produção no Rio de Janeiro. Essas mudanças regionais causaram também alterações nas relações de poder, onde o monarca já não mais privilegiava os donos de terras do Nordeste que, por sua vez, não mais apoiavam Dom Pedro II, o que contribuiu em 1889 para o fim da Monarquia no Brasil. Dom Pedro II apostava em mudanças sociais gradativas, mas as fez cedendo às pressões dos grandes proprietários de terras e à marqueses, com nomeação de parentes e indenização pelo fim da escravidão, o que significou utilizar os recursos do Estado para manter uma relação diplomática conciliatória com as elites dominantes da época como forma de neutralizar a oposição a seu governo, colocando os pobres, escravos, agora livres completamente fora da agenda política do país.

Muitas mudanças aconteceram no Brasil no campo da economia, no modo de produção regionalizada, na relação de poder, no modelo de gestão, na migração de mão de obra escrava para a mão de obra assalariada, o fim da imigração dos negros e início da imigração europeia.

Para refletir sobre esse processo, é relevante pensar também os agentes políticos brasileiros no período, visto que suas atuações influenciaram substancialmente nas decisões que indicariam as possibilidades e impossibilidades de mudanças sociais no país, como no acesso igualitário à posse de terras ou a maior participação da população em processos políticos decisórios, capazes então, de incluir pobres, trabalhadores e negros (que no período estavam em transição do regime de escravidão para o trabalho livre) nesse processo, o que, contudo, não ocorreu.

²⁴A historiadora Pietra Diwan (2007), que estuda a política de eugenia em todo o mundo, fala como o Brasil aderiu a essa proposta como forma de também purificar a raça e libertar o Brasil da “feiura” atribuída aos negros, a exemplo de outros países. “Os eugenistas surgiram no efervescer desses conflitos e tinham propostas e soluções para curar o Brasil. Muitos eram os caminhos dessa limpeza: o branqueamento pelo cruzamento, o controle de imigração, a regulação dos casamentos, o segregacionismo e a esterilização. É importante ressaltar que a eugenia abraçou todas essas correntes” (DIWAN, 2007, p. 92-93). Para maiores informações ver Diwan (2007).

Dessa forma, o presente estudo elencou considerações sobre a atuação política de agentes políticos como Perdigão Malheiros, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e Silvio Romero, deputados que exerceram mandato no período do império, representando seus respectivos estados, cujas pautas principais giravam em torno da questão fundiária. Para dialogar com esses autores, a pesquisa traz a contribuição de Euclides da Cunha, Manoel Bomfim, Sérgio Buarque de Holanda, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Celso Furtado e Raymundo Faoro como forma de elucidar o posicionamento desses agentes políticos, que dialogam com estes períodos em que a terra foi tratada como política de privilégios de poucos.

O Deputado Perdigão Malheiros²⁵ da linha conservadora por Minas Gerais na penúltima década do império, num momento em que as disputas de interesses entre o norte-cafeeiro e o sul-cafeeiro impunham o debate na câmara dos deputados, bem como a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, apostava numa modernização na sociedade brasileira, no entanto, não via a necessidade de mudanças sociais e políticas substanciais, o que evidencia uma busca em não divergir das elites, associando-se a linha conciliatória que defendia os interesses de grupos e não das camadas populares. É possível observar sua posição conservadora e conciliatória, de forma objetiva, nos anais da Câmara dos Deputados em 1871, conforme Rezende (1998, p. 161), apelando aos parlamentares nordestinos quanto à decisão da proibição do tráfico interprovincial de escravos:

Eu disse desde o princípio: nós do Sul, pedimos que não nos abandoneis. E é isto que ainda hoje peço; os do Norte podem ser mais fáceis para fazer concessões tão vantajadas: portanto, tenham contemplação para com o sul, não queiram entregá-lo de pés e mãos amarrados a uma solução que há de causar profundo abalo não só na propriedade, mas contra a nossa segurança (MALHEIROS, 1871, p. 101).

A partir dessa fala, pode-se observar que, em um debate sobre a vida e o destino dos escravos no Brasil, Perdigão Malheiros argumenta em favor da propriedade, e o faz em nome da segurança de quem as detém, discurso esse que apresenta divergências em relação à sua própria teoria na obra *A escravidão do Brasil* (1944), na qual elenca vários argumentos contrários à política escravista, responsabilizando a escravidão por todos os males presentes na sociedade brasileira. Nesta obra, o autor defende o fim da escravidão por entender que, naquele momento, em 1866, iniciava-se um processo de mudança pautado na industrialização, gerando riqueza na economia e, também, na iniciativa privada. “Considerava que os escravos eram parasitas da sociedade e dos senhores, assim como os senhores o são dos escravos” (MALHEIROS, 1944, p. 134).

²⁵ Agostinho Marques Perdigão Malheiros (1824-1881), deputado por Minas Gerais, escritor e historiador brasileiro (REZENDE, 1998).

Contudo, a partir da fala apresentada por Malheiros (1871), é possível perceber que naquele momento, como deputado, não se coloca favorável ao fim do trabalho servil, mantendo-se no papel de mediador entre um interesse e outro.

O advogado Aureliano Cândido Tavares Bastos²⁶, deputado no ano de 1860 pela província de Alagoas pelo partido liberal no período imperial, trabalhava com a proposta de descentralização administrativa como forma de modernizar o país e reorganizar a estrutura de poder concentrado no governo central. Propunha a criação de assembleias por província e municípios, bem como a polícia e a justiça. Fazia críticas à economia cafeeira e às formas como eram tratados os trabalhadores no Brasil, sem a devida assistência, o que gerava exclusão de grande parte da população.

Ao propor a descentralização dos poderes, Tavares Bastos propunha também as eleições provinciais, com autonomia municipal, incluindo a estruturação do ensino e criação de tributos. Tavares Bastos, no entanto, não considerava que mudanças significativas pudessem se iniciar com as massas, nem tampouco no poder de intervenção da população nesse processo de mudanças que para ele, tiraria o povo da margem das questões políticas do país, uma vez que a província estaria mais próxima das pessoas. Mesmo assim, observa Maria José de Rezende (1998 p. 173), “Apareceria como fato normal e até natural, que a república que se pronunciava como uma mudança significativa ocorresse, assim, numa dimensão não alcançável para a grande maioria da população”.

O Intelectual e político Joaquim Aurélio Barreto Nabuco²⁷, deputado por Pernambuco em 1878, atuou entre 1870 e 1910 com importantes pautas sobre as mudanças pelas quais atravessava o país e que teria, naquele momento, a possibilidade de promover significativas transformações estruturais do ponto de vista político na vida das pessoas. Joaquim Nabuco participou ativamente desse período enquanto um político que manifestava a necessidade de mudanças no interior do país.

Em sua obra *O abolicionismo* (1883), se posicionou em favor dos indivíduos que foram escravizados, pois considerava que a escravidão criou uma mócula de imoralidade na sociedade brasileira (REZENDE, 1998, p. 179). É atribuído a Joaquim Nabuco, o fato de responsabilizar todo o imobilismo econômico do Brasil ao regime de escravidão que segundo ele, “atrofiava a produção e concentrava anormalmente a riqueza, comprometendo a ética do trabalho em favor de tendências parasitárias” (MELLO; SOUZA, 1990 apud REZENDE, 1998, p. 179). Atribuía ao parlamento a responsabilidade de criar uma consciência nacional quanto à necessidade do fim da escravatura no

²⁶ Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) foi escritor, jornalista e deputado pelo estado de Alagoas (REZENDE, 1998).

²⁷ Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) foi deputado por Pernambuco, historiador, jurista, orador e jornalista. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (REZENDE, 1998).

Brasil, como forma primordial de eliminação de todos os problemas, uma vez que considerava que todos os males da nação eram advindos do sistema escravocrata.

A emancipação já deve ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar ou perder, a causa da liberdade (NABUCO, 1988, p. 40).

O Deputado Joaquim Nabuco não apresentava preocupações quanto ao comportamento dos negros após o regime servil, pois acreditava serem portadores de uma docilidade que os possibilitava serem integrados, sem rancor, nas diversas camadas sociais. Não via ódio e nem o sentimento por serem escravizados, fato esse que levou Nabuco a pensar em tamanhas mudanças sem a presença de conflitos. Compreende-se que o autor trabalhava com a ideia da passividade entre as camadas da população, por acreditar que era preciso formar um operariado fabril que fosse capaz de exercer influência política no país, algo que até então não se via devido ao sistema escravocrata.

Na obra *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (1987), traz uma contribuição importante ao afirmar que a democracia vista até então, defendia a supremacia oligárquica com os seus interesses na questão agrária. Trabalha a ideia de uma esfera pública no Brasil que funcione em favor dos interesses do privado. No texto *O homem cordial* (1987), vai dizer que a cordialidade tão característica do povo brasileiro é uma postura de negação a conflitos, no entanto, não há democracia sem conflitos.

Holanda tece críticas a Joaquim Nabuco no que se refere a colocar todos os problemas brasileiros nas costas do sistema escravagista, uma vez que compreende que o grande mal da aristocracia não se resolveria com o fim da escravidão, pois trazia consigo uma força capaz de aniquilar todas as formas de tentativas de mudanças que fossem substanciais. Holanda (1987) relaciona este homem com o avesso ao homem racional, com padrão cultural e traços característicos do período da escravidão, permitindo prevalecer uma mentalidade senhorial, de submissão e de exclusão. Define a exclusão como um dado objetivo: povo analfabeto e sem recursos financeiros; resultado de políticas de governos que nunca tiveram de fato um projeto de desenvolvimento para o Brasil, com famílias patriarcais que atraíam para si imensas áreas rurais, acarretando desequilíbrio social, influência nas cidades, gerando grandes desigualdades e, ao mesmo tempo, convivendo com a cordialidade, um povo hospitaleiro e generoso. Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda descreve:

Por meio de semelhante padronização das formas exteriores da cordialidade, que não precisam ser legítimas para se manifestarem, revela-se um decisivo triunfo do espírito

sobre a vida. Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social e, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua do indivíduo (HOLANDA, 1987. p. 108).

No capítulo VII da obra citada, *Nossa Revolução* (1987), Sérgio Buarque de Holanda fala de uma revolução que para ele já havia iniciado e que consistia em superar um passado colonial, em que os erros dos colonizadores europeus deixaram marcas que dificultaram a modernização. Afirma que é preciso “superar as raízes malformadas do Brasil” (HOLANDA, 1969, p. 135) para poder se projetar rumo à modernidade, assim os erros do passado ficariam na lembrança. A revolução da qual falava não expressa uma ruptura, considerando que esta já iniciara em 1888 com a abolição da escravatura. Classifica esse momento como a ruptura do grande entrave para a modernização, pois para Holanda, a urbanização brasileira é outro dado importante para essa revolução, uma vez que se dá na transição da lavoura de açúcar para a produção do café que, segundo ele, um produto muito mais adequado para o processo de modernização que surgia, tratando-se dos trabalhadores escravos na produção açucareira e trabalhadores assalariados nas fazendas do café.

Nessa perspectiva, os antigos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. De acordo com o autor,

A República que não criou nenhum patriciado, mas apenas, uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou-os por completo, daí o melancólico silêncio a que ficou reduzida a casta de homens que no tempo do Império dirigia e animava as instituições, assegurando ao conjunto nacional certa harmonia que nunca mais foi restaurada. A urbanização contínua, progressiva, avassaladora, fenômeno social que as instituições republicanas deviam representar a forma exterior complementar, destruiu esse esteio rural, que fazia a força do regime decaído sem lograr substituí-lo, por nada de novo (HOLANDA, 1987, p. 131).

O filósofo Silvio Romero²⁸, por sua vez, aponta o caminho do sistema parlamentarista como uma forma de mudança capaz de acabar com o despotismo, golpismo e assassinatos presenciados durante o período pós-monarquia. Acreditava que o parlamentarismo possibilitaria o jogo democrático, enquanto o presidencialismo abriria espaço para as revoluções e suas tradicionais consequências. Acreditava numa transição pacífica, através da conscientização da população quanto às possibilidades que a república parlamentar traria. Silvio Romero considerava a oligarquia brasileira, o mal maior da sociedade, porque, nesta lógica de política, a maioria da população ficava excluída, condenando dessa forma, o futuro do país.

²⁸ De acordo com Schneider (2018), Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), foi advogado, jornalista, historiador, filósofo, cientista político, sociólogo, escritor, professor, deputado pelo estado de Sergipe.

Nesse sentido, são relevantes os apontamentos de Euclides da Cunha²⁹, que via dificuldades em entender o Brasil diante dessa multiplicidade de agentes, sem pensar na sobrevivência dos pobres e excluídos. Sente a necessidade de um projeto de nação que significasse um projeto para o povo. Propõe um debate em que questiona como pensar mudanças políticas estruturais se não há identidade com um projeto de nação? Novamente remete a um passado onde o povo esteve à margem de todas as possibilidades de mudanças. Esse debate leva a perceber que havia um desequilíbrio no Brasil onde pobres, negros e índios não estavam contemplados nos programas de governo, ao contrário, acreditava-se que o equilíbrio, o controle e a conciliação seriam o norte das mudanças que ocorreriam naturalmente no país entre a Independência e a República. Interessante observar que Euclides da Cunha via esse modo de desenlace do processo social e político como o único caminho possível. “A destruição e a reconstrução dos ideais de independência e de unidade nacional já apontavam, na década de 1820, que a unificação nacional somente se efetivaria através do alento das reivindicações populares” (REZENDE, 2002, p. 191).

Nota-se que mesmo Euclides da Cunha reconhecendo a exclusão no Brasil, vê também a conciliação como uma saída, embora reconheça que um dos problemas do Brasil são as relações muito frágeis que une as pessoas, onde convivem num mesmo espaço, os oprimidos e os opressores.

Para Manoel Bomfim³⁰, o problema do Brasil consistia também nas rotinas e procedimentos administrativos, a exemplo da má distribuição de receitas que gera corrupção. Qual mudança deveria ser então produzida no País? Para Manoel Bomfim seria a mudança que traria progresso no que diz respeito ao combate do arcaísmo e da exclusão. Indica o caminho da educação como possibilidade de mudar os valores presentes na cultura do povo brasileiro, capaz de produzir sujeitos da democracia. Defendia a miscigenação ocorrida historicamente no Brasil, valorizando-a e negando as teorias racistas da época. Via na educação a solução para o atraso do Brasil, para a emancipação das classes populares. Defendia a educação como um dos princípios básicos para a construção da cidadania e a educação pública como meio para a emancipação e para construção de uma sociedade democrática.

Investigar a participação dos agentes políticos apontados nesta pesquisa, torna-se relevante, pois além de comporem atuações que evidenciam a vigência e relevância do debate sobre a regulamentação de terras já no período, no parlamento representavam seus respectivos estados e

²⁹ De acordo com a tese de Oliveira (2018), Euclides da Cunha, ao longo de sua vida, atuou na área militar, foi engenheiro, professor, contribuinte em vários jornais, e escritor e membro laureado da ABL (Academia Brasileira de Letras).

³⁰ Manoel Bomfim (1868-1932), médico, sociólogo, intelectual, historiador, deputado estadual no Rio de Janeiro em 1907.

tinham a possibilidade de, por meio da legislação, criar mecanismos de distribuição, controle e participação nas decisões que poderiam alterar a realidade de exclusão de uma grande parte da população naquele momento. Contudo, ao buscar legislações que regulamentassem o uso da terra no período, a “Lei de terras”, aprovada apenas em 1850, foi a alternativa que se apresentou.

A chamada Lei de terras, aprovada pela assembleia do império, que a princípio, seria para amparar essa prática diante da ausência de legislação, no entanto, a lentidão da aplicação da lei, fez com que a situação continuasse sem controle e os latifúndios se formassem, não impedindo o uso das terras públicas para interesse particular. Há algumas ressalvas de concessão de terras aos migrantes europeus que se consolidaram especialmente no Sul do Brasil em pequenas propriedades em terras públicas não alienadas, contribuindo para que em 1870 houvesse no Sul, milhares de famílias europeias, especialmente as alemãs.

Apesar da abolição da escravatura, o acesso dos trabalhadores, agora livres, à posse de terras continuava fora do alcance, visto a continuidade de sua concentração nas mãos de poucos proprietários, assim como o controle do poder decisório político. Além disso, houve a ausência de políticas reguladoras até o final do Império: de um lado, proprietários que não trabalhavam a terra e latifundiários que concentraram em suas mãos grandes extensões de terra sem pagar por elas, apenas pela posse; de outro, trabalhadores, libertos, sem acesso a propriedade.

Budó (2008) também ressalta a questão latifundiária no Brasil como um processo que tem raízes históricas. De acordo com a autora, a divisão de grandes porções de terras em sesmarias engendrada pelos colonizadores portugueses, pode ser apontada como um momento inicial da questão de concentração latifundiária nas mãos de poucos proprietários no Brasil³¹. Esse meio jurídico (sesmarias) teria sido modificado, e sendo um empreendimento de alto custo, convergiu para a concentração latifundiária.

De acordo com Budó (2008), com a vinda da família real para o Brasil em 1808, e posteriormente, com a declaração da independência em 1822, o regime de sesmarias cedeu lugar ao regime de posses, o que possibilitou o surgimento de pequenas posses. Em 1850 seria regularizada a Lei de terras (Lei nº 601), que segundo a autora, possibilitou a aquisição livre de terras, a qual, contudo, era possível somente através da compra em dinheiro à vista. Dessa forma, salienta Budó (2008) ao citar Martins (2003), as interdições étnicas e raciais (relacionadas outrora ao regime escravista) cedem lugar às interdições econômicas ao acesso à terra.

³¹ Nesse sentido, observa Faoro, a obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição das terras, pois “Aí se fixava o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de condensar populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação” (FAORO, 2001, p. 147-148). A monarquia portuguesa, de acordo com o autor, teria encontrado em sua própria tradução, o modelo legislado das sesmarias para a tarefa de povoar o território.

A terra, o grande meio de produção que desde o século XVI, com a fase das capitânicas hereditárias fica concentrada nas mãos de poucos, ora concedida através das sesmarias, ora pelas práticas de concessão de terras pelas autoridades coloniais em grande expansão territorial às pessoas que supostamente teriam condições de explorá-la, o que na prática significava ter a possibilidade de utilização da mão de obra escrava para o desenvolvimento da agricultura. Essa prática de concessão de terras, sem nenhuma legislação que regulasse ou garantisse terras a pequenos agricultores, estende-se até início do século XIX. Vale lembrar que grande parte dessas terras foi ocupada por grandes fazendeiros sem nenhuma legalidade. O sociólogo, José de Souza Martins (1995), mostra como era o procedimento na concessão de terras no período da colônia e a forma como se excluía o camponês ao direito à terra,

[...] a concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre direitos de posseiros. Não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros instalados com suas roças e seus ranchos. Dependia do fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados [...]. A posse do fazendeiro conduzia a legitimação através do título de sesmaria; o mesmo não se dava com a posse do camponês, do mestiço, cujos direitos se efetivavam em nome do fazendeiro. Basicamente, tais situações configuravam a desigualdade dos direitos entre o fazendeiro e o camponês. Desigualdade essa que definia os que tinham e os que não tinham direitos, os incluídos e os excluídos (MARTINS, 1995, p. 35).

Os camponeses, dessa forma, somavam-se à maioria da classe pobre do período, uma vez que, embora fossem trabalhadores do campo, foram excluídos da condição de proprietário de terras.

Conhecer a história política e social do Brasil é fundamental para entender a luta dos movimentos sociais e organizações populares, especialmente o MST, pois as mudanças, no sentido da democratização ao acesso às terras e descentralização da posse das mesmas, desde a origem, não foram efetivamente executadas. Abordar a luta dos trabalhadores do MST na atualidade, demandou a realização dessa investigação, que buscou abordar os fundamentos e elementos históricos que engendraram a prática da maior estratégia do movimento, cuja ação se concentra na ocupação de terras em várias partes do país.

Os registros do período investigado, constituem-se em elementos que buscam elucidar o histórico de concentração de terras no Brasil, gerando por um lado, grandes latifúndios, e por outro, uma massa de população pobre e destituída de terras que ainda, na atualidade, é um dado da realidade. É importante notar que, nessa esteira, ao longo do século XX, muitas organizações de trabalhadores rurais se organizaram como forma de alterar essa relação de forças e, através de mecanismos coletivos, ter acesso ao direito à terra. É importante destacar, que as organizações e as lutas dos camponeses não compõem o objeto de pesquisa do presente capítulo, fez-se aqui um

recorte temporal, que buscou lançar luz sobre um registro de violência e conflito contra as organizações do campo no período da ditadura militar no Brasil, a partir dos arquivos do SNI.

A resistência dos trabalhadores do campo nos tempos de ditadura – arquivos da SNI

Compreende-se que o material investigado no arquivo do SNI, compõe uma contribuição importante para este estudo, na medida em que contém registros históricos sobre a ação praticada pelos agentes da ditadura militar³² contra aqueles indivíduos organizados na defesa dos direitos e da democracia. Foi possível apreender, nesses documentos, registros feitos pelos agentes do SNI, que expõe a forma como eram tratados os movimentos sociais nos territórios de ocupação de terras no Paraná, possibilitando, portanto, ventilar as medidas praticadas contra militantes dos movimentos sociais vinculados à luta pela terra no período da ditadura militar, promovidas por agentes do estado.³³

Há diversos registros acerca da repressão sobre os movimentos de resistência no campo ao longo do século XX, a exemplo da “guerrilha de Porecatu” na década de 50, onde homens e mulheres de diversas partes do país acamparam àquelas terras com o objetivo de ali permanecerem³⁴. As repressões foram intensificadas após 1964, período no qual teve início a ditadura militar no Brasil. Os registros apontam que a repressão e a tentativa de silenciamento foram intensos até 1979, quando greves e ocupações de terra em várias partes do Brasil começam a ganhar visibilidade, como é o caso das greves dos trabalhadores canavieiros do Nordeste³⁵ e das ocupações de latifúndios por trabalhadores do Sul e Sudeste, bem como outros conflitos advindos da expulsão de camponeses de suas terras por conta de obras de infraestrutura no período da

³² Nesse sentido, são relevantes as contribuições de Cellard (2008), que em suas considerações sobre a Pesquisa Documental, observa que ao se abordar fatos passados por meio de fontes documentais, essas se constituem como suas testemunhas, permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Dessa forma, as fontes documentais possibilitam observar elementos como a maturação, o desenvolvimento de indivíduos, grupos, práticas, entre outros, tendo-se em consideração, também, o contexto social global no qual a fonte documental foi produzida, como é o caso de sua conjuntura política, social, cultural.

³³ Os documentos que revelam essas práticas, encontram-se arquivados no NDPH/UEL.

³⁴ Para maiores informações sobre a guerrilha de Porecatu consultar Silva (2015). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/546306-a-guerrilha-de-porecatu-e-a-afirmacao-da-condicao-camponesa-no-parana>. Acesso em: 02 dez. 2021.

³⁵ Para maiores informações sobre as greves dos trabalhadores canavieiros no Nordeste ver Memorial da Democracia (1984). Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/canavieiros-em-greve-levantam-o-nordeste>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ditadura militar³⁶. Essas diferentes reações contrapondo ao regime ditatorial, impulsionaram os movimentos pela terra, dando origem à formação do MST.

Algumas das organizações da época, como as ligas camponesas, associações de lavradores e os sindicatos, unificaram a luta no campo em torno da Reforma Agrária, o que tornava ainda mais conflituosa a relação Estado *versus* movimentos sociais, cuja resposta era sempre a repressão e a violência. Essas e outras organizações do campo que sofreram a todo tempo a tentativa de silenciamento após 1964, só tiveram seus trabalhos retomados ao final dos anos 70, quando se iniciou o processo de distensão da ditadura militar, retomando aos poucos o período de redemocratização no País.

A fonte documental, Informação 1191/117/ACT/78 de 26 de dezembro de 1978 do SNI faz o registro de uma “denúncia de invasão de terras” no município de Assis Chateaubriand no Paraná, fazendo menção a um processo de ocupações na microrregião daquele município, onde nos anos de 1970 e início de 1980, a sistemática de grilagem de terras era praticada pela Companhia de Norte do Paraná (CNP).

A institucionalização do medo, que implica em silenciamento, deve-se pela força que as grandes figuras da CPN têm em Assis e ao fato de ainda existirem envolvidos poderosos que vivem no município. Os “tentáculos” que a indústria da grilagem que a CNP tinha envolvia o próprio governo do Estado, o que demonstra que a polaridade barbárie-civilização existe no âmbito da escrita da História (KOLING, 2009, p. 248).

No ano de 1976 uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) foi montada com o objetivo de apurar fatos relacionados aos conflitos no campo no Paraná, sendo uma das regiões a ser investigada, a de Assis Chateaubriand, que envolvia denúncias de grilagem de terras feita pela própria companhia (CNP). A comissão pastoral da terra (CPT)³⁷ ligada à Igreja Católica participou da CPI na defesa dos posseiros e colonos, em que teve a oportunidade de retratar os casos de violência sofridos pelos grileiros e seus jagunços, sob a tutela do estado.

³⁶ Sobre o assunto, em entrevista ao Brasil de Fato, a professora Leonilde Medeiros (2015) observa que: “No Rio de Janeiro, foi no litoral sul Angra e Paraty. A gente identificou mais de 130 conflitos no estado, desse total mais de 40% foram no litoral sul. Observamos que durante e depois da construção da rodovia federal Rio-Santos foram desalojados centenas de camponês nessa região. Os caiçaras, por exemplo, foram muito prejudicados. Isso tem muito a ver com os grandes investimentos turísticos e as grandes empresas que se instalaram nessa região. Queremos mostrar que durante a ditadura os camponeses foram expulsos de suas terras e que nada foi feito, esses casos não foram investigados, o governo não tomou nenhuma providência”. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/05/20/relatorio-mostra-violencia-no-campo-durante-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

³⁷ Nesse sentido, são relevantes as considerações feitas por Wanderley (1978), que elaborou uma matriz buscando demonstrar as contradições referentes à existência de pensamentos divergentes e antagônicos dentro da Igreja Católica e de seu corpo episcopal. Ao elucidar as características do catolicismo na conjuntura histórica entre 1964 e 1977, o autor ressalta a existência, em alguns setores da Igreja, de uma ênfase na “teologia como reflexão crítica sobre a práxis” (WANDERLEY, 1978, p. 99), que se volta para a caridade e a práxis histórica, com ênfase na solidariedade e prática política. É nessa conjuntura que surge a Teologia da Libertação e também há o amadurecimento e expansão de novas estruturas internas, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra e as Comunidades de Base.

O MST, herdeiro das antigas lutas pela terra ocorridas no Brasil antes de 1964, evidencia que a questão agrária, historicamente, permanece em um horizonte no qual se delineiam disputas, e no qual a violência foi constante, especialmente no período da ditadura militar, o que significa dizer que, em ambientes políticos duramente repressivos inibem a manifestação dos movimentos sociais (COLETTI, 2005, p. 30).

Na contramão da repressão naquele período, novas formas de mobilização foram surgindo em diversas partes do Brasil, como foi o caso dos movimentos estudantis, das Comunidades Eclesiais de Base ligadas à Igreja Católica, dos movimentos identitários, dos movimentos indígenas e do próprio MST, ao final dos anos de 1970, constituindo-se novas formas de enfrentamento e resistência frente ao autoritarismo do Estado e à necessidade de mudanças radicais na política brasileira.

Os documentos encontrados nos arquivos SNI no NDPH/UEL não deixam dúvidas do quanto o governo brasileiro respondia com repressão, tortura, violação dos direitos humanos a qualquer tentativa de mobilização e resistência ao regime.

A fonte documental “Lutas camponesas no Estado do Paraná” (ROOS, 2013), relata a forma como organizações de luta no campo se mobilizaram contra as ofensivas do Estado. Em Roos (2013, p. 04), percebe-se como o campesinato paranaense resistiu dentro de um conjunto de lutas ocorridas em todo o Brasil, podendo ser destacada a “guerrilha de Porecatu” e a “revolta do Sudoeste”. A primeira, na região norte do estado, na década de 1950, onde camponeses posseiros se organizaram como forma de manter a posse das terras devolutas dos municípios de Jaguapitã e Porecatu no norte do Paraná, contrapondo a proposta do estado em repassar essas terras à grandes proprietários. Também neste período, no sudoeste do Paraná, camponeses foram expulsos de suas terras quando o governo brasileiro destinava grandes fatias de terras a uma empresa colonizadora.

Assembleias e juntas organizativas, dirigiram-se até Francisco Beltrão/PR, onde expulsaram as autoridades constituídas e ocuparam uma estação de rádio garantindo dessa forma, a posse de suas terras. Também no oeste do Paraná, um fato marcante ocorreu por conta da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970, onde uma grande mobilização deu-se entre os agricultores expropriados de suas terras em parceria com a Comissão Pastoral da Terra e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Nesse tempo, o Movimento Justiça e Terra foi criado pelos trabalhadores expropriados que reivindicavam a legítima indenização das terras por ora alagadas pelo reservatório da Itaipu.

Em 1984, foi realizado em Cascavel/PR o primeiro encontro nacional dos camponeses que ora se encontravam organizados em movimentos regionais. Esse encontro contou com a participação de trabalhadores rurais de vários estados e marcou o início da construção de um

movimento social camponês autônomo de luta por reforma agrária e por transformações sociais. De acordo com Paula (2014)³⁸, o encontro reuniu trabalhadores que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos e foram expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar. O modelo de reforma agrária adotado pelo regime priorizava a “colonização” de terras devolutas em regiões remotas, tais como as áreas ao longo da rodovia Transamazônica. Um projeto que, de acordo com os sem-terra, anunciava a modernização do campo, mas que, na prática, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, habitual ao latifúndio. Para João Pedro Stedile, membro da coordenação nacional do Movimento, o surgimento do MST representa a continuidade de outros movimentos camponeses que a ditadura militar havia silenciado, como as Ligas Camponesas entre outras. A atuação de Stédile tem início em 1977, em um conflito agrário entre colonos e indígenas, na Reserva Cacique Nonoai, no norte do estado (PAULA, 2014, p. 01).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nasce com a finalidade primeira de unificar as diferentes frentes de lutas que naquele momento ocorriam em todo território nacional³⁹. O MST trouxe uma nova forma de organização da luta dos trabalhadores do campo. A perspectiva de Reforma Agrária ganhou força e o movimento visibilizou as desigualdades e as disputas históricas pelo direito à terra do Brasil. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os objetivos definidos neste Encontro de 1984⁴⁰ e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná, dentre os quais: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados ou exploradores.

Concentração de terras na atualidade brasileira

Em um estudo realizado pela Oxfam (2016), rede global de ONGs que define o perfil de atuação pela luta contra a pobreza e a desigualdade em mais de 90 países, é possível ter acesso a dados do ano de 2016, que trazem informações em relação à concentração de terras no Brasil. O estudo demonstra no país, a existência de poucos proprietários para uma extensa quantidade de

³⁸ Texto disponível no site do MST, e pode ser acessado em: <https://mst.org.br/2014/10/20/os-30-anos-do-mst-e-a-longa-caminhada-por-reforma-agraria>. Acesso em: 02 dez. 2021.

³⁹ Essas e outras informações referentes ao MST, estão disponíveis em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em 03 de jul. de 2020.

⁴⁰ De acordo com ROOS (2013, p. 04-05), “em 1984, realizou-se na cidade de Cascavel no estado do Paraná o primeiro encontro de caráter nacional dos camponeses organizados nestes movimentos regionais, com a participação de camponeses de vários estados. Neste encontro surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a finalidade de unir as diversas frentes de lutas regionais que vinham ocorrendo em todo o território nacional. Com o surgimento do MST, as lutas pela reforma agrária tomaram novos caminhos, desta vez com mais força”.

terras. O documento recebe o nome de *Desterrados: Tierra, Poder y Desigualdad en América Latina* e compara a concentração de terras em 15 países da região:

- ✓ As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola, mas são os pequenos produtores que respondem por mais de 70% da produção de alimentos;
- ✓ As propriedades de até 10 hectares ficam com 39,8% dos contratos de financiamento, o que significa menos de 7% do volume de dinheiro. As propriedades acima desta linha de corte têm 0,9% dos contratos de financiamento e 43,6% dos recursos;
- ✓ Dados do Incra e da Procuradoria-Geral da Fazenda indicam que, em 2015, 4.013 propriedades tinham dívidas acima de R\$ 50 milhões cada.
- ✓ Um universo de 729 proprietários tinha 4.057 imóveis rurais.
- ✓ A dívida total desse grupo de pessoas chegava a R\$ 200 bilhões em 2015, valor que daria para assentar 200 mil pessoas;
- ✓ O Brasil está em 5º lugar em termos de concentração de terras da região, perdendo apenas Paraguai, Chile, Venezuela e Colômbia.

Este é um tema atual e que, compondo a realidade brasileira em diversos períodos históricos, engendrou debates e reflexões de autores como Maria Isaura Pereira de Queiróz, Celso Furtado e Raymundo Faoro, que formulam análises sobre as dificuldades de mudança social e política no Brasil para o debate do fator concentração da terra e da riqueza.

A organização da classe camponesa, da mesma forma que a classe trabalhadora industrial, tem sua razão de ser na apropriação privada dos meios de produção e os seus interesses, em tal eventualidade, estão em antagonismo com os dos latifundiários. Entretanto, a sua luta contra os latifundiários não chegou a ser um fator básico no desenvolvimento da sociedade moderna, e nem mesmo se pode afirmar que os camponeses tenham alcançado o estágio de plena consciência de classe. O desenvolvimento das classes produtivas não atuou no sentido de agravar o antagonismo entre camponeses e latifundiários, e sim no de criar formas de emprego de crescente importância fora das zonas rurais, o que levou a uma cisão da classe proprietária de bens de produção. “É o antagonismo entre os dois ramos desta última classe – nobreza feudal e burguesia – que constituirá o elemento motor do desenvolvimento social nessa fase” (FURTADO, 1964, p. 36).

Os abismos são tão grandes que ainda na atualidade, no ano de 2017, o governo brasileiro recebeu 246 recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU, 2017)⁴¹ por

⁴¹ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-brasil-recebe-mais-de-240-recomendacoes-de-direitos-humanos-na-onu/>. Acesso em 02 dez. 2021.

descumprimento dos acordos firmados com essa Instituição em relação ao combate à extrema pobreza e às desigualdades socioeconômicas, como o combate (intersetorial) à discriminação baseada no gênero, etnia, religião, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero; a proteção de crianças contra a violência, exploração sexual, trabalho infantil e sem abrigo; segurança ao direito a terra e aos serviços básicos.

No texto *A reconstrução do Brasil*, ao tratar dos problemas atuais no Brasil, Celso Furtado (1992) afirma que é preciso um projeto de longo prazo, que alcance uma reforma estrutural que retome o processo de construção interrompida, fazendo alusão a sua obra *A construção interrompida* de 1992, que seria entre outras prioridades, reverter o processo de concentração patrimonial e de renda que está na raiz das distorções sociais que caracterizam o Brasil (FURTADO, 1992).

Nosso País se singulariza por dispor de considerável potencial de solos aráveis não aproveitados, fontes de energia e mão de obra subocupada. Esses fatores dificilmente se encontram em outras partes do planeta. Ao mesmo tempo, abriga dezenas de milhões de pessoas subnutridas e famintas. Esse é um problema de natureza política e não propriamente econômica, como bem demonstrou o economista hindu A Amartya Sen o mais recente Prêmio Nobel da Economia (FURTADO, 1992, p. 11).

O intelectual brasileiro, em sua obra *Dialética do Desenvolvimento* (1964), deixa claro que,

Para entender o desenvolvimento no Brasil, é fundamental proceder a uma análise mais ampla, de longo prazo, onde tensões sociais ocorreram e agravaram-se na medida em que esse desenvolvimento ia se intensificando, o que, na visão de Furtado, deu-se especialmente por conta de uma economia dependente de grandes fazendas que produziam artigos primários de exportação, ficando por décadas a classe dominante no Brasil constituída quase que exclusivamente por grandes proprietários de terras. A população urbana era pequena e tinha reduzida expressão política. A tradição escravista, que prevaleceu durante quase quatro séculos, deu lugar a um sistema de relações de trabalho marcado por profunda diferenciação social entre empregado e empregador. O sistema representativo, consolidado no regime monárquico e que permaneceu na república até 1930, operava quase que exclusivamente de cima para baixo, pois o poder executivo capacitado para indicar os candidatos ao legislativo e assegurar o resultado das eleições (FURTADO, 1964, p. 109).

No texto *Arcaísmo Político no Brasil*, Maria Isaura Pereira de Queiróz (1969) fala da forma como as oligarquias conseguiam se organizar e se manter à frente das decisões do país no sentido de defender os seus próprios interesses. De acordo com Queiróz, as relações de subordinação existentes nas instâncias de poder dificultam a superação do oligarquismo.

A autora trabalha com um método de pesquisa micro sociológico, buscando compreender como se dão as relações de subordinação nos espaços políticos e conclui dizendo que essas são

encontradas nas relações em que há o nepotismo, o mandonismo, o filhotismo, ou seja, nas relações que perpetuam o poder na mão de amigos, parentes em uma relação pessoal e clientelista.

Esse modelo dificulta contrapor o oligarquismo, uma vez que, ao gerar um sentimento de gratidão nos indivíduos, converte questões de caráter público em uma relação privada. É possível notar na análise de Maria Isaura Pereira de Queiróz, que essas relações estiveram presentes na constituição dos espaços de poder no Brasil desde o Império, como foi o caso da oligarquia cafeeira.

Celso Furtado (1985), nesse sentido, também aborda a questão das oligarquias e questiona como quebrar a espinha dorsal desse modelo? Nesse caso, Celso Furtado aposta nos movimentos sociais, chegando a abandonar a posição técnica que defendia, para mergulhar profundamente num debate político, mas também ideológico, no início da década de 60, quando percebeu o acirramento das contradições sociais e a ampliação dos movimentos populares em cena na política brasileira. Celso Furtado defende reformas de base como forma de reduzir a miséria. Estava preocupado naquele momento, com a expansão das ideias revolucionárias que passavam pelo debate em torno da exclusão de uma grande massa da população. Entre as propostas que Celso Furtado defende estão a Reforma Agrária e outras reformas que visassem à distribuição da riqueza. Vale lembrar que nesse período já se percebe a intensificação das ligas camponesas no campo, como movimento da sociedade civil organizada.

A autora Maria Isaura Pereira de Queiróz (1969), por sua vez, coloca em dúvidas movimentos sociais e organizações da sociedade civil que surgem no Brasil por considerar que muitos já nascem atrelados a algum tipo de subordinação, correndo o risco de existirem para manter o mesmo poder de mando como outros já institucionalizados.

No debate sobre a participação da sociedade civil agindo enquanto atores de mudanças, Raymundo Faoro (2001) acredita nessa possibilidade desde que essas organizações ampliem sua capacidade de atuação com mais agilidade, almejando reduzir a distância entre os poderes. Daí a necessidade de surgirem lideranças que não tenham os mesmos vínculos. O autor compreende a necessidade da existência de líderes que apontem para um projeto político sustentável e não a partir das famílias que sempre detiveram o poder, como os senhores do engenho, o patriarcado, os latifundiários que formavam a oligarquia, influenciando significativamente a economia conforme seus interesses.

Para Faoro (2001), é o Estado quem está no centro do processo econômico e político no Brasil e não as famílias citadas. Afirma que é o Estado quem orienta e controla o capitalismo que, por sua vez, gera desigualdades. Raymundo Faoro fala também em um modelo patrimonialista que depende de uma posição estamental para sobreviver no âmbito social, econômico e político no Brasil fazendo com que os seus governantes exerçam seus mandatos apenas para um grupo a quem tem

proximidade. Afirma que esse é o modelo nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário que agem, de forma que favoreçam e mantenham os grupos aos quais estão atrelados e nunca os interesses da sociedade, imobilizando dessa forma, os instrumentos de luta e organização das pessoas como é o caso dos partidos políticos, movimentos, sindicatos, uma vez que as decisões não passam pelo atendimento das demandas populares, fragilizando o controle social.

Nesse sentido, Furtado (2004), no texto *Os Desafios da Nova Geração*, ao falar dos problemas atuais enfrentados pelo Brasil, como o descontrole dos sucessivos governos, a recessão, corte nos investimentos públicos, apresenta duas medidas que para ele suscitariam uma verdadeira mudança que expressaria desenvolvimento no Brasil. Uma das possibilidades seria a industrialização próxima à tecnologia de vanguarda, com estímulo à criatividade humana, com aumento de produtividade macroeconômica. A outra seria a reforma agrária.

As reformas agrárias que desembocaram na coletivização das terras fracassaram do ponto de vista econômico, pois as estruturas agrárias tradicionais engendram a passividade, razão pela qual subutilizam o potencial produtivo do mundo rural, e a grande empresa agrícola moderna pressupõe um alto nível de capitalização e só apresenta óbvias vantagens no plano operacional em setores circunscritos da atividade agrícola. No caso brasileiro, a estrutura agrária é o principal fator que causa a extremada concentração da renda. Uma nova estrutura agrária deverá ter como principal objetivo dar elasticidade à oferta de alimentos de consumo popular. Trata-se de uma pré-condição, mas que, por si só, não assegura o desenvolvimento. Este pressupõe a existência do que os economistas costumam chamar de “motor”, ou seja, um centro dinâmico capaz de impulsionar o conjunto do sistema (FURTADO, 2004, p. 485).

No livro *Em busca do novo modelo*, Furtado (2002) ainda aborda a questão do desenvolvimento do fator humano como uma perspectiva importante para um Brasil do século 21 no que tange a possibilidade das pessoas se organizarem coletivamente diante das desigualdades sociais brutais existentes em seu meio, obtendo acesso a questões básicas como mercado de trabalho, educação e participação política. É importante compreender que os movimentos sociais e organizações populares não atuam num campo aberto, mas minado pela cultura política que se formou no Brasil, fruto da colonização, da escravidão, das ditaduras pelo qual passou e da cultura consumista que tudo quer transformar em mercadoria, nessa cultura política, formada ao longo dos séculos.

Pode-se observar, portanto, a relevância da temática visto que, em outros períodos históricos, já compunha a agenda de debates e construções teóricas dos autores mencionados, que se dedicaram a abordar questões como a formação dos grandes latifúndios no Brasil, a organização política dos setores alinhados à concentração de terras no domínio de poucos, a criminalização institucional da luta dos trabalhadores e os entraves políticos que dificultam a Reforma Agrária no

País. Contudo, pode-se inferir a relevância da temática ainda na atualidade, tendo em vista os dados aqui apresentados pelas fontes documentais enquanto uma realidade que, tendo raízes históricas, teve continuidade no período referente aos documentos do SNI, e ainda permanece nos dias atuais, como fonte de estudos e debates em agendas políticas e produções científicas, ou ainda como pauta de movimentos e organizações que buscam formas de intervenção e mudanças, como é o caso do MST.

Considerações Finais

As organizações de camponeses que surgiram ao longo dos séculos, especialmente o MST, pautaram a Reforma Agrária, enquanto política pública de distribuição de riqueza, da propriedade e a democratização da estrutura fundiária.

A resistência dos trabalhadores custou muita repressão tanto por parte dos militares no período da ditadura, como em momentos seguintes em governos que não pouparam a violência policial para conter as tensões no campo.

Os movimentos sociais no século XXI têm apresentado avanços e arrefecimentos. Mesmo assim, eles exercem importante papel que expressa o elemento contraditório na sociedade capitalista. Dentre os movimentos sociais em atividade constante no Brasil dos dias atuais, o MST tem se mostrado como um dos mais ativos e, também, o que expressa, de forma muito explícita, a contradição de uma das lutas fundamentais pela socialização dos meios de produção.

A partir dos referenciais teóricos abordados e das fontes documentais apresentadas, é possível inferir que no Brasil, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de afrontar a concentração de terras, e ao longo de cinco séculos de latifúndio, diversas lutas e resistências populares foram travadas nesse campo de disputas.

As lutas contra a exploração e, por conseguinte, contra a expropriação, contra a expulsão do homem do campo e contra a exclusão de trabalhadores e trabalhadoras, não só marcam a história dos camponeses no Brasil, como também compõe uma agenda de debates que faz parte da histórica política brasileira, e ainda se faz presente na atualidade. A resistência camponesa se manifesta em diversas ações e, nessa marcha, participa do processo de transformação da sociedade.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Lenir Candida de. *A Mística Político-Social dentre os Militantes do MST no Assentamento Eli Vive em Londrina-PR*. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000229345>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- BUDÓ, Marília Denardin. *Da Construção Social da Criminalidade à Reprodução da Violência Estrutural: os conflitos agrários no jornal*. 2008. 255 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91363>. Acesso em: 09 dez. 2021.
- CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo. As múltiplas faces da desigualdade. In: CAMPELLO, Tereza (coord.). *Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás*. Brasília: Flacso, 2017. p. 10-16. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/11/faces_da_desigualdade_no_brasil_online_2018.pdf. Acesso em: 28 de jul. de 2018.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean, et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279815>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. *Nera*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 02-44, 1998.
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1985.
- FURTADO, Celso. *Pequena introdução sobre o desenvolvimento*. São Paulo: Nacional, 1989.
- FURTADO, Celso. *Brasil, a construção Interrompida: a Reconstrução do Brasil*. São Paulo: Paz e terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, p. 483-486, out./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/QvmmNn4PtXr4dttnyQtyZMc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.

- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- HOLANDA, Sérgio B. O homem Cordial. In: HOLANDA, Sérgio. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, p. 101-142.
- KOLING, P. José. Terra e Poder: possibilidades e perspectivas. *Tempos Históricos*, v. 13, p. 237-250, 2009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/3525/2802>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- MALHEIROS, A. M. Perdigão. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1871.
- MALHEIROS, A. M. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Edições Cultura, 1944.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- NABUCO, Joaquim. A. B. A. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Ângela Pereira da Silva. *Os sertões de Euclides da Cunha: uma (re)leitura estético-política da Guerra de Canudos*. 2018. 215 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22308>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- PETRY, Almiro. Os Movimentos Sociais na América Latina. *UNISINOS*, p. 01-15, 2008. Disponível em: http://www.projeto.unisinis.br/humanismo/al/mov_sociais.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.
- QUEIRÓZ, Maria. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- REZENDE, Maria. J. Mudança social no Brasil: A construção de um ideário conservador. *Rev. Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 159-189, out. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86786>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- REZENDE, Maria. J. Mudança social e conciliação em Euclides da Cunha. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 24, n. 1, p. 189-199, abr. 2002.
- ROOS, Djoni. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” Brasileira. *Revista GeoGraphos*, v. 4, n. 31, p. 01-18, 2013. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/25645/1/Djoni_Roos.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). *Almanack*, Guarulhos, n. 18, p. 451-488, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/DLHSpsVgnSjfGbGfHkd6Xwz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Igreja e Sociedade no Brasil (1950-1964/1964-1975). *Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

Fontes Documentais

NDPH/UEL. SNI 1191/117/ACT/78, 26 de dezembro de 1978, *Município de Assis Chateaubriand/PR - denúncia de invasão de terras*, PB No. 0239/17/AC/78, de 14 nov.

OXFAM. *Desterrados: Tierra, Poder y Desigualdad en América Latina*. [S.l.]: Oxfam GB; Oxfam Internacional, 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/desterrados-tierra-poder-y-desigualdad-en-america-latina/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

Fontes Online

BRASIL é o sétimo país com mais desigualdade no mundo, segundo a ONU. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MEDEIROS, Leonilde. Relatório mostra violência no campo durante a ditadura militar. [Entrevista concedida a] Fania Rodrigues. *MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*, 20 maio 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/05/20/relatorio-mostra-violencia-no-campo-durante-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Canavieiros em Greve Levantam o Nordeste. *Memorial da Democracia*, 16 dez. 1884. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/canavieiros-em-greve-levantam-o-nordeste>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MST. História da Luta pela Terra. *MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MST. Na Semana do 13 de maio, CPT Reforça Campanha Contra Trabalho Escravo Contemporâneo. *MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*, 08 maio 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/08/na-semana-do-13-de-maio-cpt-reforca-campanha-contra-trabalho-escravo-contemporaneo/>. Acesso em: 02 dez. 2020.

ONU. Brasil Recebe mais de 240 Recomendações de Direitos Humanos na ONU. *Nações Unidas Brasil*, 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-brasil-recebe-mais-de-240-recomendacoes-de-direitos-humanos-na-onu/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

OXFAM. Quem Somos. *OXFAM Brasil*, 2020. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/historia/?_ga=2.107234496.376143250.1594043210-1491920496.1593782344. Acesso em: 02 dez. 2021.

PAULA, Gabrielle de. Os 30 Anos do MST e a Longa Caminhada por Reforma Agrária. *MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*, 20 out. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/10/20/os-30-anos-do-mst-e-a-longa-caminhada-por-reforma-agraria/>. Acesso em: 03 dez. 2021.

SILVA, Jonas Jorge da. A Guerrilha de Porecatu e a afirmação da condição camponesa no Paraná. *Instituto Humanista Unisinos*, 01 set. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169->

noticias/noticias-2015/546306-a-guerrilha-de-porecatu-e-a-afirmação-da-condição-camponesa-no-paraná. Acesso em: 02 dez. 2021.

REMINISCÊNCIAS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: A ROMARIA DA TERRA

Luiz Ernesto Guimarães
Antônio Mendes da Costa Braga
Fabio Lanza
Luan Prado Piovani

Introdução

O presente capítulo busca examinar as intersecções entre religião e política, focando na histórica luta contra a concentração fundiária no Brasil. Examinar-se-á um documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) tratando sobre a vigilância que sofreu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de trazer os aspectos políticos da romaria da terra. O trabalho também busca quebrar o “pacto do silêncio” que oculta certas narrativas e mostrar que a questão agrária ainda gera fortes conflitos na atualidade.

Outra fonte que foi incorporada na triangulação dos dados para análise, foi a observação de campo realizada em Congonhinhas-PR em agosto de 2014, quando ocorreu a 28ª Romaria da Terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que reuniu mais de 4.000 fiéis provenientes de várias partes do Paraná, bem como de outros estados vizinhos. Em período de declínio da teologia da libertação⁴², vertente do catolicismo com implicações sociopolíticas, as romarias da terra que ocorrem por todo Brasil podem ser consideradas como um evento associado a esse viés religioso.

O vínculo dos grupos católicos liberacionistas unidos pelas contribuições da Teologia da Libertação, e sua conexão com a questão agrária, é um eixo temático que conecta os dois períodos da história recente do Brasil, seja no período da ditadura militar brasileira (1964-1985) a partir da investigação nos arquivos que foram abertos do SNI ou no século XXI, considerando a pesquisa de campo em evento católico vinculado a CPT que seria a romaria da terra.

Por meio da pesquisa de campo foram compreendidas as motivações e sentidos desses romeiros ao deixar a vida cotidiana para fazer essa viagem com intuito de participar desse evento

⁴² Para maior aprofundamento sobre a Teologia da Libertação e temas correlatos no século XXI, ver o dossiê “Cristianismo da libertação e Teologia da libertação na América Latina”, organizado por Lowy, Sofiati e Andrade na revista Sociedade e Cultura (UFG), disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/64381>. Acesso em: 17 dez, 2021.

que oferece além do elemento religioso, a vivência de uma reflexão política relacionada à vida no campo, cujas implicações também afetam o meio urbano. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e conversas informais como técnicas de pesquisa, que possibilitaram o levantamento de dados⁴³.

As contribuições de Victor Turner (1974; 2008) sobre os rituais lançam luz sobre o evento estudado neste capítulo, permitindo compreender como esses romeiros se situam na estrutura da Igreja Católica, cujo cotidiano e interesses destoam daquele vivido em Congonhinhas PR.

Com relação à pesquisa documental e suas análises e interpretações, é importante destacar que desde a formulação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), novos documentos referentes às práticas autoritárias, ou cerceadoras das atividades sociopolíticas, ficaram disponíveis para exame público. Este é o caso do acervo do SNI que se encontra disponível para fins acadêmicos no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH – UEL).

Os arquivos inéditos presentes no acervo trazem novas oportunidades de pesquisas e podem evidenciar como a vigilância ocorria durante o período ditatorial, principalmente em entidades como a CPT. O método de análise documental, escolhido para exame do documento, segue as contribuições de Tim May (2004).

O surgimento da CPT, a vigilância do SNI e a Romaria da Terra

A romaria da terra é organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma das pastorais sociais da Igreja Católica no Brasil e, portanto, sua abordagem neste estudo se faz relevante, diante da proposta desta pesquisa de verificar a interligação entre religião e política na atualidade.

Abordando o início do seu processo de sistematização, constata-se que o “surgimento da CPT ocorreu de forma oficializada em 1975, durante a XIV Assembleia Geral da CNBB” (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996, p. 19). A sua formulação está relacionada ao contexto social e político em que se encontrava a América Latina, bem como ao desenvolvimento de uma perspectiva religiosa, a teologia da libertação, que percebeu e criticou uma série de problemas sociais no continente como a pobreza, o desemprego, a carestia, o latifúndio etc. Esse posicionamento foi

⁴³ Às fontes já destacadas, somam-se os documentos selecionados e elaborados por Guimarães (2017) em pesquisa de campo, tais como os antigos *Boletins da Comissão da Pastoral da Terra* (indisponíveis no acervo digital da CPT) e o documento intitulado *28ª Romaria da Terra do Paraná* de 2014. Para maiores informações consultar a tese de doutorado de Guimarães (2017).

objeto de muitas críticas e reações, muitas vezes vindo da própria instituição católica, resultando no silenciamento de vários atores religiosos por parte do Vaticano, como foi o caso de Leonardo Boff, ocorrido em 1985⁴⁴.

A emergência deste setor na Igreja Católica, muitas vezes denominado de “progressistas” está associado a alguns eventos que, de alguma maneira, contribuíram para a sua sistematização posterior. O primeiro ocorreu em 1891 com a edição da encíclica *Rerum Novarum*, pelo papa Leão XIII, abordando problemas sociais enfrentados pelos operários europeus, no contexto do capitalismo industrial. No entanto, “mesmo defendendo o direito dos operários se organizarem em sindicatos, Leão XIII propõe uma doutrina social baseada na ideia de se confiar na ‘bondade dos ricos e na paciência dos pobres’” (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996, p. 19).

Um segundo elemento ocorreu em 1962, com a convocação do Concílio Vaticano II pelo papa João XXIII. Buscando aproximar a Igreja Católica dos problemas sociais da época e estabelecendo um papel de contestação política, gerou o que é chamado de *aggiornamento*: “o processo de abertura e inserção [da Igreja] no mundo” (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996, p. 20).

Na América Latina algumas interpretações do Concílio Vaticano II foram discutidas e elaboradas nas Conferências do CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano) em Medellín, 1968 e Puebla, 1979.

Sua expressão ideológica sistematizada é a Teologia da Libertação e sua experiência referencial, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Sua visibilidade social está associada ao papel que a Igreja Católica desempenhou no apoio e articulação dos movimentos sociais de contestação do regime militar, no contexto político dos anos de 1970 e 1980 (STEIL, 2004, p. 21).

Nesse contexto da teologia da libertação no Brasil e América Latina é que são formuladas várias pastorais sociais, entre elas, a Comissão Pastoral da Terra. “Dentro de seu trabalho na questão agrária, opta preferencialmente por trabalhar com boias-frias, sem-terra e pequenos proprietários, valorizando dentro de sua estrutura funcional a participação dos leigos” (VILLALOBOS; ROSSATO, 1996, p. 25).

De acordo com Júlio César Adam, a CPT surge como “*serviço* da Igreja, e está voltada para a organização dos posseiros expulsos de suas terras, colocando-se a disposição para lhes dar assessoria e formação pastoral-teológica, metodológica, política e social” (ADAM, 2002, p. 54).

⁴⁴ Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé desde 1981, foi o responsável pelo processo que culminou com o silenciamento de Leonardo Boff em 1985, devido à publicação do livro *Igreja: carisma e poder* (BOFF, 1994), cujas críticas recaíam na própria Igreja Católica. Ratzinger deixou este cargo em 2005, ano em que foi eleito papa – Bento XVI – até 2013, quando renunciou ao cargo de pontífice da Igreja Católica, sendo sucedido pelo atual Papa Francisco.

Ainda para este autor, a formulação da CPT consistia na “articulação pela busca de um contrapoder de baixo, diante do poder das oligarquias da terra e dos militares de cima, e, ao mesmo tempo, na motivação das Igrejas para o problema da terra nas respectivas regiões” (ADAM, 2002, p. 54).

Dessa forma, a CPT Nacional, estrutura que se desenvolveu a partir da questão da terra no Brasil, será representada em vários estados a partir de cada contexto. Ou seja, as proposições da CPT Nacional possuem um caráter geral, levantando dados e formulando práticas que englobam os problemas do campo no país, enquanto nos estados, tais propostas ganharam formulações próprias, focando em aspectos específicos regionais, sem deixar de lado a crítica às mais diversas situações de desigualdades e violências geradas em relação à terra.

A CPT do Paraná teve seu início no final da década de 1970, seguindo as diretrizes estabelecidas pela CPT Nacional, a partir das decisões tomadas em suas assembleias. “Ela somente se difere nas suas ações, pois essas são decididas nas especificidades das lutas pelas terras locais” (VALCARENGHI, 2013, p. 56). Sua primeira sede foi na cidade de Entre Rios, região oeste paranaense, mudando-se posteriormente para Curitiba. A secretaria da CPT-PR está sediada em Londrina desde abril de 2015⁴⁵.

De acordo com Alexandre Valcarenghi, a CPT iniciou sua ação pastoral no Paraná “no contexto da expansão do capital no campo e da modernização da agricultura e, principalmente, com a luta dos camponeses atingidos pelas águas da usina Itaipu” (VALCARENGHI, 2013, p. 57). Para esse autor, as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela tentativa do capital de ocupar espaços na região oeste do Paraná, “tentando reagrupar a estrutura fundiária e as relações sociais e econômicas do campo. O capital agroindustrial tentava submeter a agricultura a sua lógica, entrando em confronto com o modo de vida e de produção dos camponeses da região” (VALCARENGHI, 2013, p. 57).

Por conta dos embates contra os avanços do capital agroindustrial, a CPT foi, durante a ditadura, vigiada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI). O SNI foi formado seguindo a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pelo general Golbery do Couto e Silva (NEVES JR, 2019), e tinha como objetivo criar um novo e aprimorado órgão de inteligência, já que os militares desconfiavam da eficácia do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), órgão de inteligência anterior ao SNI.

O SNI, principal órgão de inteligência da ditadura militar brasileira (1964 – 1985), possuía status de ministério e seu objetivo era produzir relatórios de informação para a presidência da República. O SNI mantinha agências regionais por todo o país e estas respondiam à agência central.

⁴⁵ Toda documentação histórica foi entregue ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e está em processo de higienização e sistematização.

Os agentes de informação acreditavam que existia uma conspiração do “movimento comunista internacional” que ameaçava a ordem (FICO, 2003). Esta crença fez com que organizações e grupos, como a CPT, por atuarem em favor dos camponeses na luta pela terra, fossem classificadas como sendo subversivas.

O clero progressista, inspirado pela Teologia da Libertação, ajudou a gestar a retomada das organizações dos trabalhadores rurais por meio da CPT. Em decorrência da expansão da fronteira agrícola, incentivada pelo Estado ditatorial, em direção às regiões Norte e Centro-Oeste, além da expansão da cultura de soja na região Sul e Sudeste que levou a reconcentração da terra, agravaram-se os problemas no campo (TARGINO, 2002).

A CPT atua com os trabalhadores rurais em diversas frentes: formação político-religiosa; assessoria jurídica; mediação nos conflitos com o Estado; e ajudando a implementar e divulgar projetos de desenvolvimento econômico para a agricultura familiar (FERREIRA, 2004).

O documento encontrado que trata sobre a atuação da CPT no Paraná e em Santa Catarina foi examinado seguindo o método de análise documental, pois, como afirma Tim May: “Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais” (MAY, 2004, p. 205). Ademais, é relevante acrescentar que para efetuar um exame adequado dos documentos foi preciso buscar compreender o período, o momento histórico onde o documento foi produzido e apreender os pensamentos e posicionamentos dos atores sociais envolvidos.

O informe feito pelo SNI mostra seu posicionamento frente a CPT, e também a forte vigilância que mantinha sobre esta entidade.

Em MAR 30, a Igreja em CURITIBA, lançou a Carta Pastoral “A Evangelização na Igreja em Curitiba”, documento que segue as orientações do Santo Padre e dos documentos do Vaticano II, das Conclusões de Puebla, das diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Regional Sul II. Um dos seus objetivos e prioridades é: “Educação para a Justiça por uma Opção Preferencial pelos Pobres”, de onde se destaca o seguinte (...) “Apoiar as aspirações justas dos operários e agricultores por uma vida humana mais digna e o direito de criarem ‘livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum’ (JOÃO PAULO II, Alocução aos Operários de Monterrey), valendo-nos da Assessoria da Comissão Justiça e Paz do núcleo diocesano. (Grifo do autor)” (SNI – PR, ACT/ACE - 561/80, 1980, p. 02).

Com este trecho já fica evidente a influência da Teologia da Libertação na CPT, algo que os agentes de inteligência destacavam, ao afirmar as conclusões do Vaticano II e de Puebla. Além

disso, o informe destaca a “Opção Preferencial pelos Pobres” que faz com que os elementos envolvidos na CPT lutem em favor dos menos favorecidos, como os camponeses sem-terra.

O SNI sabia do papel desempenhado pela CPT nas lutas pela terra ao afirmar que:

As Pastorais da Terra que têm como finalidade assessorar todos os trabalhadores do campo e os que não tem terra, são comissões, normalmente constituídas por um elemento responsável, que tanto pode ser leigo ou religioso, ajudado por outros, religiosos, religiosas, representantes de sindicatos, políticos, advogados, etc, todos de regiões próximas aquela em que está sediada a CPT (SNI - PR, ACT/ACE - 561/80, 1980, p. 03).

Ao destacar sua postura e funções, os agentes do SNI sublinham a atitude contestatória em relação à ditadura que os membros da CPT possuíam, ao fazerem críticas às políticas econômicas e agrárias do governo ditatorial. Por tomar esta organização como sendo potencialmente subversiva, os responsáveis pela elaboração do informe catalogaram as principais lideranças da Comissão no Paraná e em Santa Catarina. Um exemplo de como as informações de atividades “subversivas” era registrado consta no seguinte trecho:

Há registro de que D. JOSÉ GOMES e os padres da região nos seus sermões durante as missas incitam muito o povo contra o sistema – de governo atual, dando total apoio aos movimentos reivindicatórios (professores e sindicais de CAMPO ERÊ), criticam o Governo, a política atual e o alto custo de vida, despertando a revolta contra o atual regime (SNI – PR, ACT/ACE - 561/80, 1980, p. 08-09).

No documento também constam informações como o nome; data e local de nascimento; endereço; filiação; etc. Além de contar com um breve resumo da atuação de certos membros da CPT, explicando sua postura frente ao governo e suas funções, tais dados eram levantados e divulgados para alimentar o Sistema Nacional de Informações (SisNI), isto era feito para facilitar possíveis operações repressivas (FICO, 2003).

Importante destacar que os militares viam com receio a articulação com demais entidades civis e religiosas, destas eles constatam que a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz (CPJP) muitas vezes atuava em conjunto com a CPT, também grifaram a sua cooperação no documento. Os agentes da repressão não conseguiram traçar o perfil ideológico de todos os indivíduos citados no documento, mas apontaram que

[...] a simples ligação bem como a defesa de causas adotadas por vários esquerdistas, faz com que vários religiosos e leigos, citados nesse documento, cuja ideologia não ficou definida, possam ser considerados, no mínimo, contestadores e simpatizantes de esquerda (SNI – PR, ACT/ACE - 561/80, 1980, p. 14).

As lutas pela terra são complexas, tensas e violentas, e a posição da CPT neste conflito histórico foi em favor dos camponeses, dos sem-terra e dos menos favorecidos. Devido a esta postura, a entidade foi vigiada pelos órgãos repressivos da ditadura. Mesmo enfrentando momentos adversos, a CPT continua ativa e apoiando os movimentos de luta pela terra.

O surgimento da romaria da terra está associado a essa vertente religiosa, sendo organizada pela CPT, como observado até aqui, em um período de efervescência sociopolítica. A partir dos problemas relacionados ao campo como resultado das contradições do capitalismo, sem perder de vista diversas consequências para a vida urbana, os romeiros expressam sua espiritualidade a partir desse contexto. Nesse sentido, Carlos Steil compara o catolicismo romanizado com o catolicismo libertador: “[...] se o catolicismo romanizado buscava deslocar o sagrado do espaço geográfico para a instituição [...], o catolicismo da libertação procura deslocá-lo da instituição para a sociedade, dos mediadores clericais para os mediadores políticos” (STEIL, 2004, p. 21), influenciando, portanto, diretamente as formas de manifestações religiosas por parte dos fiéis católicos.

As Romarias da Terra no Paraná

A primeira romaria do Paraná ocorreu em 1985, cujo lema foi *Do Senhor é a terra e tudo que nela existe*. Foi realizada em Guaíra, região oeste do estado, “em um espaço que se encontrava em conflito por causa da perda das terras por alagamento pela barragem de Itaipu” (VALCARENGHI, 2013, p. 83). Assim, o lema escolhido “vem no intuito de criticar a apropriação privada da terra que, desta forma, não cumpre sua função social e gera pobreza e miséria” (VALCARENGHI, 2013, p. 83). Desde então, anualmente essas romarias são realizadas em cidades e em contextos diferentes.

Embora um movimento religioso cuja participação leiga se demonstra muito importante, a presença de pessoas do clero contribuiu para o seu desenvolvimento. Dom Ladislau Biernaski⁴⁶, bispo auxiliar de Curitiba e que também possuía ligação com a CPT como vice-presidente, é um exemplo. Em uma religião estruturada rigidamente a partir de elementos hierárquicos, a crítica de um bispo a um movimento pode significar o seu desmantelamento. Em alguns documentos da CPT analisados relatam a presença do bispo nessas romarias⁴⁷.

⁴⁶ D. Ladislau Biernaski, sacerdote vicentino e bispo católico brasileiro, viveu entre 1937 e 2012. Foi bispo auxiliar de Curitiba, região em que nasceu e atuou enquanto sacerdote. Foi presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra de 2009 a 2012, quando faleceu.

⁴⁷ Os números 125 e 160 do *Boletim da Comissão Pastoral da Terra* relatam a participação de dom Ladislau na 9ª e 15ª Romaria da Terra nos anos de 1994 (Pinhão) e 2000 (Curitiba), respectivamente.

Dom Tomás Balduino⁴⁸, um dos fundadores da CPT e seu presidente por alguns anos, também esteve presente na 15ª romaria, em Curitiba. A participação desses bispos nessas romarias legitima e reforça sua presença dentro do universo católico. Por ser uma romaria que difere em grande parte das demais, a participação de lideranças importantes da hierarquia católica concede prestígio a um tipo de ritual cuja expressão é pequena.

Percebe-se certo caráter ecumênico nessas romarias do Paraná, desde o início, como demonstra Adam (2002). Por ser o Sul a região onde o luteranismo possui forte presença, documentos da CPT narram o comparecimento de religiosos ligados ao protestantismo histórico, como é o caso do pastor luterano Edgard Ravache, presente em algumas edições, recebendo menção juntamente com os bispos Ladislau Biernaski e Tomás Balduino. Nesse sentido, influenciada pela Teologia da Libertação, que se caracteriza pela defesa do ecumenismo, as romarias da terra tornam-se um espaço de diálogo social e inter-religioso, evidenciando que os problemas sociais afetam a todos, independente da pertença religiosa.

A primeira romaria da terra do Paraná, ocorrida em Guaíra, tem um significado importante na contestação a respeito do uso da terra. Nesse caso, a região foi palco do conflito entre a Itaipu e os posseiros, em que a CPT tentou fazer a mediação (VALCARENGHI, 2013). O lema adotado, *Do Senhor é a terra e tudo que nela existe*, ajudou a estabelecer a crítica a partir de um pressuposto religioso, utilizando um versículo bíblico⁴⁹. Assim, desde a primeira romaria em 1985 já é possível perceber certo aspecto contestatório aos problemas do campo no estado do Paraná.

As romarias da terra do Paraná exerceram um papel relevante nesse estado onde o contexto agrário é um dos mais conflitivos e violentos do Brasil, de acordo com Júlio César Adam (2002). Segundo esse autor, o Paraná foi ocupado durante séculos essencialmente por índios e pequenos agricultores. A partir da década de 1850 ocorre a chegada de imigrantes europeus, também para trabalhar na agricultura. “Somente a partir do século XX começa um processo de modernização capitalista do campo e uma recolonização do estado nestes moldes, através do governo federal, estadual e investidores estrangeiros” (ADAM, 2002, p. 53). Seus primeiros moradores não foram considerados nesse processo de modernização do estado, ainda nos dias de hoje, resultando em um espaço marcado por diversos conflitos.

O histórico conflito no campo paranaense sofre com políticas de esquecimento, onde certos eventos são ocultados para favorecer o *status quo* e deslegitimar os movimentos de luta, este é o

⁴⁸ D. Tomás Balduino, frade dominicano, viveu entre 1922 e 2014. Foi bispo emérito de Goiás e fundador da Comissão Pastoral da Terra. Em nota de falecimento emitida pela CPT é denominado de “o bispo da reforma agrária e dos indígenas” (CPT, 2014). Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/16-cpt/2052-nota-de-falecimento-dom-tomas-balduino-fundador-da-cpt-fez-a-sua-pascoa>. Acesso em: 06 dez. 2021.

⁴⁹ Salmo 24:1.

caso da Guerrilha de Porecatu⁵⁰ por exemplo (LERRER; FORIGO, 2019). Atualmente tal ocultação favorece o grupo Atalla, que possui 10 mil hectares considerados como improdutivos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na região de Porecatu e nos municípios ao entorno⁵¹. Eventos como a romaria da terra buscam romper este “pacto do silêncio”, ao valorizar as narrativas e a atuação dos camponeses.

Dos estados que formam a região sul do Brasil, o Paraná se destaca em relação à luta pela terra. Dados estatísticos sobre a violência contra a ocupação e a posse, elaborados pelo boletim da CPT, demonstram que, em 2015, Santa Catarina contou com 6 casos, o Rio Grande do Sul 22 e o Paraná somou 31 casos. Embora haja números mais expressivos, como 120 no Maranhão, o maior do país, seguido de 99 na Bahia e no Pará, entre os estados do sul o Paraná possui o maior índice. Além disso, está próximo de estados como São Paulo, 41, e Goiás, com 37 casos (CANUTO; LUZ; ANDRADE, 2015).

Embora mantendo um tom crítico desde o seu início, as romarias no Paraná também receberam um caráter mais formal: “Tivemos uma fase inicial onde tínhamos um certo estilo, um rito, uma ritualidade muito mais católica, mesmo que a CPT sempre foi ecumênica”⁵², afirma o padre Dirceu. Assim, é a partir de sua quinta ou sexta edição é que passará a ter maior abertura, “mais política, mais celebrativa na realidade, e poucos discursos políticos, mas a própria celebração tentava expressar um pensamento, por assim dizer, uma postura política”⁵³.

Dessa maneira, a crítica estabelecida nas romarias do Paraná recebe já nas primeiras edições um tom de contestação às questões relacionadas à terra, mas não no sentido discursivo apenas, da homilia tradicional do catolicismo, mas por meio das encenações, teatralidades, performances. A crítica é feita por intermédio de símbolos, músicas, poesias, vivências coletivas etc. Assim, o viés hierárquico católico é reformulado, envolvendo além do clero, a participação de diversos leigos na construção performática ao longo das romarias no Paraná. As homilias de lideranças do clero cedem espaço às encenações de jovens leigos. O discurso dá lugar à prática de performance, onde o fazer é também dizer (PEIRANO, 2002).

Assim é narrado um momento da 15ª Romaria em Curitiba: “uma carroça com barris de vinho e um grupo de italianos dançando a *tarantella* e a *umbrella* e levando a Bíblia, foram o símbolo da

⁵⁰ “Na década de 1950, o Norte do Paraná foi palco de intensos conflitos com a formação da chamada ‘Guerrilha de Porecatu’, quando os camponeses-posseiros se armaram para manter as terras devolutas de Jaguapitã e Porecatu sob seu domínio e posse, pois o governo do estado havia repassado a grandes proprietários rurais” (ROOS, 2013, p. 04).

⁵¹ PR – Trabalhadores e movimentos sociais lutam pela desapropriação de terras improdutivas do Grupo Atalla. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-trabalhadores-e-movimentos-sociais-lutam-pela-desapropriacao-de-terras-improdutivas-do-grupo-atalla/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

⁵² Entrevista 26012016 - folha 05.

⁵³ Entrevista 26012016 - folha 05.

Romaria, em memória a todos os imigrantes que fundaram a cidade de Curitiba”. Continua o articulista no boletim da CPT: “Seguidos de um grupo de negros dançando capoeira e de índios do Paraná, todos fizeram uma grande festa das etnias e cultivaram a terra espalhada sobre o palco da 15ª Romaria da Terra”⁵⁴.

Embora as edições das romarias estejam voltadas basicamente para críticas ligadas ao problema da terra, alguns temas também ganham evidência em suas elaborações. No caso da 15ª romaria o etnocentrismo, baseado a partir da construção de diferenças étnicas, foi criticado. Assim, Curitiba – e o Paraná – deixou de ser pensada apenas sob a imagem do imigrante europeu branco. As figuras do negro e do índio também foram consideradas e valorizadas, contribuindo dessa forma para o enfrentamento ao preconceito recebido por pessoas desses grupos. Junto a isso, inserir o índio e o negro na encenação é uma forma de resgatar a memória desses povos que precederam cronologicamente aos imigrantes europeus.

A utilização das encenações também marcou a 9ª Romaria, em Pinhão: “um trem feito de papelão, percorreu a multidão lembrando as oito Romarias anteriores. Em frente a Matriz, foi plantada uma cruz de cedro com casca, para rebrotar, símbolo do profeta João Maria que depois da Guerra do Contestado esteve na região”. Continua o texto do boletim: “A cruz tem um sentido místico ligado à formação dos faxinais. Ela era colocada junto a um olho d’água, onde a comunidade batizava as crianças”⁵⁵.

Essas encenações tentam transmitir a realidade que muitos trabalhadores do campo vivem sob opressão de grandes indústrias: “os posseiros fizeram uma encenação mostrando a sua luta contra a madeireira Zattar que, na década de 50, grilou 60 mil hectares de terras do município, e usando a violência vem tentando expulsá-los da terra”⁵⁶. Além da expulsão de posses centenárias da região de Pinhão, as madeireiras que ali chegaram também contribuíram para a devastação das últimas grandes reservas de araucárias⁵⁷ do Paraná (VALCARENGHI, 2013). O governo federal efetuou uma intervenção nesta região, acatando um pedido de reintegração de posse da madeireira Zattar que expulsou dezenas de famílias das suas casas no processo⁵⁸.

⁵⁴ *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*. Ano XXI, nº 160, ago./set./out. 2000. p. 09.

⁵⁵ *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*. Ano XIX, nº 125, out./nov. 1994. p. 13.

⁵⁶ *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*. Ano XIX, nº 125, out./nov. 1994. p. 13.

⁵⁷ A araucária é uma árvore típica da região sul do Brasil, embora também esteja presente em regiões do sudeste em menor proporção. Tornou-se símbolo do estado do Paraná. É também o nome de uma cidade que faz parte da Região Metropolitana de Curitiba.

⁵⁸ Intervenção federal despeja dezenas de famílias no interior do Paraná. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4139-intervencao-federal-despeja-dezenas-de-familias-no-interior-do-parana>. Acesso em: 06 dez. 2021.

Figura 1 - Demolição de uma Igreja durante a ação de despejo em Pinhão/PR, 2017



Fonte: Júlio Carignano, no Porém.net / Foto: MST, 2017.

A mensagem religiosa é também política, como demonstra o coordenador da CPT na época da 9ª Romaria: “em paz, com tranquilidade e muita alegria, a Romaria mostrou que os posseiros do Pinhão não estão sós. A resistência que eles vêm mantendo há décadas contra a violência desencadeada pela madeireira Zattar, tem o apoio de muita gente”⁵⁹.

Se uma das marcas da teologia da libertação é a “opção preferencial pelos pobres”, a partir das conferências episcopais latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, em Medellín e Puebla, as romarias seguem essa tendência no Paraná. Na romaria em Pinhão “estiveram presentes as vítimas da violência – atingidos pelas barragens, posseiros, sem terra, boias frias e dona Lúcia, a viúva de Diniz Bento da Silva, o Teixeira, executado pela Polícia Militar em 8 de março de 1993”⁶⁰.

Além das encenações, cantos e orações, peculiares à representação do campo e seus dilemas enfrentados pelos trabalhadores, outro símbolo que contribui para concretizar a mensagem dessas romarias aos fiéis presentes também estão ligados à terra: “ao final da celebração, uma bênção final lembrou que cada um dos romeiros era uma pedra na construção do mundo novo: uma pedra foi a lembrança da 15ª Romaria da Terra do Paraná”⁶¹.

⁵⁹ *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*. Ano XIX, nº 125, out./nov. 1994. p. 13.

⁶⁰ *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*. Ano XIX, nº 125, out./nov. 1994. p. 13.

⁶¹ *Boletim da Comissão Pastoral da Terra – CPT*. Ano XXI, nº 160, ago./set./out. 2000. p. 09.

Embora venha passando por um momento de diminuição da participação de fiéis, a romaria da terra é atualmente uma expressão relevante que persiste em um modelo de religiosidade formulado sob o viés da teologia da libertação. A seguir, o trabalho etnográfico na romaria de 2014 ajudará a compreender melhor essa prática religiosa no contexto da Arquidiocese de Londrina.

A 28ª Romaria da Terra do Paraná

No dia 17 de agosto de 2014 foi realizada a 28ª Romaria da Terra, em um domingo de muito sol, embora perto do meio-dia houvesse breve chuva. O local escolhido nesse ano foi o município de Congonhinhas, pertencente à diocese de Cornélio Procópio. Essa cidade está localizada no “norte pioneiro paranaense, distante 48 quilômetros de Cornélio Procópio, 100 quilômetros de Londrina e 356 quilômetros de Curitiba. A cidade surgiu como um povoado na década de 1920 e foi elevada à condição de município em 1945”⁶². Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a cidade conta atualmente com pouco mais de 8.600 habitantes. Desses, aproximadamente 56% vivem na área urbana e 44% na zona rural.

O evento teve como tema: *Às sombras dos eucaliptos choramos as saudades dos tempos de fartura – Salmo 136*. Nele foi abordado o problema da plantação de pinus e eucalipto no Paraná e no Brasil. A monocultura dessas árvores tem provocado uma série de danos ao meio ambiente e para a agricultura camponesa, além do desemprego no campo. Essa prática tem aumentado consideravelmente na região de Congonhinhas e, devido a esse motivo, os organizadores da romaria optaram em realizá-la nessa cidade, embora o problema socioambiental apresentado também esteja presente em outras regiões do estado.

No documento oficial, distribuído aos romeiros, destaca que a plantação dessas árvores “abastecem principalmente as indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e de produtos de madeira, além de siderúrgicas que necessitam de carvão vegetal para produção de ferro-gusa, componente na fabricação do aço”⁶³.

Em decorrência do processo da monocultura dessas árvores, foi detectado pelos organizadores da romaria e captado em seus discursos ao longo do evento algumas questões, como: a) impactos ambientais: desequilíbrio das águas, sendo uma planta que consome muita água e a perda da biodiversidade e b) impactos sociais: diminuição na geração de empregos, provocando

⁶² 28ª Romaria da Terra do Paraná, 2014, p. 03.

⁶³ 28ª Romaria da Terra do Paraná, 2014, p. 04.

o esvaziamento do campo, além do trabalho escravo, violação e desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

A romaria da terra pode ser percebida enquanto um ritual que se sobressai entre as práticas religiosas cotidianas. Não apenas por ser realizada uma vez ao ano, mas pelo deslocamento do fiel de seu espaço mais comum e rotineiro: a paróquia. Junto a isso, o contato com pessoas de diferentes localidades, outras lideranças, liturgia e ritos específicos, também contribuem para pensar a romaria enquanto rito. As contribuições de Victor Turner (1974; 2008) sobre os rituais, portanto, são importantes nesta análise.

Nesse intuito, alguns fiéis foram acompanhados desde a sua saída em caravana de Londrina, passando o dia em Congonhinhas, até o seu retorno, já no final da tarde daquele domingo. Dentre alguns ônibus que partiram com romeiros londrinenses, foram acompanhados, ao longo desse dia de observação, os fiéis pertencentes à capela Santa Helena. No entanto, o trajeto da viagem a partir de caravanas organizadas por paróquias/capelas é apenas uma forma desses romeiros se deslocarem ao local estabelecido. Havia também participantes que viajaram em seu próprio automóvel ou até mesmo em motocicletas.

Outro elemento importante percebido na forma de participação da romaria foi a organização por meio de pastorais. A Pastoral da Juventude, por exemplo, foi o grupo mais expressivo numericamente nesse evento. Havia, portanto, certo grau de autonomia por parte dos fiéis na maneira como se organizam para a participação na romaria da terra: a partir do contexto paroquial, que é geográfico; por meio de pastorais ou grupos específicos, reunindo pessoas de paróquias distintas; ou mesmo individualmente, como é o caso de famílias que viajaram em seus próprios automóveis, sendo às vezes os únicos representantes de sua paróquia ou pastoral.

Na caravana acompanhada, com romeiros da capela Santa Helena, o ônibus fretado pela própria comunidade partiu repleto de fiéis logo cedo, às 06h20min da manhã. A maioria já havia participado de edições anteriores da romaria da terra, demonstrando que a comunidade estava articulada na participação de eventos como esse, que une religião e problemas sociais contemporâneos. Alguns romeiros relataram ter participado de outras programações nesse mesmo ano, como por exemplo, no Dia do Trabalhador, realizado na cidade de Porecatu, a 95 quilômetros de Londrina, onde foram abordados os problemas relacionados ao trabalho no campo. Esse grupo de fiéis, portanto, demonstrou possuir o costume de participar de eventos religiosos com abordagens sociopolíticas. Isso também demonstra a influência do clero, embora a figura do leigo ganhe proeminência na Teologia da Libertação. Por ser o padre Dirceu líder da CPT e organizador de eventos cujas abordagens são feitas a partir de questões sociais, sua comunidade demonstrou

seguir características semelhantes, como as percebidas em seu engajamento nessa romaria da terra.

Havia no ônibus a presença de jovens e adultos, de ambos os sexos, todos moradores da região do Jardim Maracanã, bairro periférico de Londrina, próximo à divisa com a cidade de Cambé, onde está localizada a capela Santa Helena. Alguns pais levaram seus filhos pequenos para a romaria. Com muita oração e cânticos por parte dos fiéis, o ônibus partiu de Londrina sob a euforia de todos, o que foi se perdendo durante a breve viagem.

Ao chegar à entrada de Congonhinhas, juntamente com outras caravanas e carros particulares que vinham de outras regiões, todos foram recebidos com muita festa por jovens que já estavam posicionados estrategicamente na entrada da cidade, dando boas-vindas aos romeiros que chegavam. Além de algumas instruções, entregaram também um livreto com a letra de várias músicas que seriam cantadas durante o evento, preso a um cordão, em que o romeiro poderia pendurar em seu pescoço, se assim desejasse.

No centro da pequena cidade encontrava-se uma multidão de fiéis em frente à igreja matriz de Congonhinhas, onde havia várias mesas fartas com café, leite e pão caseiro. Enquanto isso, a poucos metros dali, um trio elétrico com alguns jovens tocando e cantando músicas religiosas e sertanejas embalava o início da concentração dos fiéis. Havia também nesse momento de recepção, muita conversa, sorrisos e muita alegria, antecedendo a abertura oficial da romaria da terra em Congonhinhas.

Houve a presença de aproximadamente quatro mil romeiros provenientes de várias partes do Paraná, além de outros estados, como do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Por trás de um objetivo comum, que era a crítica à monocultura do eucalipto e pinus e suas consequências desastrosas para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a sociedade em geral, rural e urbana, muitos fiéis exibiam bandeiras, faixas e camisetas que demonstravam seus vínculos a determinados movimentos sociais e grupos religiosos, evidenciando por meio desses objetos, ligação entre setores do catolicismo e aspectos sociopolíticos.

Não era difícil encontrar romeiros com camisetas da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Havia também fiéis com bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Lideranças políticas e candidatos ao legislativo pelo PT da região norte do Paraná estavam presentes no evento, assim como do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo esse último em menor quantidade.

Por ser 2014 ano eleitoral, a presença de candidatos diante de um público expressivo não deixa de ter a sua importância nessa época decisiva para aspirantes a um mandato político, ou mesmo sua renovação, no caso daqueles eleitos anteriormente. Afinal, se a máxima usada no

pentecostalismo é “evangélico vota em evangélico”, porque não “católico vota em católico”? Campanha política propriamente não foi realizada, no sentido de conquistar novos eleitores. No entanto, poderia haver o sentido de reafirmação de posições políticas diante de um público já conhecido. Havia, no entanto, distribuição de “santinhos”, por meio de conversas informais, apresentando suas propostas. A título de exemplo, destacou-se um encarte de um candidato a deputado estadual pelo PCdoB, ligado ao MST, com sua breve biografia e propostas políticas⁶⁴.

O espaço sagrado estava, portanto, repleto de elementos profanos, o que não pareceu ser motivo de estranhamento para nenhum participante presente na romaria. Esses símbolos políticos, ao contrário, se somavam a diversas pastorais e grupos religiosos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), Pastoral da Juventude (PJ) etc. A romaria da terra enquanto evento religioso aglutina, assim, elementos considerados profanos, que não são objetos de culto em si mesmos, como os movimentos sociais e partidos políticos. A oposição entre sagrado e profano ou religião e política, perderam nesse evento seus lugares tradicionais de embates e oposição, redefinindo uma nova configuração entre os romeiros.

Isso também foi demonstrado com a presença de pessoas cujo vínculo religioso é bem fragmentado, mas que, por outro lado, desenvolve intensas participações em movimentos sociais ligados a causas trabalhistas, de gênero e etnia. Pessoas que dificilmente assistiriam a uma missa nos moldes do catolicismo oficial, mas que viajaram a Congonhinhas para participar da romaria da terra. Percebe-se, assim, que o sagrado não era, em última instância, o único elemento a atrair a presença de pessoas de vários lugares a esse evento. O aspecto político e, portanto, profano, também possuía seu próprio destaque, levando muitas pessoas àquele lugar, talvez mais pelo último fator do que ao do primeiro.

Deu-se início à programação, com os romeiros concentrados na praça, em frente à igreja matriz, bem próximo onde estavam servindo o café no início da manhã. Sob forte sol, os romeiros foram se acomodando, cada um à sua maneira, ao redor da praça. Muitas músicas foram tocadas do caminhão de som, acompanhadas pelos fiéis, além de orações, leituras e algumas falas, todas relacionadas ao tema da romaria da terra de 2014. O novo bispo de Cornélio Procópio esteve presente, na companhia de seu antecessor.

Havia no evento diversos elementos simbólicos. Em um dos momentos principais, foi erguida uma rústica cruz feita com madeira de eucalipto. Junto a ela uma enxada⁶⁵ “crucificada”. Sendo a

⁶⁴ Suas propostas giravam em torno da reforma agrária, economia solidária, direitos animais, demarcação de terras indígenas, superação das discriminações de raça, gênero e religião etc.

⁶⁵ De acordo com o dicionário de português Michaelis (ENXADA, 2021), um dos significados de enxada é: “utensílio de ferro e aço, com que se cava a terra, amassa cal etc.”. Outro significado possível é: “ganha-pão, ofício, profissão”. Assim, o seu emprego tanto no sentido real quanto no figurado é importante e está presente nesse ato dos romeiros em Congonhinhas.

cruz com Cristo crucificado, um dos símbolos que permeiam o imaginário cristão católico, presente em igrejas, em automóveis e até mesmo em espaços públicos⁶⁶, tal ato rompe com todo esse significado histórico religioso e insere uma discussão política, ligada ao tema da romaria, que é o plantio do eucalipto e suas consequências desastrosas para o meio ambiente e para o homem. O fato de Cristo não estar no centro da cruz e em seu lugar uma enxada, usada como símbolo do trabalhador rural, demonstra a analogia entre a morte de Cristo e a “morte” do trabalhador no campo decorrente do agronegócio, em uma perspectiva mais ampla, e o plantio de eucalipto/pinus, em um sentido mais específico neste evento.

Por cerca de trinta minutos a cruz de eucalipto ficou erguida, admirada pelos fiéis que estavam em volta; muitos aproveitaram para registrar o momento por meio de fotografias com o aparelho celular. Enquanto isso, alguns jovens apresentaram uma encenação com trajes camponeses, carregando faixas, que denunciavam o trabalho escravo, a erosão do solo, a perda da biodiversidade, a deterioração da paisagem, doenças, o extermínio de animais e plantas, a concentração da terra, a destruição das nascentes de água, a expulsão dos camponeses e povos tradicionais (indígenas e quilombolas) etc. Tudo isso era acompanhado de perto pelo padre Dirceu, que dispensou a batina, misturando-se entre os romeiros com seu boné amarelo, protegendo-o do forte sol.

Se a batina representa a posição do sacerdote na hierarquia católica, conferindo legitimidade à administração dos sacramentos diante do leigo que ocupa um papel inverso nessa relação, a dispensa da batina por um sacerdote, coordenador da CPT-Paraná e, portanto, um dos principais organizadores do evento, demonstra uma mensagem importante nesse rito católico: o elemento sagrado não se restringe ao clero, sob a ideia de objeto de manipulação por parte de um corpo de especialistas (BOURDIEU, 2007). Em última instância, dispensar a batina representa a inserção do leigo como sujeito da experiência profanada do sagrado. Em outras palavras, o aspecto divino do evento se manifestava sob um viés horizontal, onde clero e laicato possuíam participação conjunta.

Há aqui um elemento de antiestrutura, conforme propõe Victor Turner (1974; 2008): Cristo substituído pela enxada, ou, em última instância, pelo trabalhador. Se a Igreja Católica se estrutura a partir da figura de Cristo⁶⁷, o camponês passou a ocupar lugar de destaque, justamente por ter um dos seus principais instrumentos de trabalho “pendurado” em uma tosca cruz de eucalipto. De fato, o trabalhador e seus dilemas modernos foram as figuras mais evidenciadas nesse dia, não ocorrendo o mesmo com o principal personagem do cristianismo.

⁶⁶ Tal símbolo está presente em diversas repartições públicas no Brasil. Sendo o Estado laico, esse aspecto tem provocado profundos debates na academia e na sociedade civil organizada, sobre valores religiosos e laicos no país.

⁶⁷ “[...] sobre esta pedra edificarei a *minha igreja*” (Mt 16.18, grifo nosso).

Ao abordar o conceito de estrutura, Turner se refere “à estrutura social tal como a maioria dos antropólogos americanos e britânicos definiu o termo, ou seja, um arranjo mais ou menos peculiar de instituições mutuamente dependentes e a organização institucional de posições sociais e/ou atores que elas implicam” (TURNER, 2008, p. 253).

Dessa forma, ao conceituar antiestrutura, Turner ressalta que “o prefixo ‘anti’ é usado apenas estrategicamente e não implica uma negatividade radical. [...] Portanto, quando falo de antiestrutura, quero dizer algo positivo, um centro gerador” (TURNER, 2008, p. 254). Ou seja, observar elementos da antiestrutura, torna-se uma possibilidade importante para se compreender a própria estrutura.

Alguns conceitos de Victor Turner contribuem nessa análise da romaria. Afirma o antropólogo britânico que “as peregrinações são fenômenos liminares” (TURNER, 2008, p. 156). Essas entidades, segundo o autor, não se situam nem aqui nem lá (TURNER, 1974) ou no original em inglês: *betwixt and between*⁶⁸. Não se enquadram nas propostas de religiosidade do catolicismo oficial, hierarquizado, cujos papéis se encontram previamente estabelecidos, sem possibilidade de alternância, ainda que o leigo tenha seu lugar de participação nesse modelo religioso; no entanto, seu poder de decisão normalmente é reduzido, ao contrário do que ocorre com o clero.

Por outro lado, essas romarias não podem ser definidas e pensadas enquanto passeatas de protesto, o que para Adam (2002) seria uma forma superficial de analisar o evento. Ainda que o MST tenha sua origem a partir do diálogo com o catolicismo de libertação, a romaria da terra possui junto a esse caráter contestatório, o viés religioso. Para Júlio César Adam, existe uma relação entre uma passeata de protesto e a romaria, mas “esta relação é bem mais complexa do que parece e está diretamente relacionada à forma de luta pela terra, na qual ‘vida, religião e política’ estão intimamente relacionadas” (ADAM, 2002, p. 60).

Assim, a romaria da terra por não ser uma missa, nem uma passeata de protesto ligada a um movimento social específico, pode ser percebida como o que Victor Turner (1974) denomina de *betwixt and between*. Isso possibilita compreender o fato de pessoas com faixas e camisetas do MST, PT, PCdoB, CUT, ao lado de outras trajando camisetas com nomes de paróquias, versículos bíblicos, imagens de santos e nomes de algumas pastorais, participarem do mesmo evento. A romaria da terra demonstra, assim, um momento de transição entre o político e o religioso, ou vice-versa.

Tal aspecto de transitoriedade entre o político e o religioso, reflete na percepção de Adam sobre a romaria da terra: “no horizonte dos participantes de uma romaria não está um projeto

⁶⁸ Em nota do tradutor da obra *Floresta de símbolos* (TURNER, 2005) é destacado que por não haver uma tradução equivalente na língua portuguesa, optou-se por manter o termo original: *betwixt and between*. A nota cita exemplos de possíveis traduções: “aquém e além dos pontos fixos”, “entre dois mundos” e “entre e entrementes” (TURNER, 2005, p. 157).

sociopolítico claramente definido, mas sim uma forma de viver na terra que vai se definindo, ao longo de um processo: um modelo rural alternativo à agricultura capitalista-globalizada” (ADAM, 2002, p. 56).

Dessa forma, as alternativas “têm muito mais a ver com experiências concretas nas organizações do campo do que com uma pura ideologia política no vácuo das ideologias. Um modelo de sociedade encontra-se, sem dúvida, como pano de fundo do sonho, mas este pano de fundo surge das vivências e experiências – boas e ruins – no cotidiano da luta” (ADAM, 2002, p. 56).

Se no campo político não há elaborações mais aprofundadas de um projeto gerado a partir de um consenso, como revela Adam (2002), no plano religioso tal ocorrência também se repete: isso porque o sagrado não é colocado como elemento transformador do aspecto terreno, como ocorre essa formulação no pentecostalismo brasileiro. No máximo ocorre a solidariedade e a identificação com a causa dos pobres, ou pequenos agricultores, sem, contudo, haver alguma forma de intervenção concreta do sagrado sobre os problemas denunciados pelos romeiros a partir de suas experiências no meio rural.

A participação dos fiéis na romaria da terra ganha forma daquilo que Adam (2002) denomina de *política mística*. Diferente da política de confronto, como percebido nas ações do MST, por exemplo, a política mística possui natureza simbólica, “e tem a ver com o trabalho na terra, relação com a natureza, fé no Deus da Terra e da Vida” (ADAM, 2002, p. 60). Assim, não se assemelha às vivências do MST – embora haja sempre a participação de alguns de seus membros na romaria da terra – nem a um evento essencialmente religioso tradicional do catolicismo, como as missas e até mesmo outras formas de romaria. Como as “entidades liminares não se situam aqui nem lá” (TURNER, 1974, p. 117), religião e política na romaria da terra ganham contorno tênue.

O Santo da Romaria

De acordo com Pierre Sanchis (2006), existe a figura do mediador pela qual as romarias são construídas: o santo. Na romaria da terra não houve esse elemento enquanto destaque e alvo da peregrinação dos fiéis, tornando-a singular nesse sentido em relação às demais romarias. Mesmo a imagem de Nossa Senhora tendo sido carregada por fiéis em um momento da celebração, não demonstrou ser o elemento central do evento. De fato, não houve a figura de nenhum santo reverenciado entre os fiéis que ocupasse a figura de “mediador”. O camponês e seus dilemas foram o elemento central da romaria. As músicas, homilias, encenações, poemas etc. eram todos relacionados ao homem do campo, anônimo, trabalhador. Isto sem nenhum reconhecimento oficial

do Vaticano, bem como o pouco interesse do poder público a seu favor, processo esse histórico no país, afinal, o problema da terra vem de longa data.

No Brasil, um exemplo de romaria que possui ligação com a figura de um santo se encontra no estado do Ceará, na cidade de Juazeiro do Norte, onde viveu o Padre Cícero (1844 - 1934), santo popular da região nordeste. Essas romarias se estruturam a partir da figura desse santo, atraindo multidões de devotos a essa região, oriundos de várias partes do país (BRAGA, 2014).

Já em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, a romaria é realizada em torno de uma gruta onde se encontra uma Cruz de Cristo Morto, local da devoção ao Bom Jesus, com milhares de peregrinos que se deslocam até lá todos os anos (STEIL, 1996). Outro exemplo muito conhecido é o das romarias a Aparecida do Norte, no estado de São Paulo, cuja devoção à Nossa Senhora e à imagem sagrada que lá se encontra ocorre durante o ano todo, sendo a maior devoção católica brasileira.

Todas essas romarias têm em comum o deslocamento para um local específico, como se lá tivesse se manifestado uma hierofania (ELIADE, 1992), que motivaria os romeiros todos os anos a se voltarem para aquele lugar onde se encontra o “santo” (SANCHIS, 2006), uma “reliquia” (BROWN, 1981).

A romaria da terra, ao contrário, ainda que ocorra todos os anos, o seu local de encontro é diversificado. Não é só, portanto, o peregrino que se desloca, mas a própria localidade onde se dará a chegada da devoção movimenta-se anualmente, produzindo uma dinâmica distinta, um tipo específico de peregrinação no qual o movimento que caracteriza a romaria não é aquele que segue os modelos mais tradicionais onde o romeiro todos os anos retorna ao mesmo lugar, tomado por sagrado.

O movimento de sair do seu local de origem, ir até o lugar onde se dá a celebração que é o ápice da romaria enquanto evento religioso e o retorno para casa não envolve, portanto, a busca de um contato com um santo que está em um lugar fixo. Envolve o próprio peregrinar e o contato com mensagens que são mais que discursos, mas uma discursividade que dá sentido à vida, às lutas da vida. É como se o sentido da experiência estivesse no próprio peregrino, no seu movimento, no que ele faz, no como ele faz, do que propriamente em algo que ele busca e que já está lá.

Mesmo o camponês ganhando centralidade na romaria da terra, dois bispos católicos foram homenageados, por se engajarem em causas populares durante seu sacerdócio: dom Tomás Balduino e dom Ladislau Biernask. O “dom” foi trocado pelo “são”; bispos transformarem-se em santos, sem passar pelo crivo da Santa Sé, tornando-se: “são Tomás” e “são Ladislau”. Demonstrou-se assim que lideranças do passado, com interesses e engajamento semelhantes, serviam como inspiração e ajuda espiritual desses romeiros. Ao escolher tais nomes, descartavam outros,

estabelecendo assim, identidade ao grupo bem como o modelo de fé adotada, que não minimiza a esfera política, como ocorre em outros setores do catolicismo, bem como de outras religiões.

Se a figura do santo, tradicionalmente reconhecido na Igreja Católica está associada à efetuação e comprovação de milagres, ocorrendo todo um processo burocrático de reconhecimento junto ao Vaticano, na romaria da terra percebe-se um quadro diferente. O reconhecimento e homenagem a dom Tomás e dom Ladislau não estão ligados à realização de milagres, mas à dedicação e engajamento em questões sociais e políticas, em favor das camadas populares.

A estrutura do catolicismo é confrontada nesse momento, estabelecendo o que Turner (1974) chama de antiestrutura. Se a hierarquia da Igreja determina quem são os santos, na romaria da terra os estratos menos importantes da instituição podem se ocupar de tal tarefa, sobretudo, segundo critérios e preferências próprias. Os leigos tornam-se participantes desse processo de escolha dos seus próprios santos, a partir de suas experiências e ideologias específicas, em um período determinado.

O reconhecimento e devoção dos seus “santos”, portanto, não pode deixar de estar presente nos atores religiosos que compartilharam das mesmas vivências e práticas religiosas, associadas ao viés político, como foi percebido nos romeiros de Congonhinhas.

Romaria da Terra: lugar sagrado?

Outro fator importante encontrado nessa romaria, colocando-a em uma situação singular em relação às demais, está associado ao espaço. No caso de Juazeiro do Norte, conforme demonstra Antônio Braga (2014), há um local chamado Horto onde ocorrem as peregrinações por parte dos devotos do Padre Cícero que chegam ao Ceará. Segundo o antropólogo, essas romarias vêm ocorrendo “ano após ano, desde o final do século XIX. Atravessaram o século XX e continuam nos dias de hoje como um dos fenômenos mais importantes da religiosidade popular brasileira” (BRAGA, 2014, p. 198).

Ao definir o peregrino utilizando o *The Oxford English Dictionary*, Victor Turner destaca ser “aquele que viaja para um lugar sagrado num ato de devoção religiosa” (TURNER, 2008, p. 161). Já no *The Jewish Encyclopedia*, o antropólogo britânico destaca a seguinte definição para peregrinação: “uma viagem feita a um templo ou local sagrado para cumprir um voto ou para obter algum tipo de benção divina” (TURNER, 2008, p. 161).

Assim, no caso de Juazeiro do Norte, as romarias têm lugar fixo, alvo de peregrinações constantes dos fiéis, associada diretamente ao Padre Cícero. A espiritualidade está relacionada,

além do santo – Padre Cícero – ao lugar. Não há a possibilidade de alternância do espaço nessa prática religiosa. O local permanecerá sempre o mesmo, continuamente. Ao desfazer o lugar, desfaz-se a peregrinação. É aí onde o fiel vive sua experiência religiosa. Não é possível pensar a devoção ao Padre Cícero, senão em Juazeiro do Norte.

No caso da romaria da terra, o lugar ganha um significado diferente. Ele é importante não por causa de sua historicidade ou de experiências religiosas que os devotos foram acumulando no decorrer do tempo. Primeiramente, a romaria da terra ocorre em cidades diferentes a cada ano. Ou seja, não há um espaço definido enquanto lugar sagrado. A terra e o seu significado para o camponês, como meio de trabalho e sustento, é que se torna sagrado; é o local onde se cultiva, onde desenvolve laços familiares, onde se trabalha, onde se vive, onde se diverte. A terra, nesse sentido, está relacionada com a água⁶⁹, com o alimento, com a natureza, com a vida. Essa forma de espiritualidade associa-se aos elementos da natureza, e, por conseguinte, o viés político se manifesta, no sentido de promover harmonia entre aspectos religiosos e terrenos e, em última instância, entre sagrado e profano.

Tendo em vista os constantes conflitos no campo, onde os pequenos agricultores buscam romper com a lógica de mercado que afeta a agricultura familiar, bem como o meio ambiente, por meio das grandes plantações sob o viés da monocultura e que resulta no processo de exportação de *commodities*⁷⁰, o sagrado ganha contornos em relação à luta pela terra. Isso envolve a permanência em locais historicamente habitados; a produção diversificada de alimentos, que significa saúde para o indivíduo; geração de empregos no campo e a consequente permanência do trabalhador, evitando o êxodo rural; e a preservação do solo e do meio ambiente. Assim, a percepção do sagrado é interpretada pelo fiel como parte constitutiva de seu cotidiano.

Assim, Congonhinhas, local onde ocorreu a romaria da terra de 2014, não foi percebida pelos fiéis como local sagrado em si, mas o meio que proporcionou o desenvolvimento de sua espiritualidade, na companhia de vários fiéis, sendo a maioria desconhecidos. A concepção de sagrado foi revestida pelo elemento político, refletido e contextualizado a partir de problemas sociais contemporâneos, podendo ser combatidos politicamente pelo aspecto religioso, que assume um

⁶⁹ Em alguns lugares o nome utilizado passou a ser Romaria da Terra e das Águas, como em São Paulo, Bahia, Maranhão e Goiás. Segundo Antônio Almeida (2005), a temática da água ganhou proeminência a partir da década de 1990, embora já tenha recebido certa atenção anterior. A CPT tem feito denúncias sobre o desperdício da água, contaminação, mercantilização etc.

⁷⁰ No inglês, *commodities* significa mercadoria. São, portanto, mercadorias produzidas em larga escala para atender o mercado internacional, sem passar pelo processo industrial, sendo assim, matéria-prima, com pouco valor agregado. O Brasil é um grande exportador de *commodities*, em que se destaca: a soja, o café, o suco de laranja, o minério de ferro e o alumínio.

papel de “protagonismo” na história, segundo este termo comumente utilizado pelos próprios atores sociais⁷¹.

Dessa maneira, a espiritualidade dos romeiros era desenvolvida por meio de elementos que demonstravam o cotidiano da vida no campo. No livreto distribuído na chegada a todos participantes, havia músicas clássicas como *O Cio da terra*⁷² e *Saudades da minha terra*⁷³. Também havia músicas em que as questões do campo eram interpeladas por elementos sagrados: “Nas horas de Deus amém! Que a colheita seja boa, que ninguém mais vage à toa, Nas horas de Deus, amém!”⁷⁴. Uma música das mais cantadas, dizia: “A terra é sagrada, feita por Nosso Senhor. Ele fez e deu ao homem e também nos ensinou. Que é nela que vivemos e a ela abençoou. É tão linda a natureza. É obra do Criador. Deus deu a inspiração, o homem fez a plantação, e foi assim que começou”⁷⁵.

Enquanto uma das partes constitutivas da romaria, as músicas revelaram o aspecto sagrado da devoção, juntamente com aspectos críticos: “agronegócio veio destruir tudo que Deus criou / a terra produtiva, de repente se acabou / Monocultivo não leva comida na mesa de ninguém / só traz desigualdades, (o)ambiente faz refém... / Os alimentos puros e saudáveis – que bom! Vamos comer / É n(a)agroecologi(a,a)alternativa de viver!”⁷⁶.

Além das críticas sociopolíticas e dos elementos religiosos presentes nas músicas, havia também o sentido da festa. Enquanto no caminhão de som os ritmos eram desenvolvidos, alguns romeiros em volta do caminhão arriscaram alguns passos, outros mais tímidos apenas cantavam. Já outros, apenas observavam e riam diante daquele momento de diversão. Desenvolveu-se, portanto, um espaço de devoção, reflexão, luta e festa.

⁷¹ Na realização da pesquisa de campo, era frequente ouvir muitos católicos, especialmente ligados à teologia da libertação, utilizarem o termo “protagonismo”, no sentido de uma ação conduzida por eles próprios, em oposição à ideia do fiel espectador, que apenas vai à missa nos finais de semana.

⁷² “Debulhar o trigo / recolher cada bago de trigo / forjar do trigo o milagre do pão / e se fartar de pão. / Decepar a cana / recolher a garapa da cana/ roubar da cana a doçura do mel / se lambuzar de mel. / Afagar a terra / conhecer os desejos da terra / cio da terra propícia estação / de fecundar o chão” (28ª Romaria da Terra, 2014, p. 33). A autoria dessa música é de Milton Nascimento e Chico Buarque (1977). Foi interpretada por vários cantores, como: Pena Branca e Xavantinho, Sérgio Reis, Omara Portuondo e Maria Betânia, entre outros.

⁷³ “De que me adianta viver na cidade / Se a felicidade não me acompanhar / Adeus, paulistinha do meu coração / Lá pro meu sertão quero voltar / Ver a madrugada, quando a passarada / Fazendo alvorada começa a cantar / Com satisfação arreio o burrão / Cortando o estradão saio a galopar...”. (28ª Romaria da Terra do Paraná, 2014, p. 28). Composição atribuída a Gérson Coutinho da Silva e Pascoal Todarelli. No entanto, há dúvidas sobre tal autoria, sendo também atribuída a Estêvão Protomártir de Brito Guerra, no final do século XIX. Foi interpretada por Sérgio Reis, Chitãozinho e Xororó, Daniel, entre outros.

⁷⁴ 28ª Romaria da Terra, 2014, p. 09.

⁷⁵ 28ª Romaria da Terra, 2014, p. 39.

⁷⁶ 28ª Romaria da Terra, 2014, p. anexa, autoria de Jadir Bonacina.

A Partilha

A partilha é outro importante momento da romaria da terra. Por três vezes isso ocorreu: logo na chegada, com café da manhã, em frente à igreja matriz de Congonhinhas; na hora do almoço, no momento da chegada a um extenso campo reservado para as atividades da tarde; e quase no final do evento, onde havia muitas frutas e bolos. Esse alimento compartilhado entre os presentes foi levado pelos próprios romeiros de suas casas, paróquias ou comunidades. Era possível comer todo tipo de alimento que desejasse, independente do que tivesse levado. Mesmo quem não pôde contribuir, seja por qual motivo, participou das refeições. Sentiam-se felizes em comer com outros romeiros. Os que levaram algum tipo de comida, faziam questão de que outros pudessem experimentar, tornando um espaço de troca.

Antonio Braga (2013), a partir da dinâmica da *dádiva* de Marcel Mauss, estudou os fluxos migratórios de moradores do Piauí à procura de trabalho em São Paulo. Após certo período na capital paulista, o regresso ao nordeste é marcado por uma refeição especial, na presença de familiares, marcada pela noção de “fartura”. Fartura, afirma o antropólogo, não é sinônimo de excesso. “Entre aqueles que estão ali presentes, o que está em questão não é aquilo que excede, mas aquilo que se celebra e aquilo que não falta” (BRAGA, 2013, p. 321).

Essa refeição da qual Braga aborda não diz respeito apenas à união familiar, celebrando o regresso de um parente que estava distante. A fartura também está associada aos valores compartilhados pelo grupo, sempre havendo espaço para mais um (BRAGA, 2013).

Em Congonhinhas, na romaria da terra, em diversos momentos em que houve a partilha, desde o início até o seu encerramento, demonstrou-se um espaço de acolhimento de todos os romeiros presentes, sendo a maior parte proveniente de outras cidades. Além disso, tornou-se um espaço onde os valores difundidos no evento podiam ser compartilhados por todos. Semelhante ao fluxo migratório entre Piauí e São Paulo, “isto ocorre porque a fartura projeta-se em direção ao sentimento de abundância (de tal forma que sempre cabe mais um) e sustenta-se num sentimento de solidariedade que se dá [...] entre aqueles que têm pouco” (BRAGA, 2013, p. 321).

O romeiro que participa do café da manhã, logo na chegada, oferecido pela organização do evento, na hora do almoço em que as pessoas se juntam em grupos, geralmente da mesma caravana, deseja retribuir, oferecendo aos mais próximos partes da comida que trouxe de casa, estabelecendo ou reforçando vínculos sociais.

A partilha, portanto, aproxima os romeiros dos objetivos propostos no evento, cuja crítica recaiu sobre os danos causados pelo plantio de eucalipto e pinus, sob a lógica de produção capitalista. Além disso, um problema presente especialmente no campo, esse momento fomentou

a construção de práticas coletivas, pois, ao dar, o romeiro se colocava no lugar do outro. Nesse caso, atingia a todos igualmente, seja do campo ou da cidade.

Analisando a romaria enquanto um ritual, esse também é um momento que se aproxima da compreensão de Turner sobre *communitas*, que são laços antiestruturais, “uma vez que são indiferenciados, igualitários, diretos, não-rationais (embora não *irracionais*) [...]. Estrutura é o que mantém as pessoas separadas, define suas diferenças e limita suas ações, incluído a estrutura social no sentido da antropologia britânica” (TURNER, 2008, p. 41). Para o autor, *communitas* também é parte do processo de liminaridade, de transição, onde não há a definição de papéis. Enfim, um ideal de igualdade. “Há, portanto, um processo de idealização das relações horizontais que são fortalecidas nas romarias” (STEIL, 1996, p. 64).

Assim, compartilhar o alimento coletivamente é, em última instância, contribuir para permanência na romaria. Busca-se também uma não distinção entre clero/leigo que ordena as práticas religiosas, embora ainda fosse possível perceber alguns desses sinais na romaria. Padres e romeiros leigos compartilhavam a mesma comida, sem estabelecimentos de papéis sociais. É certo que havia alguns que não abriram mão da batina especial, usada normalmente em ocasiões solenes, ainda que sob o forte calor. O valor do ritual, assim, se confirma mais pelo ideal a ser perseguido do que propriamente pelos seus resultados concretos. Assim, a partilha foi o momento em que a multidão de romeiros podia estreitar os laços de relacionamento, tornando-se iguais, ainda que momentaneamente.

Em romarias mais longas, como a realizada no santuário de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, estudada por Carlos Steil, quando os romeiros que viajam até lá passam em média de três dias na cidade, observa o antropólogo que “durante este tempo partilham entre si os alimentos que são cozidos em fogões a lenha, improvisados na beira da estrada, nos acampamentos e nas rancharias” (STEIL, 1996, p. 69).

Sob uma perspectiva menos abrangente, por iniciar e encerrar em um mesmo dia, na romaria em Congonhinhas constatou-se a oportunidade de o fiel experimentar um tempo de troca, de vivência coletiva dos sentimentos proporcionados no decorrer do dia.

Sobretudo, a partilha trouxe também o significado da importância de preservação e luta pela terra, responsável pela produção do alimento, indispensável para a existência do homem. Preservar a terra, bem como a agricultura familiar e a diversidade do plantio é garantir, assim, a própria vida.

A Festa

Nessa romaria revelou-se também um espaço de festa, especialmente na última partilha, perto do encerramento da romaria. Celso Vianna Menezes (2009), em sua análise sobre a romaria da terra, destaca a irrupção de um momento entre os romeiros: som alto, danças, conversas e muita alegria, ganha contornos de uma festa. A linha tênue que separa sagrado e profano torna-se difícil de ser distinguida. Segundo o antropólogo, embora o termo romaria “remeta à peregrinação à Roma e, depois, por derivação, a outras peregrinações religiosas a lugares santos, há muito que ele é usado para outros tipos de peregrinações, profanas muitas” (MENEZES, 2009, p. 72).

Contribuindo para essa perspectiva no momento da partilha, havia também um carro de som, que serviu em um primeiro momento para a celebração e reza, passou a ser usado para apresentações musicais, com canções populares sertanejas, além de declamações de poesias, mais voltadas à terra que ao céu, mais aos homens que a Deus. A arte popular⁷⁷, como forma de resistência e denúncia de mazelas sociais, ganhou, portanto, contornos específicos no ritual, atraindo a atenção da maioria dos romeiros. Assim, o momento de descontração obteve maior interesse e participação dos romeiros, ainda que durante a romaria tenha sido utilizada várias atividades, como as encenações no período da manhã.

Ao término da romaria, pouco antes das 16 horas, várias mudas de café foram distribuídas aos fiéis, grão conhecido e utilizado como bebida popular. Outro elemento rico de significado, relacionado ao campo, bem como à cidade. Importante ressaltar que, ultimamente, setores do cristianismo, especialmente as igrejas neopentecostais, têm utilizado diversos objetos que, uma vez sob a posse dos fiéis, desencadeiam poderes místicos de caráter curador/libertador, tais como: bombons, sabonetes, copos de água, flores, pulseiras, canetas etc. A utilização desses elementos pelo crente possui o poder de transformar situações adversas, levando-o à experimentação do “milagre divino” nas mais diversas esferas da vida privada.

A muda de café entregue nessa romaria da terra não havia nenhum efeito curativo ou transformador. Não havia nenhum elemento místico nela que pudesse levar os romeiros a experimentar algum tipo de milagre. Era apenas uma planta cujo produto é consumido popularmente. Além disso, estava estabelecida a crítica à monocultura do eucalipto e pinus, em detrimento da diminuição da agricultura familiar, em que o café figura entre diversos tipos de cultivo,

⁷⁷ Autores da Escola de Frankfurt, em especial Adorno e Horkheimer (1985), ao abordar o conceito de Indústria Cultural, percebem a arte a partir da produção massificada, no sentido econômico, sob a lógica do mercado. No entanto, ela também pode ser símbolo de resistência e contestação ao *status quo*, cujo enfrentamento ao Estado se faz de forma contundente. O aspecto político é ressaltado em detrimento do econômico. Além disso, pessoas anônimas, com pouco reconhecimento, se tornam os próprios produtores desse tipo de arte.

como: mandioca, feijão, milho, arroz, trigo etc. Assim, a muda de café entregue aos romeiros possuía um significado mais ligado ao aspecto político que propriamente religioso, confirmando a abordagem de Pierre Sanchis (2006) sobre a romaria da terra, como evento que mobilizou peregrinos em busca de mudanças sociais.

Considerações Finais

O presente capítulo buscou analisar a intersecção entre a religião e a política em dois momentos históricos: no período ditatorial e no contexto das Romarias da Terra organizadas pela CPT, nas últimas décadas. Nesse sentido, foi observado que a atuação da CPT em defesa da luta camponesa é histórica. Ainda no âmbito dos conflitos entre camponeses e latifundiários, no período da ditadura militar, a CPT foi alvo das investigações do SNI, o qual a considerava uma organização subversiva, justamente por se colocar ao lado dos interesses dos camponeses. Entretanto, mesmo enfrentando adversidades, a CPT segue mobilizando diversos eventos que trazem a questão agrária como estandarte.

Entre as ações da CPT, a romaria da terra tem se revelado enquanto um espaço complexo de coexistência entre o sagrado e o profano. Ao passo que permite aos fiéis refletirem sobre problemas sociais da atualidade, diferentemente do cotidiano na paróquia; coloca os aspectos políticos - elementos considerados profanos – no centro desse evento, foi o caso, por exemplo, das romarias de Pinhão e de Congonhinhas.

Como consequência dessa mudança em relação ao catolicismo tradicional, o fiel se tornou o principal responsável na tarefa de transformação social em lugar da figura divina. Com efeito, os que já morreram e tiveram o mesmo engajamento, serviram de exemplo e motivação, ganhando um aspecto sagrado popular em substituição aos santos tradicionais, devidamente canonizados pela Santa Sé.

As denúncias às consequências do modelo capitalista no campo estiveram presentes em várias partes do evento observado e analisado, em alguns momentos de forma enfática, enquanto em outros de forma sutil. Dessa maneira, a romaria da terra demonstrou ser um importante instrumento de contestação social, típico da Teologia da Libertação. Haja vista que concede espaço, na estrutura da Igreja Católica, ao fiel de desenvolver novas vivências e relações que podem ser pensadas enquanto antiestrutura, segundo as concepções de Turner (1974). Isso não significa a negação de aspectos estruturais da Igreja Católica, mas a implementação de alternativas, ainda que

marginalizadas em sua hierarquia, que potencializam ao romeiro uma vivência religiosa mais ampla e dinâmica.

Por fim, faz-se necessário enfatizar a importância de exercícios – como o feito aqui - que buscam recuperar e registrar não apenas os episódios de repressão, mas também de lutas do período da ditadura militar brasileira, com o intuito de assegurar o direito à memória e à verdade, sobretudo na atual conjuntura marcada pelo silenciamento e pelo esquecimento de atos de violência praticados no passado, cujo objetivo consiste em manter o *status quo*, a exemplo do esquecimento da Guerrilha de Porecatu. Acima de tudo, os fatos registrados demonstram a persistência do histórico problema da concentração de terras no país que segue gerando violências e conflitos, mas, também, contrapontos por parte dos trabalhadores do campo e suas organizações, entre elas CPT.

Referências Bibliográficas

ADAM, Júlio César. Liturgia como prática dos pés. A Romaria da Terra no Paraná: reapropriação de ritos litúrgicos na busca e libertação dos espaços da vida. *Estudos teológicos*, São Leopoldo, ano 42, n. 3, p. 52-69, 2002.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ALMEIDA, Antônio Alves de. A mística na luta pela terra. *Revista NERA*, ano 8, n. 7, p. 22-34, jul./dez. 2005.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRAGA, Antônio Mendes Costa. Entre o Piauí e São Paulo: dádiva, ser parente e reciprocidade entre migrantes do sudoeste piauiense, Brasil. In: BAENINGER, Rosana; DEDECCA, Claudio (org.). *Processos migratórios no Estado de São Paulo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp, 2013. p. 309-324.

BRAGA, Antônio Mendes Costa. 2014. A subida do horto: ritual e topografia religiosa nas romarias de Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 15, n. 25, p. 197-214, jan./jun. 2014.

BROWN, Peter. *The cult of the saints: its rise and function in Latin Christianity*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (coord.). *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- FERREIRA, Silvana. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 137-152, 2004.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge, Neves, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil republicano*. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GUIMARÃES, Luiz Ernesto. *Teologia da Libertação e Renovação Carismática Católica: religião e política na Arquidiocese de Londrina – PR*. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/guimaraes_le_do.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.
- LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 483-508, out. 2019.
- MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MENEZES, Celso Vianna Bezerra de. *Religiões e práticas religiosas na região do Contestado (SC): os herdeiros de um mundo reencantado*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- NEVES JR, José. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré 64: A ideologia de Golbery do Couto e Silva. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46 – 66, 2019.
- PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito: ensaio de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ROOS, Djoni. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira. *Revista GeoGraphos*, v. 4, n. 31, p.01-18, 2013.
- SANCHIS, Pierre. Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 8, n. 8, p. 85-97, out. 2006.
- STEIL, Carlos Alberto. *O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia*. Petrópolis: Vozes; CID, 1996.
- STEIL, Carlos Alberto. Catolicismos e memória no Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 5, n. 5, p. 09-30, jun. 2004.
- TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 148-160, 2002.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói: EdUFF, 2005.
- TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.

VALCARENGHI, Alexandre Roberto. *A dimensão geográfica das romarias da terra do Paraná*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/1109>. Acesso em: 09 dez. 2021.

VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra; ROSSATO, Geovanio. A Comissão Pastoral da Terra (CPT): notas da sua atuação no estado do Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 14, n. 01, p. 19-32, 1996.

Fontes Documentais

SNI PR, *Serviço Nacional de Informações*, Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, 14 de agosto de 1980, ACT_ACE_561_80, 15 laudas (NDPH – UEL).

Fontes Online

CPT. NOTA DE FALECIMENTO - Dom Tomás Balduino, fundador da CPT, fez a sua páscoa. *CPT – Nacional*, Goiânia, 03 maio 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/16-cpt/2052-nota-de-falecimento-dom-tomas-balduino-fundador-da-cpt-fez-a-sua-pascoa>. Acesso em: 06 dez. 2021.

ENXADA. *In: Michaelis: dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/enxada>. Acesso em: 06 dez. 2021.

IBGE. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INTERVENÇÃO federal despeja dezenas de famílias no interior do Paraná. *CPT - Comissão Pastoral da Terra*, 05 dez. 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4139-intervencao-federal-despeja-dezenas-de-familias-no-interior-do-parana>. Acesso em: 06 dez. 2021.

O SNI E A VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL À LUZ DE EIXOS-TEMÁTICOS

José W. A. Neves Jr.

Luan Prado Piovani

Mirian Borges da Silva

Natália Perez Beraldo

Introdução e Contexto Histórico:

O presente artigo efetua uma análise documental dos arquivos inéditos do Serviço Nacional de Informações (SNI) dos estados do Paraná e Santa Catarina, disponíveis para pesquisa no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica vinculada a Universidade Estadual de Londrina PR (NDPH – UEL). A investigação e os resultados apresentados a seguir, formulados pela equipe do grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR–UEL), centra-se em três eixos-temáticos sendo estes: Movimento Estudantil; Igreja, Estado e Movimentos Sociais; Trabalho e Greve. A compreensão do contexto sócio-histórico é de fundamental importância para que haja o melhor entendimento dos arquivos, portanto, são expostos características e eventos selecionados de forma intencional associados com o SNI que levaram a queda da República Populista (1945 – 1964) e a ascensão da ditadura militar brasileira (1964).

No período entre 1961 e 1964, o Brasil passou por uma onda anticomunista, impulsionada por atores políticos, setores do campo religioso e da mídia que criticavam e atacavam fortemente os movimentos de esquerda. Disto decorreu um forte processo de polarização política. Os fatores que levaram a este quadro são de ordem interna e externa. Entre os fatores externos, destacava-se o impacto da Revolução Cubana (1959) na política internacional, a partir do qual a América Latina passava a se consolidar como um dos principais espaços de preocupação, especialmente por parte dos Estados Unidos da América (EUA), nas disputas pelos direcionamentos político-econômicos da Guerra Fria (1947 – 1991). Enquanto internamente havia uma tendência de crescimento das organizações de esquerda, estimulado pela experiência cubana, porém, este aumento também levou ao recrudescimento do sentimento anticomunista por parte de setores nacionais.

No início da década de 1960, época do governo do presidente Jânio Quadros (1961), alguns atos agravaram este quadro, como a condecoração de Che Guevara e a adoção da política externa independente⁷⁸, que desagradaram os setores conservadores (MOTTA, 2000).

A renúncia de Quadros, em agosto de 1961, fez crescer o temor dos setores anticomunistas da sociedade, pois seu vice, João Goulart (Jango), tinha ligações com a esquerda e a herança populista. O temor da posse de Goulart levou a uma tentativa de golpe que não foi bem-sucedido, Jango assumiu a Presidência da República, mas teve seus poderes drasticamente reduzidos devido a emenda parlamentarista⁷⁹ e teve que enfrentar uma crise político-econômica com a alta da inflação (NAPOLITANO, 2014).

Para o brasilianista Thomas Skidmore (1988), os conspiradores civis e militares compartilhavam ideias marcadamente anticomunistas desenvolvidas na Escola Superior de Guerra (ESG)⁸⁰. Esta escola introduziu no país e desenvolveu o conceito de “guerra interna”, no qual se afirmava que a principal ameaça ao governo decorria, potencialmente, do inimigo interno, representado pelas forças de esquerda e por ideias subversivas. Este pensamento também se faz presente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) golberyana (NEVES JR, 2019a).

Na década de 1960, na pauta nacional brasileira foi amplamente debatido o problema do desenvolvimento. Reformas eram necessárias para modificar a infraestrutura débil do país e sustentar o crescimento econômico, porém, a elite brasileira pretendia manter um desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 1976). Jango queria aprovar a sua agenda de reformas nacionalistas, no entanto, no começo de 1964, se viu isolado no Congresso. Isto fez com que optasse pela luta política nas ruas, ao lado dos grupos e sindicatos de esquerda que o apoiavam. Este quadro inflamou o sentimento anticomunista e fez crescer as conspirações contra o governo. A sua opção de passar por cima do Congresso fez com que os setores centristas acreditassem que a ordem constitucional estava ameaçada (SKIDMORE, 1988).

Nos fins de março, a conspiração civil-militar chegou ao seu ápice. A iniciativa do governo Goulart em apoiar a sindicalização de soldados e praças foi considerada, pela alta hierarquia militar, uma tentativa de quebra de disciplina que enfraqueceria a corporação. Este quadro fez com que mesmo os oficiais moderados, que tinham dúvidas sobre romper com o governo, tendessem para o lado dos conspiradores. O golpe foi perpetrado e o governo de Jango caiu sem muita resistência

⁷⁸ Política que não buscava alinhamento total com nenhum dos blocos (comunista e capitalista), o que levou o Brasil a reatar laços diplomáticos com a União Soviética.

⁷⁹ O Brasil, durante 1961 a 1963, viveu sob o regime parlamentarista, ou seja, o chefe do Executivo passou a ser o primeiro-ministro. O primeiro gabinete formado foi chefiado por Tancredo Neves.

⁸⁰ A Escola Superior de Guerra (ESG) foi fundada em 1949, e tomou como modelo a Escola das Américas estadunidense. É uma instituição que visa estudar os problemas relativos à Segurança Nacional. Um de seus principais acadêmicos foi o gal, Golbery do Couto e Silva (MIGUEL, 2002).

(SKIDMORE, 1988). A facilidade que os golpistas tiveram para derrubar o governo mostra que a “trama comunista”, temida pelos setores conservadores, foi exagerada.

Esta exacerbação da ameaça revolucionária fazia parte da estratégia da indústria do anticomunismo, isto é, atores sociais que se apropriavam desse sentimento de “terror vermelho” e o amplificaram, visando ganhos eleitorais, a partir de discursos conservadores que passaram a ser gradualmente mais aceitos por amplas parcelas da população brasileira. Jornais de grande circulação e figuras políticas proeminentes, como Carlos Lacerda (1914 – 1977), compunham esta indústria (MOTTA, 2000).

Em paralelo a formação do aparato repressivo do Estado militar, ocorreu a construção de uma *repressão preventiva*, a qual consistia na vigilância e no controle cotidiano sobre a sociedade, materializada na criação da “*comunidade de informações*” (MAGALHÃES, 1997, p. 02), que se colocava em nome da segurança nacional do país – tendo como premissa o combate à subversão e qualquer tipo de atividade considerada ameaçadora da ordem. Na tentativa de aglutinar e organizar todas as ações contra os elementos subversivos, foi criado, em 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), no governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964 – 1967) e idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva. A intenção principal desse núcleo central, além de aprimorar o serviço de inteligência, era equipar o país com um sistema preventivo eficiente, “que pudesse fazer frente à esquerda” (SOUSA, 2019, p. 426).

Com um raio de alcance amplo e com maior investimento de verbas federais, o SNI coordenou toda a ação repressiva durante o Regime Militar. Vinculado à Presidência da República, suas atividades organizavam-se seguindo três importantes dimensões: 1) conjuntura brasileira: assessoria ao poder Executivo a partir da elaboração de estudos da situação política e econômica do país; 2) segurança nacional: atividades direcionadas para a identificação do inimigo; e 3) orientação dos membros da máquina repressiva, atividades voltadas para a formação e orientação dos agentes da repressão –orientá-los quanto suas ações e recrutar informantes para atuar nas várias instâncias da sociedade (SOUSA, 2019, p. 427).

Golbery do Couto e Silva se destacou como primeiro-tenente no ano de 1932, e passou a servir, em 1943, no Estado-Maior da 3ª Região Militar, em Porto Alegre. Em junho de 1944 já foi promovido a major, estagiou em Fort Leavenworth nos Estados Unidos da América e participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália. De volta ao Brasil em 1945 continuou servindo ao Estado-Maior do Exército (ARGOLO, 2010, p. 75). Antes do golpe de março de 1964, Golbery foi um dos coordenadores do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado por lideranças empresariais paulistas e cariocas. Fundamentado em estudos sociais e econômicos, o IPES tinha entre as suas diretrizes o objetivo de influenciar os demais campos de atuação que se fizessem necessários (MIGUEL, 2002).

Segundo Carlos Fico (2003), a chamada “linha dura” exigia meios e modos para efetuar a perseguição política no início da ditadura. Obtidos estes meios, em decorrência dos Atos Institucionais (AI) números 2 e 5, os representantes desta corrente se converteram na “comunidade” ou “sistema” de informação. O difícil desmonte⁸¹ deste sistema só ocorreu no período da abertura política durante os governos dos últimos generais-presidentes, Ernesto Geisel (1974 – 1979) e João Figueiredo (1979 – 1985).

O recrudescimento da política repressiva durante os Anos de Chumbo, que abrangem os governos de Costa e Silva (1967 – 1969) e Médici (1969 – 1974), levou à criação de uma vasta rede de espionagem. Foi elaborado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que englobava todos os órgãos de segurança e informação existentes (como o CENIMAR, CISA, DOI-CODI, entre outros). O SNI era o principal órgão deste sistema, mas é importante destacar que não subordinou as outras instituições repressivas (BRASIL, 2014).

A Doutrina de Segurança Nacional e o Suposto Ideário de Democracia da Ditadura Militar:

O general Golbery do Couto e Silva não apenas estruturou o SNI como também foi o principal ideólogo que subsidiou o regime ditatorial militar. Coube a este intelectual da Escola Superior de Guerra (ESG) a sintetização dos principais elementos do que seria definido como Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Os fundamentos desta doutrina estavam em consonância com o período da Guerra Fria, afirmavam que o Ocidente cristão democrático estaria em guerra contra o Oriente ateu comunista, e que era preciso ter uma posição clara neste conflito (SILVA, 2003).

A DSN apreendia o Brasil como sociedade historicamente formada a partir dos valores culturais basilares do Ocidente (a ciência, a democracia e o cristianismo). No entanto, o país sofria com a infiltração de ideologias estrangeiras que abalavam estes supostos princípios fundamentais da sociedade Ocidental. Por isto, se formulou o conceito de “guerra total”, que seria a luta para conter as subversões e as elites minoritárias que tiravam proveito disto, este conflito ocorreria em diversas esferas da vida social (econômica, política, psicossocial e militar) e trabalhava com a ideia de conter o inimigo interno (NEVES JR, 2019a).

Para pôr os princípios da DSN em prática, seria necessário modificar as instituições políticas. A ideia seria implementar uma “democracia forte”, onde haveria instituições rígidas para garantia da

⁸¹ O SNI só terminou efetivamente durante o governo Collor (1991). O sucessor do SNI, em matéria de segurança e informação, é a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), fundada em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da Lei Federal nº 9883.

liberdade e da democracia, estas instituições também combateriam as “ideologias estrangeiras” que davam base para os supostos subversivos. Ademais, o modelo geopolítico da DSN admitia a existência de Estados dominantes e subordinados. O Brasil, por estar inserido na esfera Ocidental, estaria subordinado aos Estados Unidos da América (EUA), exercendo uma dominação secundária sobre os demais países da América do Sul (NEVES JR, 2019a).

Este ideário de “democracia forte” escondia a ditadura de classe preventiva que se instalara no país, a qual manteve a acumulação capitalista e modificou as estruturas “de cima para baixo”. Parte da burguesia nacional conseguiu impor seu projeto modernizador, que unia o “velho” ao “novo”, isto é, houve uma renovação das estruturas de poder, mantendo um desenvolvimento desigual que não afetava o controle oligárquico do poder. Esta revolução burguesa não quebrou os laços com a oligarquia e não tirou o *status* de subdesenvolvido do país (FERNANDES, 1976).

Nessa perspectiva de mudança estrutural feita “pelo alto” se articula o conceito de Lênin de “via prussiana”, tendo o Estado como protagonista principal da modernização capitalista, em respeito às mudanças no nível da infraestrutura. Houve uma revolução burguesa sem rupturas com o passado colonial e oligárquico, que traduziu processos de modernização conservadora, ou seja, processos nos quais, as classes dominantes – ao se sentirem ameaçadas por setores populares que reivindicam mudanças substanciais – agiram politicamente de maneira conservadora, excluindo, com bastante violência, os movimentos sociais populares da cena política, através da força repressora do Estado. Assim,

No contexto dos anos 1960, ganham espaço as ideias populares pelas reformas de base, no período de João Goulart, mas as classes dominantes (empresários, militares e amplos setores da classe média) reagem e tomam o poder, por não admitirem a possibilidade de haver uma revolução a partir dos setores subalternos. O Estado, através da tecnoburocracia militar, se torna o principal protagonista do desenvolvimento econômico e da segurança nacional (ALBUQUERQUE; GONÇALVES; MACHADO, 2004, p. 94).

A ditadura militar conquistou um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. E conseguiu isso na medida em que se fez propagandista dessa obra de modernização conservadora, por modernizar e ao mesmo tempo conservar/reproduzir muitos elementos de atraso, “ou seja: obteve consenso na medida em que assimilou e deu resposta a algumas das demandas dos grupos sociais derrotados em 1964” (GÓES; RICUPERO, 2013, p. 178). Por exemplo, na política nacional neodesenvolvimentista do regime, permaneceram excluídos os assalariados agrícolas e os camponeses – o que tornava possível a manutenção do bloco no poder da velha oligarquia latifundiária, servindo à burguesia industrial, na medida em que ampliava enormemente o exército industrial de reserva (COUTINHO, 1985, p. 116).

Como afirmou Rezende (2013, p. 32), este sistema de ideias que foi construído servia não só para buscar dar legitimidade ao regime, mas também para internalizar certos valores nos diversos segmentos sociais. As múltiplas ações do grupo no poder dentro das diferentes esferas pretendiam criar esse suposto ideário de democracia, que seria pautada não pela contestação, mas sim pela harmonia e confluência de interesses dos diversos segmentos sociais. Esta “democracia harmônica” dos militares teria como base a presumida convergência entre os interesses dos setores dirigentes e a sociedade como um todo. Outra base de apoio, segundo Rezende, seria:

Os valores de preservação da família, da escola, da harmonia no trabalho, da propriedade, da obediência às normas políticas e jurídicas que se estabeleciam, eram apontados pelo regime como garantidores de uma suposta ordem democrática e da suposta forma de sociedade que estaria sendo criada (REZENDE, 2013, p. 39).

Os militares, objetivando adesão ao seu projeto, buscavam se alinhar com os valores conservadores da sociedade brasileira. Os atos de exceção eram justificados a partir de supostas necessidades de garantir a manutenção destes valores, os quais estariam sendo ameaçados pelas ideologias estrangeiras e pelos elementos subversivos. A vinculação destes valores à ditadura fazia parte da estratégia psicossocial.

Essa estratégia se relaciona diretamente com o conceito de “guerra psicossocial”, no qual a propaganda foi fundamental para a mobilização da opinião pública. A tática psicossocial utilizava elementos presentes na sociedade civil, que ajudaram na obtenção do consenso social, como o imaginário conservador: da família tradicional, da pátria, da ordem, da religião católica e da segurança nacional; “no contexto da Guerra Fria, a concepção de segurança era o requisito para contrapor-se ao comunismo” (SOUSA, 2019, p. 424).

Todos esses elementos empreendidos pela ditadura militar buscaram não só estabelecer sua hegemonia na sociedade civil como também conquistar o consenso social. Para Antonio Gramsci, o Estado se configura como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2007, p. 331). Tal hegemonia, em termos gramscianos, nada mais é que o predomínio ideológico dos valores e das normas da classe dominante sobre a consciência das classes subalternas.

Quando a hegemonia não é conquistada na sociedade civil, ocorre a dominação direta por meio da coerção da sociedade política, que no caso da ditadura militar brasileira, foi materializada no Estado repressivo: “Sem poder (controle) na arena da luta pela consciência, defende Gramsci, a burguesia tentará recorrer ao poder coercitivo do Estado como seu instrumento original de

dominação” (CARNOY, 1988, p. 103). É dentro desta perspectiva persecutória que se erigiu o aparato investigativo e repressivo que marcou as duas décadas de ditadura militar brasileira.

Caminhos da Investigação a partir do Arquivo do SNI

Os arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI) referentes ao Paraná e Santa Catarina foram concedidos para o Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), através de um acordo feito com o Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)⁸². São arquivos inéditos de documentos concernentes à ditadura militar brasileira de 1964, o que motivou a pesquisa. Desde 2011, com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), novas fontes documentais vieram a público, isto abre caminho para novas pesquisas e perspectivas. Existem disponíveis, no NDPH, aproximadamente 7.000 arquivos, destes, 965 já foram catalogados até agora e estão distribuídos em 12 pastas, sendo elas: 1. Atestados Ideológicos; 2. Cenário Artístico Cultural; 3. Imprensa e Meios de Comunicação; 4. Instituições Públicas e Privadas; 5. Instituições, Organizações e Grupos Religiosos; 6. Investigações Criminais; 7. Movimentos Sociais; 8. Partidos Políticos; 9. Processos de Perseguição; 10. Processos Eleitorais; 11. Processos Internos do Sistema Repressivo e 12. Reintegração dos Punidos pela Ditadura Militar. A separação é feita de acordo com o tema de cada arquivo, encaixando-os nas respectivas pastas, podendo um arquivo estar em mais de uma pasta, dependendo do assunto. Dentre estes documentos, alguns são usados para a construção deste capítulo – enfatizando que outras pesquisas do grupo acerca do arquivo encontram-se em atual processo de desenvolvimento.

A análise documental foi o método selecionado para examinar estes arquivos pois, como coloca Tim May: “Os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais” (MAY, 2004, p. 205). Para efetuar um exame adequado dos documentos é preciso buscar compreender o período, o momento histórico onde o documento foi produzido, e buscar apreender os pensamentos e posicionamentos dos atores sociais envolvidos. Destacando, ainda, que:

⁸² Para maiores informações sobre os documentos concedidos ao CDPH-UEL acessar a matéria de Mirian Peres da Cruz (2015). Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=21678&FWS_Cod_Categoria=2. Acesso em: 06 dez. 2021.

um pesquisador poderia começar com uma análise dos procedimentos de senso comum que vem a formular o documento em primeira instância, mas a análise deles não precisa terminar aí. O documento pode ser localizado em um contexto político e social mais amplo. A seguir os pesquisadores examinam os fatores que cercam o processo da sua produção, assim como o contexto social (MAY, 2004, p. 213).

Os documentos, dos mais diversos tipos, são fundamentais para registrar diversos acontecimentos e, de certa forma, eternizá-los. Eis a importância dos arquivos para as pesquisas em ciências humanas. Enfatizando que:

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas (CELLARD, 2008, p. 295).

A análise dos arquivos do SNI da seção de Curitiba é importante não apenas para efetuar uma reconstituição histórica, mas, também, para compreender o *modus operandi* dos agentes deste órgão, ou seja, buscar entender quais eram suas preocupações e sua visão sobre os supostos elementos subversivos presentes na sociedade brasileira.

Desse modo, a esta pesquisa interessa os dados, as análises e as interpretações a partir dos arquivos do SNI sobre três temas: “Movimento Estudantil”, “Igreja, Estado e Movimentos Sociais” e “Trabalho e Greve”, os resultados parciais são apresentados a seguir.

A Mobilização Estudantil contra a Ditadura e Análise de Documentos

O Movimento Estudantil (ME) adquiriu certa expressão política ao longo da década de 1960, e alguns de seus diversos segmentos fizeram oposição ao governo dos militares desde sua implementação. Devido a isto, o ME tornou-se alvo dos extremismos de setores conservadores da sociedade desde os primeiros momentos do regime. Um evento que elucida este fato é a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi incendiada em abril de 1964 por grupos que apoiavam o golpe militar (MOTTA, 2000).

O ME efetuou ações de protestos em oposição ao regime, antes do recrudescimento deste com o Ato Institucional número 5 (AI – 5) em 1968, e obteve apoio de certos partidos e políticos. O Movimento, neste período, assumiu uma postura mais partidária por contar com a presença de organizações políticas no seu interior (SANTOS, 2009).

Nas universidades, onde se articulavam e atuavam as entidades e movimentos dos estudantes, os militares agiram de modo paradoxal, o novo regime teve caráter destrutivo e construtivo, mas é importante destacar que o perfil autoritário se manteve constante. No governo de Castello Branco, já havia um anseio por uma “limpeza” ideológica, que levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e a instalação de órgãos para vigiar a comunidade universitária como um todo. Esta primeira onda repressiva no pós-golpe afetou diversos professores e alunos que responderam aos Inquéritos Policiais Militares (MOTTA, 2014).

A discussão sobre a necessidade de uma reforma universitária foi herdada do governo deposto, onde já havia embates entre os projetos políticos ideológicos. Esquerda e direita convergiam sobre a necessidade da reforma para modernizar as instituições de ensino e produzir mais conhecimento, porém, os primeiros afirmavam que o ensino também deveria estar voltado para as causas socialistas. A gestão de Goulart incorporou a demanda por uma reforma universitária no seu projeto de “reformas de base”, no entanto, com a queda do governo, nada se concretizou (FÁVERO, 2006).

A ditadura militar impôs o seu projeto de modernização conservadora, que levou a expansão de vagas e a criação de novas instituições de ensino superior; não obstante, um clima de perseguição política se manteve constante no corpo discente e docente. As alterações nas estruturas e no quadro administrativo das universidades sofreram influência externa.

Os acordos MEC-USAid, firmados em 1968 entre os governos estadunidense e brasileiro, visavam a modernização e aumento do desempenho das instituições de ensino superior e pesquisa no país. O sistema departamental norte-americano, tido como ideal, substituiu o modelo catedrático presente nas universidades. Ademais, a cooperação visava garantir a manutenção do Brasil na esfera de influência dos Estados Unidos, isto é, conservá-lo como aliado e longe do campo soviético. A interferência direta de um governo estrangeiro na educação brasileira causou grande perturbação na comunidade universitária, isto fez com que o ME se mobilizasse contra o acordo (MOTTA, 2014).

O auge da mobilização e dos protestos dos estudantes teve seu ápice em 1968, com eventos como a “Passeata dos cem mil”. O caráter contestatório das manifestações e o grande número de manifestantes fez o governo reagir, no final do mesmo ano o AI-5 foi baixado e teve início uma grande onda repressiva. O ME foi fortemente atacado no período, o XXX Congresso da UNE, que visava reestruturar a entidade, terminou com a prisão em massa dos participantes e das lideranças estudantis. O ápice da perseguição foi durante o governo Médici (1969 – 1974), no qual ocorreu o maior número de prisões, mortes e tortura, forçando o ME ao silêncio e a reorganização (SANTOS, 2009).

O aumento da repressão, e a suposta infiltração comunista nos meios acadêmicos, fez o grupo no poder tomar medidas para vigiar a comunidade universitária como um todo. Foram criadas as Assessoria Especiais de Segurança e Informação (Aesis ou ASI) que se vinculavam às reitorias das respectivas universidades. Estes órgãos formularam informes e relatórios que apontavam para os elementos subversivos que poderiam estar presentes no corpo docente ou discente, e se mantiveram ativos mesmo no período da distensão política (MÜLLER; FAGUNDES, 2014).

As ASIs respondiam ao reitor e, como faziam parte do SISNI, ao SNI (PARANÁ, 2014). A volta do ME à cena pública só ocorreu com o início do processo de distensão promovido pelo governo Geisel; no entanto, a vigilância e eventos repressivos, como a invasão da PUC em 1977, ainda se mantiveram. O Movimento passou a reivindicar a reconstrução da UNE e das UEEs (União Estadual de Estudantes), além de lutar por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita (SANTOS, 2009).

Os movimentos sociais, na década de 1970, passaram a se solidarizar e levantar pautas conjuntas para reforçar o combate à ditadura. Devido a isto, os movimentos estudantis incorporaram pautas como as liberdades de associação, reunião sindical, e, também, a volta de uma bandeira antiga, que é a luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2016).

A análise de um dos arquivos do SNI - PR mostra como atuava a ASI da Fundação Universidade Estadual de Londrina (FUEL), onde agentes deste órgão examinavam atos de panfletagem.

O referido movimento está editando e promovendo a distribuição no Norte do Estado do panfleto “O POVO ESTÁ SE MEXENDO”, o documento anexo ao presente Info apresenta características esquerdistas e o lema da campanha “Esta é a nossa luta” e as palavras de ordem nele contidas, apresentam semelhanças com os pontos defendidos pela LO e Convergência Socialista. O panfleto está sendo impresso na gráfica do Jornal Poeira (SNI – PR, ACT_ACE_003_78, 1978, lauda 52).

Este documento mostra que ainda havia um temor em relação a capacidade de mobilização do ME, capacidade esta que ficou evidente nos protestos de 1968. Isto levou a uma vigilância constante das agências de inteligência sob as movimentações políticas dos estudantes, como panfletagens e apoio de candidatos opositoristas. O panfleto mencionado pelo informe apoiava a candidatura de Álvaro Dias, candidato do partido opositor (MDB), que na época disputava uma vaga na Câmara dos Deputados; e levantava bandeiras como as da anistia, fim de leis ditatoriais, convocação de uma Assembleia Constituinte, justa distribuição de terras, entre outras.

O arquivo examinado evidencia como ocorria a cooperação das diversas instituições que compunham o aparato repressivo do Estado. Além do relatório da ASI – FUEL, estão presentes

informes produzidos pela 2ª Secção da Polícia Militar paranaense, também preocupados com a atividade dos estudantes nas eleições de 1978, que foram encaminhados para o SNI.

A intervenção de reitorias no movimento estudantil ocorreu ao longo do regime ditatorial, tendo alguns reitores se alinhado mais ao interesse dos militares e outros resistiram aos atos arbitrários. As principais ondas repressivas no meio acadêmico foram a “Operação Limpeza” (1964 – 1965) e a escalada repressiva depois do AI – 5 (MOTTA, 2014). No entanto, o caso da FUEL foi de uma repressão tardia, por ter escapado destas fases iniciais, viabilizando, até 1975, um reduto para a intelectualidade de esquerda nacional (NEVES JR, 2019b).

A intervenção da reitoria no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da FUEL, segundo o documento do SNI, ocorreu no dia 27 de novembro de 1978, ou seja, já no período da abertura “lenta e gradual”. A participação do ME no processo eleitoral fez a administração universitária reagir fechando o DCE e os Diretórios Acadêmicos Setoriais, além de confiscar os documentos destas entidades.

O seguinte trecho do arquivo mostra qual seria uma das preocupações dos agentes de inteligência:

Após buscas efetuadas na documentação acima referida constatou-se a grande atuação daqueles diretórios estudantis em vários campos, com intenso intercâmbio de correspondência e panfletos com entidades de todo o território nacional [...]. Pela análise da documentação apreendida constata-se que o DCE/FUEL liderado pelo Grupo “Poeira”, vinha tendo, há longo tempo, uma atuação que fugia às finalidades de um Diretório Estudantil, engajando-se numa ação contestadora às normas vigentes, para a qual contava com o apoio de políticos opositoristas, de entidades ativistas, clero progressista, elementos da imprensa, além de um grande número de ligações com entidades estudantis de todo o País, também engajadas nesta luta (SNI – PR, ACT_ACE_014_78, 1978, laudas 1 - 4).

Este dado evidencia, conforme afirma Neves Júnior (2019b), que havia uma relativa liberdade de manifestação reconhecida pelos órgãos repressivos. O que incomodava os agentes investigativos no relatório é que o ME “foge” das suas finalidades, assumindo bandeiras políticas fora do campo educacional, ou seja, o direito de se manifestar é de certa forma reconhecido, mas estes protestos teriam de ser despolitizados, não fugindo da ordem vigente, e restringindo-se a questão universitária.

Os serviços de inteligência também examinavam as mobilizações dos estudantes em causas amplas, como a luta pela anistia. Em um dos arquivos é relatado que:

O Comitê Estudantil Independente pela Anistia foi criado por um grupo de alunos do curso de Direito da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPr), quando da realização da VII Conferência dos Advogados, realizada em CURITIBA nas datas de

07 a 12 MAI 78 e por inspiração de THEREZINHA GODOY ZERBINI, presente ao evento (...) O Comitê em epígrafe é de caráter esquerdista e visa criar novo polo agitacional junto ao ME (SNI – PR, ACT_ACE_1305_81, 1978, laudas 2 - 3).

Este documento mostra que o ME estava se articulando para se engajar em pautas nacionais, e buscando apoio de lideranças como a de Therezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Estas aproximações perturbavam os agentes, qualificando as movimentações como tendo “caráter esquerdista”. O relatório do SNI contém também o nome de alguns participantes, como o de Edson Fachin, atual ministro do Supremo Tribunal Federal, que segundo o documento era o principal militante do Comitê citado.

Desta forma, as análises apresentadas indicam que as ações persecutórias do aparato estatal brasileiro contra o Movimento Estudantil paranaense, durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), objetivavam, em um primeiro momento, a violenta repressão e desarticulação das organizações estudantis e, em segundo, o cerceamento das pautas elencadas pela entidade no projeto de luta político-social – visando adequar o ME aos objetivos inerentes à Doutrina de Segurança Nacional que norteou as atividades dos órgãos de informação e repressão nacionais.

Igreja, Estado e Movimentos Sociais

No período da ditadura militar (1964-1985) as ações dos seus líderes civis e militares foram associadas e fomentaram estratégias que se apoiavam em ideias conservadoras e de cunho religioso, como resultado – tendo em vista os instrumentos de censura e vigilância – produziam um tipo de consenso na sociedade brasileira. Dentro do campo religioso, a concepção de mundo de Segurança Nacional aproveitou-se da exaltação do conceito de família tradicional e do louvor ao Espírito Santo – ou seja, a adulação à elementos espirituais e não-políticos, como por exemplo o grupo de integristas “Tradição, Família e Propriedade”⁸³.

Porém, a partir da investigação documental em fontes de origem religiosa relacionadas ao tema, pode-se afirmar que nesta mesma época, a partir da década de 1960, se iniciou uma crescente conscientização acerca dos reais mecanismos produtores do subdesenvolvimento, que estariam diretamente ligados ao tipo de desenvolvimento capitalista dos países desenvolvidos –

⁸³ Vale salientar: “sobre o movimento Tradição, Família e Propriedade, defensor das orientações papais tradicionais sobre estes temas, segundo a sua interpretação particular, que se mobilizava nas ruas usando bandeiras e passando manifestos, contra os comunistas em geral e contra os projetos de reforma agrária em andamento no país. Ele teve penetração em outros países e, no Brasil, teve participação ativa nas marchas prévias ao golpe militar de 1964” (LANZA, 2006, p. 48).

potências hegemônicas do Atlântico Norte – que, para manterem e aumentarem os próprios níveis de acumulação, necessitam estabelecer relações profundamente assimétricas com os países atrasados tecnologicamente, mas ricos em matérias-primas, no qual o objetivo é avançar no desenvolvimento das grandes potências às custas dos demais países, mantendo-os no subdesenvolvimento (BOFF, 1994, p. 27).

Juntamente com essa conscientização, houve a formulação de um vasto movimento social, que compreendia diversos setores da Igreja, dentre eles: padres, ordens religiosas, bispos; movimentos como a Ação Católica, a Juventude Universitária Cristã, jovens trabalhadores cristãos; e intervenções de pastorais populares, como a pastoral operária, a pastoral camponesa e a urbana; além das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Este movimento foi propiciando as bases do que foi oficialmente denominado por Gustavo Gutiérrez, em 1971, como “Teologia da Libertação”, (LÖWY, 1991, p. 41) que integrava em seus escritos não somente uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos, como uma forte crítica ao capitalismo dependente, ao individualismo e às injustiças geradas pelo sistema. Em oposição à ideologia da ditadura militar, essa corrente elegeu em seus escritos uma luta contra a idolatria⁸⁴, isto é, contra a riqueza, o poder, a segurança nacional, o Estado e a Força Militar (LÖWY, 1991, p. 27). O que inaugura um novo modo de interpretação da Bíblia, do pecado e da própria salvação, nessa compreensão não existem duas histórias: uma espiritual e outra temporal, existe uma mesma história em que deve realizar-se a redenção, na própria luta política histórica. Nesse sentido, a salvação torna-se também comunitária, em que a redenção inclui a libertação de todo o povo escravizado.

Dessa forma, a pesquisa documental em obras teológicas permitiu identificar que o discurso afirmava que o pobre não é mais objeto de caridade, mas ator da sua própria libertação, ele é o sujeito histórico, que dentro da instância religiosa, toma consciência das injustiças que sofre e as entende como pecado; posteriormente, na instância política, esse povo passa para a compreensão das estruturas concretas que produzem essas injustiças, é a partir dessa apreensão que se organiza e articula práticas que possam apontar para uma sociedade alternativa, que não produza mais o pecado social (BOFF, 1994, p. 30).

É nessa correlação da fé confrontada com a opressão e por isso do religioso relacionado ao político, que a Conferência Episcopal, primeiro realizada em Medellín - Colômbia (1968), trouxe diversas observações sobre a necessidade de se libertar a ação pastoral de seu caráter conservador e oficializar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em uma tentativa de se colocar “contra a estrutura injusta e desigual” da América Latina (LANZA, 2006, p. 37). Posteriormente, na III

⁸⁴ Na teologia da libertação, o principal inimigo que deveria ser combatido, era a idolatria. Na corrente tradicional católica o principal inimigo da religião era o ateísmo (LÖWY, 1991, p. 27).

Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Puebla - México (1979), os Bispos continuaram a analisar a situação de injustiça institucionalizada, e nessas duas Conferências, em Puebla e Medellín, ocorre a opção preferencial pelos pobres e pelos jovens, além de colocar em foco o desafio da pastoral em evangelizar essas pessoas a partir da realidade cultural de cada uma (LANZA, 2006, p. 40).

Ao longo da pesquisa foi possível identificar no arquivo do SNI-PR, uma vigilância sobre os eventos vinculados à ala progressista da Igreja Católica. As informações citadas pelo documento indicam que pelo enfoque dado à consciência de classe e à denúncia das injustiças sociais, que a ala progressista da Igreja Católica foi grande alvo de repressão. No dia 27 de agosto de 1981 ocorreu o primeiro “Seminário sobre realidade Latino-Americana X Justiça”, em São José dos Pinhais-PR, e reuniu aproximadamente setenta pessoas, representando cerca de dez pastorais da linha dos operários, dos favelados e dos imigrantes, além de representantes de movimentos da Paróquia. Um dos objetivos do evento foi a formação de agentes da pastoral, com base na doutrina social da Igreja. Divididos em grupos, os participantes do seminário concluíram alguns preceitos, dentre eles o de “que o papel da Igreja é conscientizar o homem, para que ele assuma seu lugar e atue na transformação da História”; também de que:

a pobreza aumenta sempre mais e está aí: latifúndio, mortalidade infantil, boia-fria, população favelada, crise salarial, violência disfarçada. E denunciando disseram que ‘há mais de 40 milhões de homens que não vivem nem sobrevivem, apenas vegetam’. No Seminário o padre Adalberto Fávero disse: ‘o comunismo dá alegria, mas o neocapitalismo selvagem cria subnutridos e mata milhões de fome sem merecer contestação’ (SNI - PR, ACT_ACE_1348_81, 1981, lauda 2).

Diversos movimentos, como o MEB (Movimento pela Educação de Base), e o trabalho feito pelas Comunidades Eclesiais de Base, apostaram na construção de uma consciência social de classe. Na contra-hegemonia da ideologia militar, o impacto das CEB’s e dos militantes pastorais da Igreja durante o regime e para a redemocratização foi imensurável.

Foi graças a essa base de massa que a CUT, a nova confederação sindical de luta de classes, pôde se organizar em torno de dez milhões de trabalhadores urbanos e rurais, e conquistar a hegemonia no movimento sindical durante a redemocratização parcial do país nos anos 1980, superando a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), pró-governamental (e apoiada pelo Partido Comunista), enquanto o PT, o novo partido operário portador de uma perspectiva socialista, ganhou centena de milhares de membros e milhões de eleitores (LÖWY, 1991, p. 57).

Dentre as diversas pastorais que atuaram junto às bases na tentativa de conscientizar a população pobre e marginalizada, encontra-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se realiza como uma organização ecumênica criada em 1975, mas intimamente ligada à Igreja Católica e à

Igreja Luterana. Ela vai se desenvolver em uma ideologia cristã peculiar por meio das Comunidades Eclesiais de Base, dos sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais emergidos no período, trata-se de se colocar ao lado dos pobres e “oprimidos” pelas mazelas geradas por conta do avanço do capitalismo no campo (CASTELANO, 2018, p. 76).

A partir das investigações do arquivo do SNI-PR, como diversos outros movimentos e organizações progressistas, a CPT não foi exceção de ser vista como subversiva e ameaçadora da ordem pela comunidade de informações. Em um documento, os agentes de informação analisam uma Carta Pastoral, lançada por uma Igreja em Curitiba, em que eles destacam atenção para a opção preferencial pelos pobres e pela justiça social defendida na carta. Posteriormente eles escrevem sobre as pastorais da terra, que têm como finalidade assessorar todos os trabalhadores do campo e os que não têm terra, sendo comissões normalmente constituídas por um elemento responsável, leigo ou religioso. No documento, são retratadas as divisões da CPT do Paraná, sua coordenação e as suas ligações com padres e assessores, assim como a ideologia e informações de cada uma dessas pessoas; da mesma forma que são retratadas as CPT's de cada região do Brasil, assim como se possui antecedentes negativos, ou seja, algum tipo de movimentação contestatória ou reivindicatória (SNI – PR, ACT_ACE_561_80, 1980, laudas 1-3).

Ao final do documento são listadas organizações e pessoas que apoiaram movimentos dirigidos pela CPT, sendo estes também retratados como oposição, como a CPJP (Comissão Pontifícia de Justiça e Paz), CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a FETAEP (Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná). Na última página do documento os agentes concluem que todos aqueles que foram citados no documento, mesmo que com ideologia não definida claramente, podem ser considerados no mínimo contestadores e simpatizantes da esquerda (SNI - PR, ACT_ACE_561_80, 1980, laudas 12-14).

As ações de militantes cristãos consideradas subversivas foram acompanhadas por uma repressão cada vez mais brutal – prisões, estupros, torturas, assassinatos – contra pessoas relacionadas com a Igreja, até membros do Clero; sobretudo após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, que aboliu as liberdades civis e garantias constitucionais ainda existentes (LÖWY, 2000, p. 142). É difícil equiparar a Igreja com o poder e todo aparato Estatal, que empregava centenas de informantes, espiões, torturadores e analistas, porém a Igreja também formava uma rede ampla no Brasil e sua resistência tomou diversos formatos, padres, bispos e freiras escondiam fugitivos e revolucionários procurados pelas forças de segurança (SERBIN, 2001, p. 122).

Frente a desmedida repressão, algumas lideranças religiosas buscaram diálogo com o regime ditatorial, bispos da Igreja Católica passaram a se encontrar com militares na tentativa de melhorar as relações entre Igreja e Estado, encontros estes que ficaram conhecidos como Comissão

Bipartite, mesmo que a partir dos encontros ocorresse uma aparente “conciliação” – bispos denunciando infrações aos direitos humanos e militares denunciando o “esquerdismo” – contraditoriamente a realidade era pior: “uma grande quantidade de padres, freiras, bispos e militantes leigos sofreu maus-tratos por parte das forças de segurança. Sete clérigos foram mortos. Foi a pior crise entre a Igreja e o Estado na história do País” (SERBIN, 2001, p. 48).

Tendo em vista, desmedida repressão das forças de segurança, ficou perceptível a partir das investigações do SNI-PR o quanto a comunidade de informações retratava detalhadamente os supostos subversivos, em diversos documentos que apresentam os nomes dos retratados há informações a respeito da profissão de cada um, a data de nascimento, os nomes dos familiares e o local em que essas pessoas se encontravam, além de informações sobre a ligação com organizações da oposição. Como por exemplo: Gilberto Carvalho⁸⁵, um dos principais líderes da Pastoral Operária da Arquidiocese de Curitiba-PR, foi um dos alvos do SNI-PR, por registrar antecedentes negativos na participação da atividade sindical de Curitiba (ex-militante do MEP, Movimento Pela Emancipação do Proletariado). Marlene de Souza Socca⁸⁶ também foi registrada pelos relatores de investigação por ser simpatizante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), ex-militante da APLM (Ação Popular Marxista Leninista) e condenada pela 1ª Auditoria na 2ª CJM (Circunscrição Jurídica Militar); também foi registrada sua atuação junto ao “Movimento da Irmandade Criciumense”, liderado pelo padre Waldemiro Miotello (SNI-PR, ACT_ACE_1424_81, 1981, laudas 1-2).

O SNI trabalhava incessantemente nas investigações dos supostos subversivos e a repressão prosseguia, ao mesmo tempo em que os encontros da Bipartite continuavam ocorrendo, passando a falsa imagem de diálogo entre Estado e Igreja. Essa imagem era ilusória de tal forma que enquanto a Igreja mandava seus principais líderes para os encontros, os generais mandavam os militares dos sistemas de informação e repressão – os homens das mesmas agências acusadas

⁸⁵ Formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) no ano de 1973, já no mesmo ano ingressou no curso de Teologia e se interessou pelos escritos de autoridades religiosas progressistas, como dom Helder Câmara e dom Paulo Evaristo Arns; em 1975 abandonou o curso e dedicou-se à Pastoral Operária. Em 1979, voltou-se à estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná. Em 2003, assumiu o cargo-chefe do gabinete pessoal do Presidente da República, convidado então, pelo Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a eleição da Ex-Presidenta Dilma Rousseff, Gilberto Carvalho foi anunciado como ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-gilberto>. Acesso em: 06 dez. 2021.

⁸⁶ Formada em Odontologia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia de Florianópolis, fez diversas pós-graduações e especializações na Universidade de São Paulo (USP). Em São Paulo, Marlene teve contato com as ideias revolucionárias que circulavam na Universidade, que foi quando passou a estudar o marxismo e se envolveu na luta armada de resistência à ditadura militar. No dia 10 de maio de 1970, Marlene foi presa pelos militares e levada para a Operação Bandeirante (OBAN), onde permaneceu durante 12 dias e foi brutalmente torturada; posteriormente foi transferida para o presídio Tiradentes, onde ficou por mais dois anos e dois meses (MARTINI, 2011, p. 10-12).

de violações dos direitos humanos, que os bispos tanto criticavam e pediam nas reuniões para que os militares tivessem mais cuidado (SERBIN, 2001, p. 231).

Os documentos analisados indicam, assim, que as lideranças paranaenses vinculadas à Teologia da Libertação consolidaram diversas frentes de atuação político-social em combate às distintas formas de opressão que perpassaram o modelo de gestão político-econômica da ditadura militar brasileira – posicionamento que culminou no desencadeamento de processos persecutórios destas lideranças por parte do aparato repressivo e investigativo estatal.

Movimento Operário e Greves dos Trabalhadores

No ano de 1848, os autores Karl Marx e Friedrich Engels escreveram o Manifesto Comunista. Um manifesto escrito com a intenção de substituir um modo de produção, um sistema econômico todo voltado à opressão, à luta de classes, à dominação dos mais fracos pelos mais fortes, onde fracos e fortes são classificados de acordo com o poder capital. Para superar esta ordem, que seria o modo de produção capitalista, prega o fim da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção, afirmando que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Colocando como alternativa um sistema dito justo, horizontal e com igual distribuição de capital, renda e propriedade, de forma definitiva como todo um sistema econômico, e não um capitalismo onde os trabalhadores são submetidos a um dono de meio de produção, enfatizando que “de tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 2005, p. 48)

Entre 1961 e 1964 durante o governo Goulart, segmentos da população acreditava que o Brasil sofria uma ameaça comunista e por não admitir um golpe de Estado para a transição comunista, permitiram um golpe militar em 1964 (VILLA, 2014), justificando este por estar contra as supostas movimentações do Comunismo Internacional, num nacionalismo exagerado (ou estratégico) para que o Brasil não virasse a “nova Cuba”, em 13 de maio de 1964 foi organizado um comício que reuniu mais de 150 mil pessoas, dentre estas, as que pediam a legalização do Partido Comunista, as que pediam a reforma agrária e principalmente, muitas bandeiras vermelhas (FAUSTO, 1995).

A elite agrária, não alheia à situação, lutava contra aqueles que tinham um ideal diferente para o país, não necessariamente um grupo defensor do comunismo em si, mas algo que pudesse se comparar e que teria o poder de tirar as riquezas destes e apoiava a posse dos militares ao poder político do Brasil, contando que seria a única escapatória para que não corressem o risco de ter suas terras e posses retiradas ou redistribuídas, nem seus empregados, para que continuassem no sistema de dominação (FERNANDES, 1976). Desta forma, começaram as manifestações contra a ditadura e em prol da democracia, entre tantos setores, o movimento estudantil e dos trabalhadores foram muito incisivos na luta anti-ditadura.

De acordo com documentos do Sistema Nacional de Informações (SNI), existia um comitê responsável por subsidiar as greves, autodenominado Comitê de Solidariedade às Greves, que tinham o objetivo de dar todo o apoio necessário aos movimentos grevistas: apoio político, jurídico, alimentício, propagandístico, financeiro e organizativo de passeatas (SNI-PR, ACT_ACE_470_80, 1980, 9 laudas). O Comitê atuou em Curitiba e não tem registro de outros lugares.

Nota-se, também, no arquivo que o SNI mantinha informantes ou infiltrados dentro das organizações classificadas como subversivas para repassar informações, estratégias de luta e planos para o fim do poder dos militares, para investigar determinados militantes ou grupos. A partir da pesquisa documental foi identificado que, no dia 20 de agosto de 1981, ocorreu uma reunião do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)⁸⁷, no seguinte documento consta:

Na ocasião, Inês deu ciência aos presentes que um elemento do Comitê Central da organização estivera em CURITIBA/PR nos dias 15 e 16 AGO 81. Este elemento teria falado sobre o Congresso / Nacional do MEP que está prestes a ser realizado, sem contudo/ citar data e local, o para o qual está sendo feita uma campanha de arrecadação de fundos, denominada "campanha do Barão", na / qual cada militante terá de contribuir com R\$ «1000,00 (Hum / mil Cruzeiros). Não foi possível a identificação do elemento a cima [sic] citado, que possui amplo conhecimento do MEP e está mantendo contato com as Coordenações Estaduais da Organização (SNI-PR, ACT_ACE_1345_81. 1981, lauda 1).

Os movimentos contavam com apoio e munição teórica dos partidos democráticos e comunistas do Brasil, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que escreveu uma espécie de cartilha baseada no movimento marxista-leninista que tinha objetivo de disseminar o máximo de

⁸⁷ O MEP é uma organização política baseada na POLOP (Política Operária), que compunha a chamada Nova Esquerda, defendia o caráter socialista da revolução Brasileira, já que o país era totalmente capitalista. Seguiam as formulações teóricas de Caio Prado Júnior, Moniz Bandeira, Florestan Fernandes e Chico Oliveira e com isso, tornou-se clandestino em relação à ditadura militar. Era uma forma de atuação moldada no marxismo-leninismo e considerava que a classe operária era o principal sujeito da revolução brasileira, fez oposição ao regime e tornou-se vítima da repressão, com prisões e torturas. Teve como principais membros os estudantes, professores, operários e os residentes de bairros periféricos, juntos editaram o jornal Companheiro (CUNHA, 2019).

informação possível para que o movimento grevista tivesse força e embasamento para a luta, para que tivessem ciência do que estavam reivindicando, de quais seriam suas alternativas e o porquê da situação atual não ser vantajosa para estes (SNI-PR, ACT_ACE_1345_81).

O MEP divulgou o documento “Questão Partidária”, que se propõe / a ser o primeiro de uma série abordando o pensamento da esquerda. Nesse documento do MEP, fundamentalmente, procura demonstrar que a consolidação do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) seria a base para a formação de um futuro partido revolucionário da / classe operária. Estes dados, com cópia do documento em anexo, / foram levados ao conhecimento dessa AC/SNI através do INFE 0274/116/ACT/81 de 18 AGO (SNI-PR, ACT_ACE_1345_81, 1981, lauda 3).

No documento citado acima também contém tópicos como “Caracterização do aparecimento de novas organizações subversivas” onde não constam informações além do tópico e “Identificações de líderes e militantes” onde constam nomes, filiação, endereço e todas as informações pessoais a respeito destes militantes e, na maioria dos casos, o cidadão não tinha conhecimento dessa investigação que era feita a seu respeito (SNI-PR, ACT_ACE_1345_81, 1981).

Em 1981 o MEP participou das eleições para representação sindical dos trabalhadores da construção civil, depois de duas derrotas nas eleições do sindicato dos metalúrgicos. O documento também explica que a expectativa do MEP, como uma organização que lidera o sindicato, não era a de criar partidos de oposição, mas estreitar os laços com todas as camadas trabalhadoras por meio de um trabalho de base capaz de mobilizar os operários para manifestações e mobilizações (SNI-PR, ACT_ACE_1402_81).

Além disso, também descreve uma reunião organizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas do Paraná (CEPEP) cujo tema era “Classes Sociais Brasileiras” com acessos restritos às pessoas com credenciais, só foi permitida a entrada de pessoas ligadas a movimentos e partidos vinculados ao movimento de oposição, destinado a trabalhadores e universitários e teve como temas:

- Materialismo histórico e classes sociais;
- Papel das classes dominantes e desenvolvimento histórico das lutas de classes na sociedade brasileira;
- As classes e camadas sociais no campo; e
- Tática de luta do proletariado (SNI-PR, AT_ACE_1402_81, 1981, lauda 2).

Assim, é relevante atentar-se para a forma como a esquerda marxista manteve-se articulada na conjuntura ditatorial paranaense do período. Ao final do documento consta que o

acompanhamento não acabou e que assim que obtivessem novas informações, voltariam a atualizar este SNI.

Essa análise reflete, de certo modo, o que foi o SNI e como este auxiliava no sistema repressivo. A censura e como ela era posta em prática pelos agentes deste sistema, a repressão e como ela funcionava com aqueles que contrariavam a política imposta. Mas além disso, mostra como os inconformados não se deixaram abalar e lutaram contra o sistema, que mesmo clandestinamente, mesmo com o risco de serem presos e torturados, não desistiram e lutaram até o fim pela volta da democracia brasileira.

Considerações Finais

O SNI foi criado para manter uma vigilância sobre os opositores da ditadura, supostamente tomados como subversivos. Se estendia por todo o território nacional e fornecia informações para os demais aparelhos repressivos. Sendo parte constitutiva do Estado militar, esta agência de inteligência visava alicerçar o governo e seu projeto de modernização conservadora.

A Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida na Escola Superior de Guerra, foi o norte teórico do SNI. Este pensamento partia de uma visão militarista, onde o Ocidente cristão estaria em guerra contra o Oriente ateu. Este conflito ocorria em diversos campos, sendo um destes o psicossocial, que seria o confronto contra as ideologias estrangeiras que ameaçavam a ordem ocidental. Esta disputa de discursos consolidou a guerra psicossocial, na qual o grupo no poder se utiliza das noções tradicionais e cristãs, já presentes na sociedade civil, para conquistar o consenso social e, também, deter a hegemonia. Quando essa hegemonia não é conquistada em todos os grupos sociais, ocorre a dominação direta por meio da sociedade política (CARNOY, 1988, p. 103), que no regime militar foi materializada pela repressão – exercida pelos aparelhos repressivos do Estado – direcionada a esses grupos contestatórios.

Amplios setores do Movimento Estudantil (ME) se colocaram no campo opositor desde os primeiros momentos da ditadura, por conta disso, suas lideranças e seus membros foram alvo de intensa perseguição. O auge da perseguição ocorreu após o AI-5, em 1968, e levou ao silenciamento do Movimento. Com o processo da Reabertura Política, durante os governos Geisel e Figueiredo, o ME voltou à cena política lutando contra as leis ditatoriais e pedindo a volta do regime democrático.

Os arquivos examinados mostram a preocupação dos agentes em relação a esta nova mobilização, pois os estudantes estavam se articulando com grupos da sociedade civil organizada e fazendo pressão sobre o governo. O ME passou a se engajar nas eleições, apoiando o partido

opositor (MDB), e participando de campanhas políticas amplas, como a luta pela anistia. Isto levou a uma maior vigilância por parte do SNI, além de órgãos complementares como as ASIs que atuavam nas universidades.

Ao mesmo tempo em que a ditadura se utilizava da consciência e principalmente da religiosidade conservadora, houve um setor religioso que se colocava tanto contra às ideias quanto às ações dos militares no regime. Tal grupo, vinculado à “Teologia da Libertação”, possuía em seu ideário a opção preferencial pelos pobres e oprimidos, com forte crítica ao capitalismo e proposição da libertação humana histórica como antecipação da salvação final em Cristo (LÖWY, 1991, p. 27). Na contra-hegemonia ao regime militar, esse setor se envolveu com diversos movimentos sociais que também lutavam pela conscientização e emancipação da população pobre e marginalizada, como a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que vai se desenvolver em uma ideologia cristã peculiar por meio das Comunidades Eclesiais de Base, dos sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais emergidos no período (CASTELANO, 2018, p. 76).

Todos esses grupos e movimentos, mesmo que religiosos, foram retratados nos órgãos de informações como subversivos e foram brutalmente reprimidos, não só pelo caráter repressivo da ditadura militar, como por se colocarem ao lado dos pobres e oprimidos - pela justiça social e contra o avanço do capitalismo.

Assim como o movimento estudantil, o movimento dos operários se colocou em oposição ao regime, se tornando alvo de perseguição, que foi intensificado durante o AI-5. Os sindicatos, juntamente com o ME e com os membros da sociedade civil, possuíam estratégias similares e passaram a se apoiar em manifestações públicas. Os trabalhadores também passaram a organizar comitês para auxiliar e solidarizar com as greves. Porém, o SNI se infiltrava nestes comitês para coletar informações e denunciar os líderes e qualquer um que tivesse relação com esses movimentos de oposição.

A repressão era forte e as formas de combate a esses grupos eram violentas e agressivas. Vários documentos ficham pessoas que até hoje não tem conhecimento de como suas vidas foram expostas durante o regime. Foram identificados vários documentos contendo nomes de familiares, endereços e informações pessoais para vigilância e controle dos cidadãos para conservar aquele tipo de política e evitar futuras rebeldias daqueles que se manifestavam contra o governo ditatorial. Desta forma o SNI controlava a população para a permanência do governo. A análise buscou examinar arquivos inéditos e se centrou em três temas-chave: Movimento Estudantil; Igreja, Estado e Movimentos Sociais; Trabalho e Greve. O exame dos documentos e o levantamento bibliográfico evidencia como os órgãos de inteligência atuavam no período, orientando-se por meio da Doutrina de Segurança Nacional.

Não ambicionando esgotar as discussões acerca da temática, a contribuição deste trabalho constitui-se em efetuar um exercício de memória sobre o momento político-histórico de ditadura militar brasileira (1964-1985), bem como, estimular e disseminar o uso do arquivo do SNI (PR e SC) disponível no NDPH-UEL para futuras pesquisas, como estratégia de parte dos integrantes do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL) para fortalecer a democracia brasileira e promover a tomada de consciência sobre formas políticas autoritárias e violentas.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; GONÇALVES, Danyelle Nilin; MACHADO, Eduardo Gomes. A interpretação da teoria de Gramsci por Carlos Nelson Coutinho: uma leitura crítica. *Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 2, p. 84-99, 2004.
- ARGOLO, José Amaral. Golbery: Preâmbulo para um Enigma. In: PINTO, José Cimar Rodrigues (ed.). *Cadernos de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: CEE – ESG, n. 09, 2010. p. 70-116.
- BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Tradução da Equipe PUCCAMP. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- CASTELANO, Maria José. *A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no Oeste do Paraná*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CUNHA, Vinícius Moraes da. *À Procura da Revolução Brasileira: Itinerários do Movimento pela Emancipação do Proletariado*. 2019. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04092019-151657/en.php>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do desenvolvimento da educação, 1995.
- FÁVERO, Maria de Lourdes. A universidade no Brasil: das origens à Reforma de 1968. *Educação em Revista*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602006000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 30 nov. 2021.

- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, Pádua. Movimentos sociais e segurança nacional: notas sobre contestação e vigilância durante a ditadura militar no Brasil. *Panóplia*, Vitória, v. 11, n. 2, p. 502-533, 2016.
- FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). *O Brasil republicano*. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- GÓES, Camila Massaro de; RICUPERO, Bernardo. Revolução Passiva no Brasil: uma ideia fora do lugar? *Tempo da Ciência*, v. 20, n. 40, p. 161–192, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- LANZA, Fabio. *Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-85): um olhar sob o prisma do semanário 'O São Paulo'*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. Tradução de Myrian Veras Baptista. São Paulo: Cortez; autores associados, 1991. v. 39.
- LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.
- MARTINI, Estela Maris Sartori. Uma trajetória escolar pouco provável: o caso “Marlene Soccas”. *Revistas UDESC*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 01-18, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MIGUEL, Luis F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, Dinamarca, n. 5, p. 40-56, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto. Segundo grande surto anticomunista: 1961/64. In: MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000, p. 286-342.
- MOTTA, Rodrigo Patto. *As Universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 44-47, out./dez. 2014. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400014. Acesso em: 30 nov. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NEVES JR, José. Segurança Nacional e anticomunismo no Brasil pré-64: A ideologia de Golbery do Couto e Silva. *Revista Em Tese*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 46-66, 2019a.

NEVES JR, José. O Movimento Estudantil Paranaense sob vigilância do Serviço Nacional de Informações (1964 – 85). *Revista Aurora*, Marília, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2019b.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964 – 1984*. Londrina: Eduel, 2013.

SANTOS, Jordana. A Repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Revista Aurora*, Marília, v. 1, n. 5, p. 101-108, dez. 2009.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra; Bispos e Militares: tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Figueiredo 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. *História, Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 420-438, set./dez. 2019.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à Brasileira: a Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita*. São Paulo: LeYa, 2014.

Fonte Documentais

BRASIL. *Relatório final da Comissão Nacional da Verdade*; v.1. 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf. Acesso em: 03 maio 2020.

PARANÁ. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR*, Teresa Urban. 2014. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/geral/relatorio-final-da-comissao-estadual-da-verdade-do-parana/>. Acessado em: 06 dez. 2021.

SNI PR, *Serviço Nacional de Informações*, Movimento Estudantil – Grupos e suas tendências ideológicas, 05 de dezembro de 1978, ACT_ACE_003_78, 59 laudas (NDPH – UEL).

SNI PR, *Serviço Nacional de Informações*, Atuação de Militantes de Organizações Subversivas ligadas à entidades religiosas, 24 de setembro de 1981, ACT_ACE_1424_81, 05 laudas (NDPH-UEL).

SNI PR, *Serviço Nacional de Informações*, Comissão Pastoral da Terra – Paraná e Santa Catarina, 14 de agosto de 1980, ACT_ACE_561_80, 15 laudas (NDPH-UEL).

SNI PR. *Serviço Nacional de Informações*, Comitê Estudantil Independente pela Anistia, 20 de dezembro de 1978, ACT/ACE – 1305/81, 8 laudas (NDPH – UEL).

SNI PR. *Serviço Nacional de Informações*, Movimento Estudantil – Intervenção no DCE/FUEL, 20 de dezembro de 1978, ACT/ACE – 014/78, 18 laudas (NDPH – UEL).

SNI PR, *Serviço Nacional de Informações*. Seminário sobre realidade Latino America X Justiça, 27 de agosto de 1981, ACT_ACE_1348_81, 06 laudas (NDPH-UEL).

SNI PR. *Serviço Nacional de Informações*. Atuação de Organizações e Agitadores Subversivos dos Movimentos Grevistas, 13 de maio de 1980, ACT_ACE_470_80, 9 laudas (NDPH – UEL).

SNI PR. *Serviço Nacional de Informações*. Organizações Subversivas de Ideologias Comunistas e Outras Ideologias Extremistas, 30 de agosto de 1981, ACT_ACE_1345_81, 6 laudas (NDPH - UEL).

SNI PR. *Serviço Nacional de Informações*. Subversão do Meio Operário – Sindical – Realização de Cursos de Liderança Sindical Promovidos por Organizações Subversivas, 22 de setembro de 1981, ACT_ACE_1402_81, 4 laudas (NDPH – UEL).

Fontes Online

CARVALHO, Gilberto. *In*: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV [2017?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carvalho-gilberto>. Acesso em: 06 dez. 2021.

CRUZ, Mirian Peres da. CDPH recebe documentos da ditadura militar. *Agência UEL de Notícias*, Londrina, n. 1.335, 07 out. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_N_Texto=21678&FWS_Cod_Categoria=2. Acesso em: 06 dez. 2021.

OS CEM ANOS DE DOM PAULO EVARISTO ARNS E SEU PAPEL NAS RELAÇÕES ECUMÊNICAS E REDES DE SOLIDARIEDADE NA AMÉRICA DO SUL DURANTE AS DITADURAS MILITARES

Evanize Sydow

Este artigo⁸⁸ é fruto da palestra que realizei na abertura do III Colóquio de Pesquisa sobre o Pensamento Latino-Americano, organizado pelo Grupo de Pesquisa Movimento, Sabedoria, Ideias e Comunhão – MOSAICO, vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Federal de Lavras, entre os dias 02 e 04 de dezembro de 2021. Com a temática “Veredas da Esperança: o legado de Paulo Freire e Paulo Evaristo Arns”, o evento teve como foco o centenário de dom Paulo Evaristo Arns e de Paulo Freire. Apresentei, e reproduzo abaixo, uma ordenação de ideias sobre o papel do cardeal Arns nas relações ecumênicas e redes de solidariedade na América do Sul durante as ditaduras militares, e destaco a parceria do religioso com o pastor presbiteriano Jaime Wright nas ações de apoio aos perseguidos políticos no Cone Sul. A trajetória de Jaime Wright é tema da minha pesquisa de doutorado na FGV CPDOC.

Entendo que a temática deste ano do III COPPEL é extremamente apropriada, porque trata justamente da esperança a partir do legado de dois grandes homens da nossa história: Paulo Freire e dom Paulo Evaristo Arns. Dois personagens, inclusive, que se respeitavam profundamente, e cujas trajetórias se cruzaram a partir dos anos 1980 por meio de diversas ações em torno da educação popular.

Por isso, também parablenizo a vocês pela iniciativa na realização deste III Colóquio. Todos os espaços que hoje abrimos para discutir ideias, memória e formas de pensamento são fundamentais. Estar aqui com vocês hoje me faz analisar as formas como esses personagens atuaram em cenários tão difíceis e como pensaram estratégias de ação. Porque esse é um ponto

⁸⁸ Partes deste artigo compõem a íntegra da minha tese de doutorado, *Jaime Wright e a Teologia das Brechas – Biografia do pastor presbiteriano responsável por redes de solidariedade ligadas a igrejas progressistas nas ditaduras militares da América Latina*, que estou desenvolvendo na FGV CPDOC, sob a orientação do professor Américo Oscar Guichard Freire.

fundamental: identificarmos as brechas que se abrem para podermos agir de forma concreta e eficiente.

Na primeira parte desta apresentação, faço uma análise geral sobre a importância de dom Paulo Evaristo Arns nas relações ecumênicas e um dos frutos mais importantes dessas redes de solidariedade para os que estavam sendo perseguidos pelas ditaduras militares no Brasil e no Cone Sul, que foi o grupo Clamor.

Depois, vou tratar de um caso exemplar no qual o Clamor atuou: a descoberta das crianças desaparecidas Anatole e Vicky, reencontradas no Chile.

Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado arcebispo de São Paulo em 1970, em plena ditadura, foi um homem que estimulou as relações ecumênicas ao longo dos quase 30 anos em que esteve à frente da Igreja de uma das maiores cidades católicas do mundo. Como autoridade religiosa trouxe para perto de si figuras importantes de outras igrejas. O caso mais emblemático dessas boas relações foi a sua amizade com o pastor presbiteriano Jaime Wright.

A morte do irmão de Jaime, Paulo Wright, pelas mãos dos agentes da ditadura militar – cujo corpo permanece desaparecido até hoje – foi uma dolorosa experiência que levou dom Paulo e Jaime a se aproximarem, porque Jaime procurou por dom Paulo para ajudá-lo na busca desesperada por seu irmão. Como o cardeal Arns (1993) escreveu, a sua aproximação com Paulo Wright decorre de um momento histórico que marcou a colaboração inédita entre a Igreja Presbiteriana Unida e a Igreja Católica Romana, por meio da parceria e do trabalho conjunto de um reverendo e um cardeal no âmbito da Arquidiocese de São Paulo. Arns (1993) também destaca que o reverendo Jaime Wright, durante os quase nove anos em que trabalharam juntos na Arquidiocese, tornou-se uma espécie de “bispo auxiliar” no que dizia respeito às ações internacionais e à defesa dos direitos humanos.

Antes de entrar mais especificamente no que representava esse bispo auxiliar para assuntos internacionais e de direitos humanos, gostaria de ler uma breve correspondência que o pastor luterano e teólogo Milton Schwantes escreveu a dom Paulo numa homenagem em São Paulo, em 1999, tratando da importância do cardeal para essas relações ecumênicas. Disse Milton Schwantes:

Estávamos em 1976. Reinava a ditadura em sua injusta plenitude. Mas, em meio a medos e temores, nos reuníamos. Buscávamos por gente amiga, saídas, alternativas. Dávamos preferência à amizade ecumênica. É que não éramos muitos. Ao menos, às vezes, parecíamos poucos. A assim chamada Segurança Nacional se esforçava em colocar-nos sob suspeita, à margem, em minoria. Por isso, onde quer que nos identificássemos como insubmissos aos desejos militares, era bom encontrarmos-nos. Era festa, bálsamo para a alma. Neste ambiente é que cresceu o desejo ecumênico.

Conhecê-lo se me fez inesquecível.

Ele nos contava, na oportunidade, da Igreja aqui de São Paulo. Falava-nos com entusiasmo, das Comunidades Eclesiais de Base. Mostrava-nos como Igreja é ouvir, é levar a sério as dores do povo. Ele nos fez parceiros deste novo jeito de ser de todas as igrejas. E nos contou de seu profundo empenho em favor dessa gente. Falou-nos dos sofrimentos e das angústias dos presos políticos. Levou-nos para dentro da prisão, ao encontro do Cristo, em cadeias.

Essas lutas populares e essas dores nas prisões, em suas palavras, jamais estavam dissociadas de profunda espiritualidade. Ele nos falava da oração que acompanhava seus passos por cadeias e periferias. Convidou-nos para a espiritualidade nos caminhos do Cristo sofredor, nas ruas e nos porões. Eis o caminho de todas as igrejas: ecumenismo na solidariedade com os mais pobres – era o que ele compartilhava conosco.⁸⁹

Essa saudação do Milton Schwantes a dom Paulo é importante também para mostrar a importância do ecumenismo naquele momento, em que se entendia a importância de as lideranças religiosas estarem unidas para pensar estratégias contra os desmandos do regime militar. E, como tratei anteriormente, sobre esse trabalho conjunto entre Jaime Wright e dom Paulo, foi assim que surgiu o Clamor - Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul.

Criado em março de 1978, o Clamor foi o que podemos chamar de uma rede ecumênica brasileira de solidariedade que atuou nos países do Cone Sul, inclusive com o apoio de organizações sediadas na Europa. Para Samarone Lima (2003), que desenvolveu uma larga pesquisa sobre o grupo, o Clamor foi uma espécie de frente de ação dedicada à defesa dos direitos humanos no Cone Sul que saiu vitoriosa.

Três nomes são importantes nessa criação do Clamor: o pastor Jaime Wright, a jornalista inglesa Jan Rocha e o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. A história do comitê se confunde com a de Jaime, Jan e Luiz. A experiência marcou suas trajetórias de modo que, diante de movimentos e instituições de defesa de perseguidos políticos durante as ditaduras dos anos 1970 e 1980 em países como Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, seus nomes são evocados sempre que o assunto é o apoio que a ala progressista das igrejas no Brasil deu aos seus vizinhos.

Jan Rocha, jornalista inglesa que chegou ao Brasil em 1969 como correspondente da rádio *BBC* e do jornal *The Guardian*, passou a ter contato próximo com denúncias sobre violações de direitos humanos e fez delas pautas importantes com repercussão internacional. Conheceu refugiados argentinos no Brasil que a procuravam para contar o que estava ocorrendo no país

⁸⁹ Saudação do pastor Dr. Milton Schwantes a dom Paulo, na solenidade de 12 de agosto de 1999, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em que o arcebispo emérito de São Paulo foi homenageado.

vizinho que também vivia sob uma terrível ditadura. Eles reclamavam dizendo que a situação na Argentina não era divulgada e o mundo pouco sabia do que acontecia por lá⁹⁰.

Foi pensando em como formar uma espécie de organização para tratar o tema que os argentinos levaram Jan para se encontrar, de forma clandestina, em um endereço secreto de São Paulo com o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que já era conhecido pelo trabalho desempenhado junto a perseguidos políticos. Após esse primeiro encontro, os argentinos entenderam que seria importante incluir mais um nome que também vinha se destacando pelo trabalho em prol dos refugiados. Este era Jaime Wright, cujo trabalho em receber refugiados do Cone Sul que procuravam a Arquidiocese de São Paulo havia se intensificado deveras desde que o pastor passou a trabalhar como braço direito de dom Paulo Evaristo Arns. O encontro também aconteceu de forma clandestina. Jaime não sabia para onde estava sendo levado e nem com quem se encontraria. Foi até o local com os olhos vendados e só descobriu do que se tratava ao chegar à casa onde estavam Jan e Luiz Eduardo.

A essa altura, Jaime já era conhecido como bispo-auxiliar honorário de dom Paulo Evaristo Arns, encarregado de direitos humanos e relações internacionais. Com seu amplo trânsito internacional, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, tendo em vista sua proximidade com o Conselho Mundial de Igrejas, o pastor presbiteriano tornou-se eficiente em relações internacionais não apenas para denunciar a situação brasileira, mas de outros países, como Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Era considerado uma ponte com a Igreja progressista do Brasil por militantes dos direitos humanos nestes lugares.

Foi assim que chegou a Jan e Luiz Eduardo pelas mãos dos argentinos refugiados em São Paulo. Jaime trabalhava numa sala ao lado de dom Paulo na Cúria Metropolitana e o grande movimento de perseguidos políticos do Cone Sul no conhecido endereço do cardeal de São Paulo – Avenida Higienópolis, 890 – também atingia Jaime. Ele passou a se envolver diretamente no trabalho de apoio aos refugiados, por meio da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo e era quem conseguia boa parte do recurso financeiro necessário para a ajuda aos latino-americanos em São Paulo, pelos seus contatos com organismos de cooperação internacional.

Além disso, quando não era ele mesmo o foco dos convites para ajudar a criar estratégias de apoio a militantes políticos, Jaime era quem representava o cardeal em boa parte das vezes em que era solicitado apoio para casos mais extremos de perseguições nos países vizinhos.

⁹⁰ Entrevista de Jan Rocha à autora, 06/11/2014.

Quando Jan, Luiz Eduardo e os argentinos expuseram para Jaime que precisavam criar um grupo para dar visibilidade ao que estava ocorrendo nos países do Cone Sul, imediatamente o pastor aceitou participar. E ele rapidamente propôs que o grupo funcionasse sob o guarda-chuva da Arquidiocese de São Paulo, como uma forma de proteção. Dom Paulo Evaristo Arns concordou em incluir o Clamor como órgão da Arquidiocese. Dada à sua amizade desde a infância com Charles Harper, pastor presbiteriano que integrava o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Wright também buscou a parceria do CMI com o Clamor. Foi prontamente atendido, uma vez que o CMI já havia expressado sua preocupação com os refugiados da América do Sul⁹¹.

O primeiro objetivo do Clamor era dar assistência aos refugiados que não poderiam ser ajudados pelo ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados⁹². Naquele período, o governo brasileiro não permitia que refugiados políticos do Cone Sul ficassem permanentemente aqui. Eles não eram protegidos pelo Estatuto dos Refugiados.

Se fossem reconhecidos como refugiados pelo ACNUR, eles tinham que ir para outro país, geralmente um país europeu, principalmente França, Suécia, Holanda, Suíça e Noruega, e também para o México. Mas muita gente não queria sair para a Europa, queria ficar aqui; e também o ACNUR não aceitava como refugiado quem tivesse participado da luta armada. Muita gente que chegava aqui eram ex-montoneiros⁹³, então, não eram pessoas elegíveis para serem refugiados. E havia pessoas que, por um motivo ou outro, não queriam ser reconhecidas como refugiadas oficialmente. Precisavam de ajuda, não tinham onde morar, não tinham emprego, estavam clandestinas.⁹⁴

Dessa forma, a primeira meta do Clamor foi ajudar essas pessoas e depois denunciar o que estava acontecendo, especialmente, na Argentina – quando o grupo foi criado, a Argentina era o foco das denúncias devido ao grande número de casos de perseguições e desaparecimentos. Assim, foi estabelecida uma sólida parceria com instituições como Madres e Abuelas de la Plaza de Mayo, Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, Serviço Paz e Justiça do Uruguai, Igreja Metodista Evangélica Argentina, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas, Igreja Metodista no Uruguai, Associação dos Advogados Latino-Americanos pelos Direitos Humanos. Entidades e mais entidades do Chile, Uruguai, Paraguai, além das argentinas, passaram a mandar representantes para a Cúria, a fim de trazer informações e denúncias para o Clamor disparar em suas redes internacionais. Pouco tempo

⁹¹ Entrevista de Jan Rocha à autora, 06/11/2014.

⁹² Entrevista de Jan Rocha à autora, 06/11/2014.

⁹³ Grupo guerrilheiro argentino vinculado ao peronismo.

⁹⁴ Entrevista de Jan Rocha à autora, 06/11/2014.

depois, após o golpe militar de julho de 1980 na Bolívia, incluíram também o trabalho com refugiados bolivianos.

Em julho de 1979, o Clamor viveu o seu auge. O caso mais importante de sua história, pela repercussão e o simbolismo. Duas crianças sequestradas na Argentina por policiais uruguaios foram encontradas em Valparaíso, no Chile, pela atuação do Clamor⁹⁵. Delora Wright (1993), filha de Jaime, fez um dossiê sobre o caso mostrando que, após terem os pais assassinados, Anatole e Vicky foram levadas ao Uruguai, de lá conduzidas por Argentina a fora até a cidade de Valparaíso no Chile, onde foram abandonadas em 23 de dezembro de 1976 na praça O'Higgins e, posteriormente abrigadas por uma instituição de acolhimento local.

A história de Anatole e Vicky parece o roteiro de um filme emaranhado de fatos. O Clamor recebeu a carta da avó das crianças e Jaime, impressionado, apresentou o caso a Jan e Luiz Eduardo em uma das reuniões. A avó dizia que as crianças tinham sido escondidas pelos pais dentro de uma banheira, num banheiro, que foi coberta por uma tábua. Logo depois teve início um tiroteio e os pais foram mortos. A polícia entrou no banheiro, descobriu as crianças e elas foram levadas. A carta trazia esses detalhes e duas fotos.

Em Dom Paulo, um homem amado e perseguido, detalhei a história de Vicky e Anatole.

As crianças eram filhas de um casal que morava em Buenos Aires e era filiado ao Partido Victoria del Pueblo (PVP), do Uruguai. A polícia uruguaia atravessou o Rio do Prata em busca dos militantes do PVP, invadiu a casa onde estavam e os assassinou. Anatole, 4 anos, e Vicky, 1 ano e meio, foram levados pelos soldados. Atravessaram os Andes e chegaram à cidade de Valparaíso, no Chile, no dia 23 de dezembro de 1976. Os policiais abandonaram as crianças na praça O'Higgins durante a madrugada. Elas foram encontradas por chilenos que logo perceberam, pelas roupas que vestiam e pelo sotaque, tratar-se de estrangeiros. Os dois foram entregues a um orfanato e lá ficaram, até serem adotados pelo casal Larrabeit, um dentista e uma professora, que se encantaram com Vicky. Como a garota se recusou a ir sem o irmão, resolveram adotar os dois (SYDOW; FERRI, 1999, p. 295).

Greenhalgh defendeu que o caso fosse divulgado no boletim Clamor, inclusive com as duas fotos que a avó havia mandado para o grupo. “Vamos publicar: ‘Crianças uruguaias desaparecidas na Argentina’. Fizemos um boletim e publicamos, aliás, publicamos não só dessas duas crianças, mas de outras crianças que a gente tinha recebido. Publicamos no Clamor e mandamos. Nós tínhamos 500, 500, 500 exemplares em português, espanhol e inglês, respectivamente”, conta Greenhalgh⁹⁶.

Esse boletim foi lido por uma assistente social que passava férias em Caracas, na Venezuela,

⁹⁵ Para mais detalhes sobre o caso ver Ribeiro (1989).

⁹⁶ Entrevista de Luiz Eduardo Greenhalgh à autora, junho/1998.

e havia visto as crianças em Valparaíso. Ao observar as fotos no Clamor, ela as reconheceu e fez contato com refugiados do PVP em Caracas.

Estes fizeram com que a notícia chegasse a refugiados uruguaios em São Paulo e, depois, ao Clamor. Os coordenadores do Clamor resolveram checar a veracidade da informação. Eles consideravam que, se a história fosse verdadeira, estariam diante de um milagre. Uma uruguaia do PVP que se refugiara no Brasil e conhecia os pais das crianças se ofereceu para ir incógnita a Valparaíso. O Clamor pagou a viagem, e ela retornou dias depois com a confirmação. De fato, estavam diante de um milagre (SYDOW; FERRI, 1999, p. 295).

A notícia chegou ao Clamor cerca de um mês e meio depois de o caso ser publicado no boletim. Jaime foi quem anunciou o milagre aos demais. Os três decidiram falar com o cardeal Arns, e disseram que gostariam de ir ao Chile checar a história. Dom Paulo se preocupou em saber com qual contato eles contariam, e a resposta de que Belela Herrera, do ACNUR Chile, seria um ponto focal, uma vez que Belela já considerava haver um colégio de adoção de crianças sequestradas no país. Informaram que o escolhido para ir era Luiz Eduardo, ao que dom Paulo respondeu: “por que não vai um jornalista junto, um jornalista brasileiro?” O aspecto divulgação era uma preocupação também para dom Paulo. Arns e Wright entendiam que a imprensa era sempre um braço importante no trabalho de realizar as denúncias de violação de direitos. Faziam questão de incluir um jornalista sempre que possível para documentar e depois escrever matérias ou releases para veículos de comunicação.

O escolhido para acompanhar Greenhalgh ao Chile foi Ricardo Carvalho, repórter da *Folha de S. Paulo* que vinha cobrindo a Cúria de São Paulo e se tornou um jornalista de confiança do cardeal. Wright vai articular outras ações de divulgação com Ricardo Carvalho ao longo dos próximos anos, dentro da estratégia da *Teologia das brechas*. Luiz Eduardo e Ricardo chegaram a Santiago em meio à tensão da ditadura de Augusto Pinochet. Greenhalgh relembra o quanto era pesado o clima no país e como custou aos dois aquela estada. “Chegamos à noite. Tinha toque de recolher, tudo policiado. Fomos para o hotel e ficamos em quartos contíguos. Meia hora depois, alguém bate na minha porta e é o Ricardo. Ele disse: ‘Luiz, vamos dormir juntos, no mesmo quarto, porque, se acontecer alguma coisa com um, o outro fica sabendo.’”⁹⁷

Esse conflito acompanhou os dois brasileiros ao longo do dia seguinte, quando foram a Valparaíso, junto com Belela Herrera, até o colégio onde estavam as crianças. O que se viu depois foi uma sucessão de fatos que levaram o caso a ser considerado um prodígio.

⁹⁷ Entrevista de Luiz Eduardo Greenhalgh à autora, junho/1998.

Eu nunca mais vou esquecer isso, a fisionomia das crianças no pátio, nós lá em cima. Era um colégio quadrado de dois andares, então aqui tem um corredor em toda a volta do colégio, como se fosse um mosteiro. Em baixo as crianças brincando. Eu, o Ricardo Carvalho e a Belela Herrera e o diretor do colégio, um padre. As crianças são aquelas lá. Eu nunca esqueço, os dois irmãos. Não tinha dúvida de que eram as crianças que nós tínhamos recebido a denúncia. Por mim, já teria pegado as crianças ali. Mas aí tinha um problema. Essas crianças estavam sendo adotadas por um casal cujo marido, o homem, era dentista. Elas estavam no processo de adoção e você tem um tempo para contestar a adoção. Nós chegamos lá numa quinta-feira à noite. Nós vimos as crianças na sexta e o prazo de contestação da adoção terminava na segunda-feira. Você acredita em milagre? Eu estou descrevendo um milagre. Isso é um milagre. Como é que uma avó no Uruguai manda uma carta para São Paulo com as fotos dos dois netos, um grupo em São Paulo publica num boletimzinho e espalha 1.500 cópias no mundo, e uma moça na Venezuela vê, manda uma resposta para São Paulo dizendo estão no Chile?

Aí nós vamos interromper o processo da adoção. Problema: eu sou advogado brasileiro, eu não posso advogar no Chile. Então nós compramos livros da lei de menores em espanhol e fomos para o escritório de um advogado chileno. Pedimos para o advogado chileno fazer uma petição para o juizado de menores interromper a adoção. O advogado não quis. Eu fui obrigado a ditar para o advogado, o advogado aquiesceu de assinar. Eu, que nunca tinha ido ao Chile, não conhecia o direito chileno nem nada, sentado ali, isso levou horas, cinco, seis horas, uma petição de duas folhas, eu lendo a legislação sobre a adoção, sobre o direito de família, sobre o pátrio poder, sobre o código de menores em espanhol. Fiz uma petição que eu ditei em português e a Belela Herrera soletrava em castelhano e quando o advogado chileno não concordava ele queria mudar e a Belela me explicava... Então, a gente preparou a petição para dar entrada na segunda-feira de manhã no juizado de menores para dizer que a avó quer interromper a adoção. Fomos no domingo na casa do dentista, vimos as crianças de perto. O dentista e a mulher dele era um casal que não podia ter filho e o dentista e a mulher agressivos. Vocês vieram aqui e querem interromper essa adoção. Nós amamos as crianças e vocês são todos subversivos, nós vamos resistir a isso. Foi uma conversa desagradabilíssima. A Belela era uma pessoa diplomática, dizia que a petição era apenas para não se operar definitivamente a adoção, mas não era interesse da avó recuperar as crianças, vamos depois fazer um acordo, mas as crianças têm avó.

Na segunda-feira picamos a mula para São Paulo. Vamos embora que nós já estamos fazendo hora-extra aqui. Nos arrumamos e subimos no avião. Porque a gente podia ser preso e desaparecia mesmo.⁹⁸

Ao chegarem em São Paulo, os dois se dirigiram diretamente à casa do cardeal e contaram o que havia acontecido. Jaime, Arns e Jan se iluminaram diante dos fatos. Os dois brasileiros foram ao centro do furacão, mexeram com o processo, chegaram até o casal e voltaram sem ser pegos. Era a adrenalina à qual os membros do Clamor passaram a viver. Jaime, especialmente, do alto de seus dois metros aparentes de calma, vibrava ao pensar em estratégias para burlar a ditadura. Jan Rocha sugeriu que fosse feita uma entrevista coletiva da avó para a imprensa. Jaime sugeriu coletivas simultâneas em São Paulo e Santiago do Chile sobre a localização das crianças. Ele recebeu um telefonema do cardeal de Santiago, Raúl Silva Henríquez, querendo que Wright fosse

⁹⁸ Entrevista de Luiz Eduardo Greenhalgh à autora, junho/1998.

ao Chile para conversarem sobre as entrevistas (WRIGHT, 1993). A coletiva na própria sala do cardeal na cúria foi concorrida, com a presença em peso dos integrantes da Comissão Justiça e Paz, altamente respeitada por seus juristas renomados, e de toda a imprensa nacional e de correspondentes estrangeiros.

O caso Anatole e Vicky tornou o Clamor conhecido no mundo inteiro quando o assunto era a defesa de direitos humanos no Cone Sul. Imaginava-se que, para alcançar tal feito, a instituição tivesse uma grande estrutura, com muitos funcionários e um grande prédio para guardar tal acervo. À época, o Clamor resumia-se a cinco pessoas e um espaço improvisado para reuniões na casa de Jan ou na paróquia do Jaguaré.

Para Greenhalgh, o Clamor foi a mais efetiva entidade latino-americana de direitos humanos nesse período. “Nós fomos os primeiros a divulgar uma lista de torturadores, nós fomos os primeiros a localizar uma lista de desaparecidos, nós tínhamos trabalho, nós tínhamos criatividade.” A criatividade aliada ao trabalho pode ser uma das definições da chamada *Teologia das brechas* propagada por Wright.

Essa estratégia, de utilizarmos as brechas para atuar e resistir, está mais atual do que nunca. Resta a nós nos apropriarmos dela.

Referências Bibliográficas

ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. Prefácio. In: WRIGHT, Delora. *O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993

LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

RIBEIRO, Helcion (org.). *Paulo Evaristo Arns: Cardeal da Esperança e Pastor da Igreja de São Paulo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: Um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WRIGHT, Delora. *O Coronel tem um segredo: Paulo Wright não está em Cuba*. Petrópolis: Vozes, 1993.

1964 + 55: BOLSONARO, ELITES MILITARES E O CÍRCULO DE GIZ

Américo Freire⁹⁹

O presente texto é uma adaptação da palestra que proferi na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2019, em evento promovido pelo Movimento de Defesa da Economia Nacional (Modecon) por ocasião das comemorações dos 55 anos do golpe civil-militar de 1964. Apresento reflexões acerca do evento histórico em si e depois dedico algumas linhas a levantar hipóteses sobre a eleição inédita de um presidente de extrema-direita no país que veio agregada à mobilização de uma memória selecionada que recupera “o tempo dos militares”. Este trabalho, elaborado como um texto de conjuntura, objetiva ainda discutir o significado da numerosa presença de elites militares no interior do governo. O leitor poderá verificar que mantive a linguagem do texto nos moldes de uma palestra a ser lida e debatida em público.

Agradeço o convite do professor Lincoln Penna para tratar desse tema nesses tempos de grande incerteza e mesmo de perplexidade. Duas foram as razões que me fizeram estar aqui na ABI nessa tarde. Uma, é claro, é prestigiar um evento do Modecon (Movimento em Defesa da Economia Nacional) que trata de tema necessário e importante para o debate público, como assim tem feito há muito tempo. A outra é de cunho eminentemente pessoal, ou seja, estar nesse auditório com vocês me obriga a alinhar e a ordenar algumas ideias em meio a esse turbilhão. Ajuda a arrumar a cabeça. De qualquer forma, alerto que, por vezes, estarei aqui a pensar alto, a ensaiar algumas explicações sobre esse fenômeno recente que tem nos assombrado e que tem nome e sobrenome.

Divido essa breve exposição em três partes. Na primeira, tomo como objeto o golpe em si – como um evento histórico significativo que colocou abaixo a experiência democrática de 1945 e 1964 e deu margem ao estabelecimento de um longo período ditatorial.

Na segunda discorro sobre alguns aspectos constitutivos do regime ditatorial e da forma qual foi encaminhada a política de descompressão política – a chamada distensão ou abertura política

⁹⁹ Professor titular do CPDOC – FGV. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. Este texto expressa a opinião do autor, não representando necessariamente a opinião institucional da FGV.

que ganhou corpo e velocidade em 1978/79 – com o fim do AI-5, a anistia e a reformulação partidária.

Por fim, trato do tema mais candente e que está relacionado a esse momento marcado por um certo *revival* do regime ditatorial e cuja expressão mais acabada é Jair Bolsonaro e seu governo. Bolsonaro, por atributos próprios e pelo uso profissional e intenso das redes sociais, deu um nó/ uma chave de braço no sistema político e, dada a dimensão da vitória eleitoral, em tese, poderia reunir condições para construir um campo de direita agregando extremistas, conservadores e ultraliberais. Soube vencer, mas ao que parece, não tem ideia de como construir algo para além das bravatas. O apelo aos militares para reavivar o espírito de 1964 faz parte desse *script*, dessa movimentação que se formou em torno do que se chama de bolsonarismo. A questão é saber a natureza desse fenômeno e qual é realmente sua expressão político-social. As primeiras impressões, haja vista os resultados da pesquisa sobre popularidade, vão no sentido de mostrar um apoio fluído e um presidente com pouco fôlego. Outra ordem de questões – e isso é o que irei abordar aqui – diz respeito a um fenômeno mais amplo e que está relacionado com a presença dos militares na vida política brasileira em geral e no atual governo em particular. Quais as possíveis implicações da presença militar tão explícita nesse governo?

1. O golpe de 1964 na História do Brasil pode ser examinado tanto pela ótica da continuidade, como da descontinuidade. Como sabemos, há um longo e contínuo histórico de intervenções militares no sistema político republicano brasileiro e não há necessidade aqui de retomarmos isso. O fato é que, por inúmeras razões, as forças armadas brasileiras, ao longo desse processo, construíram uma cultura corporativa na qual se veem não como instituição de Estado como as demais, mas como algo excepcional/especial dada sua função precípua de garantir a lei e a ordem interna. À elas, em razão disso, é autoatribuído o poder de avaliar se uma ordem é legítima ou não. Ora, com isso, temos o campo aberto para a ação intervencionista militar, como se deu em 1964 e como se esboçou em episódios recentes relacionados à prisão do Lula. Mesmo hoje, há um dispositivo na Constituição de 1988 que serve de parâmetro legal para essa tradição intervencionista que é clara e explicitamente antidemocrática.

2. 1964 também pode e deve ser visto pela ótica da descontinuidade, dado que não foi uma intervenção militar qualquer. Por mais desorganizado e plural que tenha sido o movimento que derrubou João Goulart, o fato é que, aos poucos, estabeleceu-se algo que podemos chamar de um regime político de bases ditatoriais. A ditadura militar – ou civil-militar como se vem chamando nos últimos tempos, teve diferentes fases e enfrentou enormes divisões internas especialmente entre o Palácio e a Caserna, conforme os termos de João Roberto Martins Filho, um dos autores que melhor analisou a lógica de conflitos que marcou o regime. Para ele, tivemos um regime ditatorial de

gerais e não de coronéis que dominavam a caserna. Ou seja, houve alguma previsibilidade, mandatos, rodízio de poder e hierarquia e não uma mera balbúrdia como sugere Elio Gaspari ou mesmo um governo militar ditatorial típico marcado pelo personalismo e pelos longos governos pessoais.

O regime ditatorial brasileiro fixou regras e configurou um quadro político-institucional híbrido no qual conviviam instituições políticas de caráter liberal com medidas excepcionais. Tratou-se de um regime fundado no que Anthony Pereira chamou de institucionalização autoritária. Daí, por exemplo, a realização de eleições razoavelmente regulares, a existência controlada de partidos políticos, a permanência de um sistema de justiça etc. Ao mesmo tempo, tínhamos o “porão”, a ação da “tigrada” a correr com razoável desenvoltura e com certo beneplácito da alta hierarquia militar.

Temos aqui uma situação que me parece interessante para melhor compreendermos a conjuntura atual na qual os militares têm assumido certo protagonismo. Vejamos. Se por um lado, arrogam-se no direito de veto e de intervenção, colocando-se sobranceiros do sistema político e de todos nós civis, simples mortais, por outro, quando estiveram com a faca e o queijo na mão, durante a ditadura, não se interessaram em fixar um regime militarista exclusivo, transformando o país em um quartel. Foram mais cautelosos e trataram de dividir responsabilidades com elites civis. Por que isso? Por convicção? Ou perceberam a ameaça que representava para a unidade da corporação o exercício direto e contínuo do poder? Como sabemos, não foram poucos os episódios de indisciplina militar nesses tempos, basta lembrar as dificuldades enfrentadas pelos presidentes militares, sem exceção, em manter a ordem nos quartéis. Daí, é possível perceber um certo jogo ambíguo dos militares ao lidar com o mundo da política, ou seja, entre a intervenção direta ou a manutenção de uma postura algo distanciada, em observação. Claro deve estar que militares aqui são suas elites dirigentes e não à corporação como um todo. Não vamos confundir as coisas.

3. Em meados da década de 1970, esse modelo híbrido começou a fazer água, o que fez com que o governo levasse a frente uma cuidadosa retirada denominada distensão ou abertura. O jogo político assumiu outras feições e o governo terminou por perder o pé, não sem antes demarcar alguns limites do processo de liberalização, seja por intermédio de uma anistia recíproca, seja pela franquia à criação de novos partidos políticos, mantendo a interdição aos partidos comunistas. As oposições, de uma maneira geral, anuíram e atuaram dentro desse círculo de giz. O PT, originário da chamada sociedade civil organizada, não aceitou esse regramento em um primeiro momento, haja vista sua recusa em participar do Colégio Eleitoral. Depois, seguiu em frente dentro dos parâmetros estabelecidos pelos acordos e arranjos políticos que marcaram a transição pactuada brasileira.

4. Os governos que seguiram à Carta constitucional de 1988 deram curso a um alargamento desse círculo de giz, tratando de avançar, mesmo que cautelosamente, em áreas sensíveis. Na relação com os militares, por exemplo, foi criado o Ministério da Defesa com o claro intuito de demarcar melhor o papel das Forças Armadas na ordem democrática como instituições subordinadas ao poder civil. Outro conjunto de medidas está relacionado com o que se chama “política de memória”, o que pressupôs levar adiante uma nova legislação que assumisse a responsabilidade do Estado pela violação de direitos durante os tempos ditatoriais e que fossem adotadas medidas de resgate e compensação, fossem elas simbólicas ou materiais. Um passo adiante nessa política foi a instituição de uma Comissão da Verdade que produziu relatórios e levantou vasto material documental relativo aos anos da ditadura brasileira. O mesmo a dizer de comissões da mesma natureza em estados, municípios e instituições. O valor para a pesquisa histórica do trabalho dessas comissões é inestimável. De uma maneira geral, a adoção dessas políticas foi registrada na imprensa e foi desenvolvida com amplo grau de liberdade pelos órgãos competentes afeitos a essas questões, porquanto tenha havido problemas no acesso a fontes militares e um certo ranger de dentes dos parte de oficiais militares na reserva.

5. Nos últimos tempos, o quadro político mudou e creio que a metáfora do círculo de giz pode nos ajudar. Vejamos mais adiante. O vento agora, como é fácil observar, está à direita, aqui e alhures. Em um plano mais geral, há um quadro econômico, político e intelectual que tem colocado em xeque as experiências liberal-democráticas das últimas décadas. A esse respeito, no meu modo de ver, dois autores podem nos ajudar a penetrar no nevoeiro com vistas a melhor entender a natureza dessa crise. Um deles é Georges Lefebvre – um historiador marxista das antigas – que em obra clássica, aqui traduzida pelo título *1789 – o surgimento da Revolução Francesa* -, analisa aquele acontecimento chave da história contemporânea por meio de uma abordagem bastante inovadora, dado que defende a ideia de que estiveram em curso não uma, mas quatro revoluções em disputa – a aristocrática, a burguesa, a popular e a camponesa. A primeira delas, a aristocrática, abriu o caminho para as demais e foi motivada pelo descontentamento da nobreza e de altos setores do clero com medidas levadas a cabo pelo Estado francês no sentido de atingir seus privilégios há muito assentados na tradição.

Nas últimas décadas, na esteira da crise do chamado Estado de Bem-Estar, temos assistido a um fenômeno assemelhado, qual seja o contínuo avanço das classes dominantes a tomar conta de amplos espaços empunhando a bandeira salvadora do neoliberalismo. Trata-se de fenômeno de fôlego e que vem se mantendo mesmo depois da debacle capitalista de 2008. Trump está aí para nos deixar mentir, ainda que ele e seu governo assumam feições diferentes do conservadorismo liberal típico.

Jacques Rancière é outro nome a ser lembrado quando se quer melhor compreender esse mal-estar contemporâneo. Em livro intitulado *Ódio à democracia*, publicado no Brasil em 2014, o filósofo situa a origem do problema na década de 1970, quando pensadores conservadores e ligados ao *establishment* norte-americano, chamaram atenção para alguns problemas contemporâneos da democracia, entre os quais denominaram “excesso de atividade democrática”. E o que seria exatamente isso? Eles dizem com todas as letras: há um aumento irresistível de demandas; há grupos e indivíduos rebeldes à disciplina e aos sacrifícios exigidos pelo interesse comum. Tudo isso, na perspectiva desses autores, estaria proporcionando a anarquia e um declínio acentuado da autoridade pública.

O remédio: “o bom governo” – aquele capaz de dirigir e incutir alguma racionalidade a esses processos. Um governo republicano que, nos moldes de Platão, é aquele que garante a reprodução do rebanho humano, protegendo-o contra o inchaço de seus apetites por bens individuais e bens coletivos.

Um governo que detém o saber e que busca ser legitimado por tal. Um governo de especialistas que combata a praga do populismo (que nada mais é do que a expressão do desespero e da ignorância das massas). Um governo voltado para a administração e que trata de despolitizar os assuntos políticos. Um governo, em suma, que tem como inimigo frontal “o governo de qualquer um” – alvo “do ódio infundável de todos aqueles detentores de títulos de nascimento, riqueza ou ciência.”

No meu modo de ver, boa parte dessa turbulência está de alguma forma vinculada a esse fenômeno intelectual, político e social estudado por Rancière, a esse mal-estar latente que agora explodiu quando segmentos privilegiados percebem que o poder lhe escorre pelas mãos. Esse ódio destrutivo, não tenho dúvidas, coloca em xeque o esboço de democracia que vinha ganhando contornos mais claros na última década.

Dito tudo isso, podemos, finalmente, voltar para o caso brasileiro e sobre o tema de 1964 nos dias de hoje.

Caso apliquemos esse raciocínio para pensar a respeito da crise política brasileira, a qual se prolonga por cerca de cinco anos, poderíamos dizer que por aqui também estamos em plena cavalgada das forças dominantes a tomar conta do aparelho do Estado, seja pela lei ou mesmo ao arrepiamento dela, haja vista a maneira pela qual se deu o processo de *impeachment*. Bolsonaro é um dos capítulos dessa história de muitas apostas e pouca razão.

No Brasil, diferente do que sugere Rancière, a exigência não passou pelo governo da racionalidade e dos especialistas contra o populismo. O nome de Bolsonaro foi o que tiveram à mão,

emergencialmente, para empalmar o poder. Depois, com a mesma facilidade, se livram dele e disso que se chama bolsonarismo.

Dentre outros, há um aspecto no atual governo que nos chama atenção e que parece que estamos realmente diante de um fenômeno de maior densidade histórica e que está além desse jogo de gato e rato das redes sociais. Trata-se da presença acentuada de militares no centro do poder político no Poder Executivo, fenômeno aqui já mencionado. Ao que parece, essa foi a resposta encontrada pelo atual presidente para compor o que chama de “nova política”, ou seja, foi dada aos militares, mais uma vez, a atribuição de supervisionar um enorme aparato estatal em vários ministérios, fazendo que todos esses órgãos permanecessem imunes à “velha política”, qual seja, livre dos políticos e dos partidos.

Por ora, não há temos ideia de como esse modelo vai prosperar. Duas dúvidas estão, de logo, colocadas: 1) Como o sistema de partidos, claramente colocado à margem, vai reagir? Vai se deixar desmoralizar? 2) Qual será o impacto disso para a higidez das forças armadas? É possível manter essa situação sem ideologizar as forças armadas? Há a ameaça de um eventual fracasso do governo arrastar a imagem das Forças Armadas como instituição? Afinal, o que querem esses militares?

E aí que cabe pensar acerca da retomada de 1964. Para Jair Bolsonaro, interessado em assegurar a iniciativa e a ofensiva, vale alimentar a polarização ideológica, mantendo a esquerda e segmentos liberais nas cordas. E daí a proposta de comemorar 1964, constranger, demonstrar força, autoridade, polarizar. E para os militares como instituição? Isso interessa? Seguirão o mesmo figurino de antes, quando delimitaram e demarcaram em um círculo de giz os espaços do jogo democrático? As elites militares estão interessadas em cair no colo do bolsonarismo? Ao que parece, não. A conferir.

Referências Bibliográficas Citadas

GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

LEFEBVRE, Georges. *1789: O surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna*. A dinâmica militar das crises políticas da ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2019.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão*. O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Aline Salles Pedrazani - Mestra em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Servidora Municipal da Prefeitura de Londrina-PR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6851716792844101>. E-mail: aline1salles@gmail.com.

Américo Freire - Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Professor Titular da Escola de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da mesma instituição. É pesquisador do CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3039-5360>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7750674481962255>. E-mail: americo.freire@fgv.br.

Antônio Mendes da Costa Braga - Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP, SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5929-1012>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1071541099208557>. E-mail: tonibraga@uol.com.br.

Evanize Sydow - Doutora em História, Bens Culturais e Projetos Sociais (FGV CPDOC). Foi bolsista CAPES. É mestre em História Contemporânea pela FGV CPDOC. É autora das biografias Dom Paulo, um homem amado e perseguido (Editora Expressão Popular) e Frei Betto: biografia (Editora Civilização Brasileira), finalista do Prêmio Jabuti 2017. Pesquisadora vinculada ao Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0936-6378>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6436122894328916>. E-mail: evanizesydow@terra.com.br.

Fabio Lanza - Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (M e D), do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Ensino de Sociologia vinculados à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Laboratório de Estudos sobre as Religiões e Religiosidades da UEL, do Práxis Itinerante (PROEX UEL) e do Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. Atualmente realiza Pós-Doutorado junto ao CPDOC-FGV/RJ sob supervisão do Prof. Dr. Américo Freire; Bolsista produtividade do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6723085917601942>. E-mail: lanza1975@gmail.com.

José Wilson Assis Neves Júnior - Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Foi Bolsista Capes/DS. Mestre e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é Assistente Administrativo na FAAC (Unesp/Bauru) e realiza Estágio Pós-Doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UEL, tendo recebido bolsa de pesquisa PDJ pelo CNPq durante 2022 (processo nº 152219/2022-6). Pesquisador vinculado ao Laboratório de estudos de religiões e religiosidades (LERR-UEL) e ao Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7721726000249083>. E-mail: nevesjr1991@gmail.com.

Lenir Cândida de Assis – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia vinculada à UEL (PR), Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de estudos de religiões e religiosidades (LERR-UEL) e ao Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1712-964X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2978818942269715>. E-mail: lenirassis@sercomtel.com.br.

Luan Prado Piovani – Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UNICAMP), Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL), do Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. Membro do projeto Práxis Itinerante (PROEX UEL). Foi Bolsista do CNPq vinculado ao PROIC UEL. Atualmente é Bolsista de Mestrado pela CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9752-2849>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0803642253902701>. E-mail: luan.piovani@gmail.com.

Luiz Ernesto Guimarães - Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor vinculado ao departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Barbacena. Pesquisador vinculado ao Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1036-0563>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3944054096878414>. E-mail: pr.ernesto@gmail.com.

Mirian Borges da Silva – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UEL PR); Bacharelada e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi pesquisadora da equipe do Laboratório de Estudos de Religiões e Religiosidades/UEL (LERR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1044200036432900>. E-mail: mirian.borges2000@gmail.com.

Natália Perez Beraldo – Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de estudos de religiões e religiosidades (LERR-UEL) e ao Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. Foi Bolsista do PROIC - UEL (CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8467354369741508>. E-mail: natiiberaldo@gmail.com.

Raíssa Regina Brugiato Rodrigues - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre, licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela UEL. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de estudos de religiões e religiosidades (LERR-UEL) e ao Projeto “Os documentos inéditos dos arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” com fomento do CNPq e da Fundação Araucária. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4048-2556>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6602589886447054>. E-mail: raissaregina.uel@hotmail.com.